



PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

2023 – 2027

Versão 1.0

Atualizado conforme Decreto nº 12.456/2025 e Portaria MEC nº 378/2025

DIRIGENTE DA MANTENEDORA

Diretor Presidente – Pe. Alexandre De Nardi Biolchi

DIRIGENTES DA MANTIDA

Direção Executivo – Pe. Dr. Paulo Sérgio Carrara

Direção Acadêmica – Pe. Dr. Paulo Sérgio Carrara

Vice-diretor – Pe. Dr. Alejandro Cifuentes Flores

Direção Administrativa – Pe. Dr. Antônio César Seganfredo

Secretário – Pe. Dr. Rodrigo José Arnoso Santos

RESPONSÁVEL PELA SECRETARIA ACADÊMICA DA MANTIDA

Rita Sueli Gonçalves Morelli Cortes

RESPONSÁVEL PELA SECRETARIA ADMINISTRATIVA DA MANTIDA

Rita Sueli Gonçalves Morelli Cortes

BIBLIOTECÁRIA RESPONSÁVEL DA MANTIDA

Margareth Rodrigues da Cunha - CRB 8/8082

Francisca Teixeira da Silva – CRB 8/9537

PROCURADOR INSTITUCIONAL (PI)

Prof. Dr. Wellington da Silva de Barros

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

Prof. Dr. Wellington da Silva Barros – presidente;

Jorge Paulo da Silva Sampaio – representante da associada;

Prof. Ms. Carlos Alberto do Carmo Barbosa

Prof. Dr. Alejandro Cifuentes Flores – representante da associada;

Prof. Dr. Marcelo Furlin – representante do corpo docente;

Matheus Alves Baliski - representante do corpo discente;

Arison Henrique de Assis Lopes – corpo técnico administrativo;

Dr. Donato Secondo - representante da sociedade civil.

OUVIDORIA

Arison Henrique de Assis Lopes

ELABORAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO DO PDI

Prof. Dr. Paulo Sérgio Carrara

Prof. Dr. Rodrigo José Arnoso Santos

Prof. Dr. Wellington da Silva de Barros

Prof. Dr. Alejandro Flores Cifuentes

Prof. Dr. Antonio Cesar Seganfredo

Rita Sueli Gonçalves Morelli Cortes

Arison Henrique de Assis Lopes

Apresentação

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) é instrumento de fundamental importância, diante da necessidade de constante aperfeiçoamento das instituições de ensino superior e na medida em que determina a missão delineadora dos horizontes almejados e as estratégias eleitas para atingir metas e objetivos.

Resultante de intervenções e debates que envolveram toda a comunidade acadêmica, a partir de reuniões e jornadas de trabalho com professores, corpo técnico administrativo e alunos, a Associação São Paulo de Estudos Superiores (ASPES) e Instituto São Paulo de Estudos Superiores (ITESP) elaboraram o presente documento, que é o principal instrumento da planificação do seu agir pedagógico e administrativo.

Com efeito, busca-se, com este documento, de forma clara, objetiva e coerente, identificar o ITESP no que diz respeito à sua filosofia de trabalho, à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve e que pretende desenvolver, demonstrando sua factibilidade e a viabilidade de seu cumprimento integral.

Na construção deste PDI, foram considerados como elementos de consulta os documentos e dados emitidos pelo Ministério da Educação, os relatórios do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) e da Avaliação Institucional.

Apresenta um diagnóstico do ITESP, representado pela trajetória iniciada em 2007. Em seguida, delineia seus principais compromissos e desafios não apenas internos, como também externos, assim como as oportunidades e ameaças que compõem a caminhada educacional. Ao final, descreve as metas e estratégias eleitas para atingir os objetivos propostos pela Instituição.

Os compromissos ora assumidos são de responsabilidade de todos aqueles que acreditam no inequívoco potencial do ITESP e em seus nobres propósitos educacionais. Assim, este PDI representa a possibilidade de uma efetiva concretização, por intermédio de um esforço coletivo, dos grandes sonhos projetados por esta já conceituada instituição de educação religiosa.

Prof. Dr. Paulo Sérgio Carrara
Diretor

SUMÁRIO

1.1. Identificação	8
1.1.1. Mantenedora	8
1.1.2. IES Mantida	8
1.2. Breve histórico	8
1.4. A região de inserção	10
2. PERFIL INSTITUCIONAL	13
2.1. Missão, Visão, Valores.	13
2.2. O perfil geral do egresso do ITESP	13
2.3. Objetivos institucionais	13
2.3.1. Objetivos gerais	13
2.3.2. Objetivos específicos	15
2.4. Área (s) de atuação acadêmica	17
2.4.1. Curso de graduação oferecido	17
2.4.2. Projetos de Extensão	18
3. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL	19
3.1. Princípios filosóficos e teórico-metodológicos	19
3.1.1. Qualidade de ensino	23
3.1.2. Mecanismos de aprendizagem	24
3.1.3. O processo de avaliação do ensino-aprendizagem	26
3.2. Políticas institucionais para a graduação em Teologia	27
3.2.1. Políticas de Ensino	27
3.2.2. Políticas de Extensão	29
3.2.3. Políticas de Pesquisa/ Iniciação Científica	31
3.2.4. Políticas de Estágio	35
3.2.5. Políticas de Atividades Complementares	36
3.3. Políticas de Pós-Graduação	37
3.3.1. Políticas Pós-graduação <i>Lato Sensu</i>	37
3.4. Políticas de Gestão	39
3.5. Política de Responsabilidade Social	41
3.5.1. Referenciais legais	42
3.5.1.1. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena	42
3.5.1.2. Dec. N° 5.626/2005 - Disciplina de Libras	42
3.5.1.3. Políticas de Educação Ambiental	42
3.5.1.4. Política de Educação em Direitos Humanos	43
3.5.1.5. Política Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista	43
3.5.2. Responsabilidade Social no ITESP	43
3.6. Políticas Gerais de Avaliação	45
3.6.1. Dos itens observados na Avaliação dos Projetos Pedagógicos de Curso	47
3.7. Política de Acessibilidade	48

3.8. Política de Comunicação Interna e Externa	55
3.8.1. Comunicação do ITESP com a comunidade externa	55
3.8.2. Comunicação da ITESP com a comunidade interna	56
4. OBJETIVOS E METAS DA INSTITUIÇÃO	58
4.1. Dimensão I - A Missão e o PDI	58
4.2. Dimensão II - Políticas para o Ensino, a Pesquisa/Iniciação científica, a Pós-Graduação e a Extensão	60
a) Políticas para o Ensino e ações acadêmico administrativas para o curso de graduação em Teologia	60
b) Políticas para o Ensino e ações acadêmico administrativas para os cursos de pós-graduação	66
c) Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a pesquisa/iniciação científica, tecnológica, artística e cultural	67
d) Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a Extensão	70
4.3. DIMENSÃO III - A responsabilidade social da Instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.	72
4.4. Dimensão IV - Comunicação com a Sociedade	74
4.5. Dimensão V - As Políticas de Pessoal, de Carreiras do Corpo Docente e Corpo Técnico-Administrativo	78
a) Corpo Docente	78
b) Corpo Técnico-Administrativo	80
4.6. Dimensão VI - A organização e gestão da instituição	81
4.7. Dimensão VII - Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação.	84
4.8. Dimensão VIII - Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional	86
4.9. Dimensão IX - As políticas de atendimento aos estudantes e aos egressos	88
4.10. Dimensão X - A Sustentabilidade Financeira	90
5. IMPLEMENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO E ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA	91
5.1. Cronograma de implantação e desenvolvimento da instituição para o período de vigência do PDI	91
5.1.1. Programação de abertura de cursos de graduação.	91
5.1.2. Programação de abertura de cursos de pós-graduação (Lato Sensu)	91
5.2. Plano para atendimento às diretrizes pedagógicas: estabelecimento dos critérios gerais de definição	91
5.2.1. Perfil de egresso	91
5.2.2. Seleção de conteúdos e princípios metodológicos	93
5.2.3. Processo de Avaliação do Ensino e da Aprendizagem	94
5.2.3.1. Avaliação do Desempenho Acadêmico nas Unidades Curriculares/Módulo	95
5.2.3.2. Avaliação do Estágio Supervisionado	96
5.2.3.3. Avaliação das Atividades Complementares	96
5.3. Inovações consideradas significativas, especialmente quanto à flexibilidade dos componentes curriculares.	97

5.4. Oportunidades diferenciadas de integralização dos cursos	98
5.5. Ferramentas de TI no processo de gestão do Ensino-Aprendizagem	98
5.5.1. Gestão Acadêmica	98
5.5.1.1. Funcionalidades para a Secretaria Acadêmica	99
5.5.1.2. Funcionalidades para os Docentes	99
5.5.1.3. Funcionalidades para os Discentes	100
5.5.2. Gestão do Processo de Ensino-Aprendizagem	100
6. CORPO DOCENTE	102
6.1. Requisitos de titulação	102
6.2. Os critérios de seleção e contratação docente	102
6.3. Políticas de Qualificação, Plano de Carreira e Regime de Trabalho	103
6.3.1. Políticas de Qualificação	103
6.3.1.1. Qualificação didática-pedagógica	103
6.3.1.2. Qualificação em Programas de Pós- Graduação	104
6.3.2. Plano de Carreira	104
6.3.3. Regime de Trabalho	105
6.3.4. Procedimentos para substituição eventual dos professores do quadro	106
6.4. Situação atual: titulação e regime de trabalho do corpo docente	107
6.5. Cronograma de expansão do corpo docente, considerando o período de vigência do PDI.	108
6.6. Procedimentos de acompanhamento e avaliação do desempenho docente	108
7. CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	110
7.1. Os critérios de seleção e contratação	110
7.2. Políticas de qualificação, plano de carreira e regime de trabalho	110
7.2.1. Políticas de Qualificação	110
7.2.3. Regime de Trabalho	111
7.3. Situação atual	111
7.4. Cronograma de expansão do corpo técnico-administrativo, considerando o período de vigência do PDI	111
8. CORPO DISCENTE	112
8.1. Formas de acesso	112
8.2. Procedimentos de apoio ao aluno	112
8.2.1. Apoio ao Estudante	113
8.2.2. Programa de Monitoria Acadêmica	114
8.2.3. Apoio Financeiro	117
8.2.4. Apoio à realização e Eventos (internos e externos) e à Produção Discente	117
8.3. Organização estudantil	117
8.4. Acompanhamento de egressos	118
9. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	119
9.1. Estrutura organizacional	119
9.2. Organograma institucional	119

10. AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	121
10.1. Princípios, objetivos e dimensões	121
10.1.1. Princípios	121
10.1.2. Objetivos	123
10.1.3. Dimensões	124
10.2. A operacionalização da avaliação institucional no ITESP	126
10.2.1. A Autoavaliação do ITESP	127
10.2.2. Avaliação do Curso (interna)	131
10.2.3. Avaliação dos Cursos (externa) e Institucional	132
10.2.4. A Reavaliação Interna da IES	133
10.2.5. Ações acadêmico administrativas decorrentes dos resultados de avaliação	133
10.3. Formas de participação da comunidade acadêmica, técnica e administrativa – atuação da Comissão Própria de Avaliação	134
10.4. Formas de utilização dos resultados das avaliações	135
11. INFRAESTRUTURA FÍSICA, LABORATÓRIOS, BIBLIOTECA, RECURSOS DE INFORMÁTICA E MULTIMÍDIA	137
11.1. Infraestrutura física	137
11.1.1. O Campus	137
11.1.2. As instalações Administrativas	137
11.1.3. Auditório	140
11.1.4. Instalações Sanitárias	140
11.1.5. Espaços de convivência e de alimentação	141
11.1.6. Salas de Aula	141
11.1.7. Sala de Professor	141
11.2. Biblioteca	141
11.3.1. Infraestrutura Física	142
11.3.3. Gerenciamento dos Serviços	142
11.3.4. Serviços e produtos para a comunidade ITESP	143
11.3.5. Política de Formação e Desenvolvimento do Acervo	144
11.3.6. Política de Aquisição e Atualização	146
11.3.7. Periódicos	147
12. DEMONSTRATIVO DE CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA	149
12.1. Estratégia de gestão econômico-financeira	149
12.2. Planos de investimentos	150
12.3. Previsão orçamentária e cronograma de execução	151
REFERÊNCIAS	155

1. O PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Este Plano de Desenvolvimento Institucional busca aperfeiçoar o processo de gestão acadêmico-administrativa entre os anos de 2023 e 2027. Para tanto, tem sido adotado o planejamento estratégico, por considerar esse instrumento como primordial no desenvolvimento de uma instituição social moderna, tendo em vista que:

- I. A metodologia para o planejamento estratégico possível de ser implantado deve levar em consideração que trabalhamos com sistemas complexos e que muitas vezes adaptações pontuais serão necessárias.
- II. Se a estrutura e a dinâmica podem ser de livre escolha, o mesmo não se pode dizer do ambiente externo que define a finalidade do sistema. Isto porque o ITESP está inserido no microssistema da educação nacional e sua missão (ou finalidade) depende dos objetivos nacionais, recursos disponíveis, políticas tecnológicas, culturais e educacionais do país.
- III. Deve-se reconhecer que o principal cliente do sistema é a sociedade, e que seus anseios de eficiência/eficácia devem ser monitorados permanentemente de forma a identificar desvios entre o almejado e o alcançado.

A instituição, com o intuito de atender a essas demandas, busca construir um Plano de Desenvolvimento Institucional compatível com sua realidade e a complexidade do sistema no qual está inserida, buscando aperfeiçoar os recursos disponibilizados e com isso atender os anseios da sociedade por uma administração eficiente e eficaz dos recursos próprios.

O Ministério de Educação (MEC), por meio da implantação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), constatou a necessidade de incluir, como parte integrante do processo avaliativo das Instituições de Ensino Superior – IES, o seu planejamento estratégico, sintetizado no que se convencionou denominar de Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

Por outro lado, conforme as Diretrizes para a elaboração do PDI fornecidas pelo MEC, a construção deste documento deverá se fazer de forma livre, sem, no entanto, deixar de contemplar os seus eixos temáticos essenciais. O art. 21 do Decreto Federal nº 9.235, de

15/12/2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino, elenca os elementos que devem fazer parte do Plano de Desenvolvimento Institucional, a saber:

- I. missão, objetivos e metas da instituição em sua área de atuação e seu histórico de implantação e desenvolvimento, se for o caso;
- II. projeto pedagógico da instituição, que conterà, entre outros, as políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão;
- III. cronograma de implantação e desenvolvimento da instituição e de cada um de seus cursos, com especificação das modalidades de oferta, da programação de abertura de cursos, do aumento de vagas, da ampliação das instalações físicas e, quando for o caso, da previsão de abertura de **campus** fora de sede e de polos de educação a distância;
- IV. organização didático-pedagógica da instituição, com a indicação de número e natureza de cursos e respectivas vagas, unidades e **campus** para oferta de cursos presenciais, polos de educação a distância, articulação entre as modalidades presencial e a distância e incorporação de recursos tecnológicos;
- V. oferta de cursos e programas de pós-graduação **lato** e **stricto sensu**, quando for o caso;
- VI. perfil do corpo docente e de tutores de educação a distância, com indicação dos requisitos de titulação, da experiência no magistério superior e da experiência profissional não acadêmica, dos critérios de seleção e contratação, da existência de plano de carreira, do regime de trabalho, dos procedimentos para substituição eventual dos professores do quadro e da incorporação de professores com comprovada experiência em áreas estratégicas vinculadas ao desenvolvimento nacional, à inovação e à competitividade, de modo a promover a articulação com o mercado de trabalho;
- VII. organização administrativa da instituição e políticas de gestão, com identificação das formas de participação dos professores, tutores e estudantes nos órgãos colegiados responsáveis pela condução dos assuntos acadêmicos, dos procedimentos de autoavaliação institucional e de atendimento aos estudantes, das ações de transparência e divulgação de informações da instituição e das eventuais parcerias e compartilhamento de estruturas com outras instituições, demonstrada a capacidade de atendimento dos cursos a serem ofertados;

- VIII. projeto de acervo acadêmico em meio digital, com a utilização de método que garanta a integridade e a autenticidade de todas as informações contidas nos documentos originais;
- IX. infraestrutura física e instalações acadêmicas, que especificará:
 - a) com relação à biblioteca:
 - 1. acervo bibliográfico físico, virtual ou ambos, incluídos livros, periódicos acadêmicos e científicos, bases de dados e recursos multimídia;
 - 2. formas de atualização e expansão, identificada sua correlação pedagógica com os cursos e programas previstos; e
 - 3. espaço físico para estudos e horário de funcionamento, pessoal técnico-administrativo e serviços oferecidos; e
 - b) com relação aos laboratórios: instalações, equipamentos e recursos tecnológicos existentes e a serem adquiridos, com a identificação de sua correlação pedagógica com os cursos e programas previstos e a descrição de inovações tecnológicas consideradas significativas;
- X. demonstrativo de capacidade e sustentabilidade financeiras;
- XI. oferta de educação a distância, especificadas:
 - a) sua abrangência geográfica;
 - b) relação de polos de educação a distância previstos para a vigência do PDI;
 - c) infraestrutura física, tecnológica e de pessoal projetada para a sede e para os polos de educação a distância, em
 - d) consonância com os cursos a serem ofertados;
 - e) descrição das metodologias e das tecnologias adotadas e sua correlação com os projetos pedagógicos dos cursos previstos; e
 - f) previsão da capacidade de atendimento do público-alvo.



1.1. Identificação

1.1.1. Mantenedora

Mantenedora: Associação São Paulo de Estudos Superiores (ASPES)

CNPJ: 04.228.223/0001-61

Endereço: Rua Dr. Mário Vicente, 1108 – Ipiranga – 04270-001 – São Paulo/SP

Registro: (registro da mantenedora em Junta Comercial)

Natureza: pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos.

1.1.2. IES Mantida

Mantida: INSTITUTO SÃO PAULO DE ESTUDOS SUPERIORES - ITESP

Código e-MEC nº 10385

Telefone: (11) 29146036

e-mail: paulocarrara@itespteologia.com.br

site: itespteologia.com.br

Endereço: Unidade SEDE - Rua Doutor Mário Vicente, 1108 Vila Dom Pedro I. São Paulo - SP.

CEP:04270-001

1.2. Breve histórico

O Instituto Teológico São Paulo surgiu da necessidade, sentida por diversas Congregações religiosas, em dar uma formação teológica aos seus membros que estivesse em sintonia com o espírito renovador do Concílio. Nesse sentido, tornava-se indispensável unir as forças dos diversos institutos religiosos para obter o objetivo pretendido. Em meados de 1971, foram feitos contatos entre os responsáveis pela formação teológica de diversas Congregações buscando tornar viável o projeto. Desses esforços resultou um primeiro acordo entre a Congregação dos Missionários de São Carlos, a Congregação do Santíssimo Redentor e a Congregação do Verbo Divino, pelo qual se fundava o Instituto Teológico São Paulo (ITESP) com o objetivo principal de dar aos candidatos ao sacerdócio uma formação teológica conjunta. Esse propósito implicava no esforço de adaptar os diversos currículos, pois cada Seminário Maior, apesar de seguirem as orientações eclesiais, davam uma organização

própria as diversas disciplinas teológicas. O primeiro acordo celebrado e firmado pelos superiores maiores das referidas Congregações, possibilitou o início das atividades em fevereiro de 1972, consolidando-se assim uma parceria que se mostrou frutuosa. Em 1981 o curso obteve o reconhecimento pontifício com a filiação do Instituto ao Pontifício Ateneu Santo Anselmo de Roma, o que possibilita aos estudantes que frequentam o curso no ITESP ter o título de bacharel em Teologia.

Em 2000, as Congregações mantenedoras do ITESP constituíram-se numa entidade civil, Associação São Paulo de Estudos Superiores, que mantém o Instituto São Paulo de Estudos Superiores e o Instituto Teológico São Paulo. O ITESP foi credenciado como Entidade Educativa pela Portaria nº 1.542 Do Ministério da Educação em 10/12/2008. Em janeiro de 2022, a Congregação do Verbo Divino deixa de ser parte das mantenedoras, permanecendo só a Congregação dos Missionários de São Carlos e a Congregação do Santíssimo Redentor.

O Instituto Teológico São Paulo é um centro acadêmico da Associação São Paulo de Estudos Superiores, para o ensino, formação e pesquisa no âmbito da teologia em conformidade com as exigências da Santa Sé e do Ministério da Educação do Brasil. A Associação São Paulo de Estudos Superiores é formada pela convergência de atividades acadêmicas da Congregação do Santíssimo Redentor (Província de São Paulo), da Pia Sociedade dos Missionários de São Carlos (Província de São Paulo). Como Congregações Associadas, isto é, Conselho da Associação São Paulo de Estudos Superiores, elas são as responsáveis pela formação teológica e pastoral que é realizada pelo ITESP.

O regime e o funcionamento do Instituto Teológico São Paulo conformam-se às Normas Canônicas compatíveis e com a Legislação Brasileira no que diz respeito ao seu reconhecimento civil. As Normativas do Instituto Teológico São Paulo expressam o propósito de oferecer um curso teológico que responda às exigências acadêmicas para os estudos da formação presbiteral e laical em sintonia com as diretrizes da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e com propostas plurais do atual contexto cultural e da sociedade brasileira.

A vida acadêmica do Instituto Teológico São Paulo consiste em nível, ou seja, o bacharelado em teologia, que dura 4 (quatro) anos, sendo o primeiro ano Propedêutico. As Disciplinas e a Metodologia presentes no primeiro ano de estudos teológicos são de natureza

eminentemente introdutória, pelo que é considerado um *Ano Propedêutico*. Os três anos seguintes seguem as disciplinas teológicas propostas pelo Instituto, em conformidade com as exigências da Santa Sé e do Ministério da Educação do Brasil. Os fins do Instituto Teológico São Paulo, enquanto Instituto de Teologia são, em linhas gerais, oferecer uma formação teológica de alta qualidade aos estudantes do Brasil e outros países, que busquem o bacharelado em Teologia Cristã.

1.4. A região de inserção

O Instituto São Paulo de Estudos Superiores encontra-se situado no histórico bairro do Ipiranga, na cidade de São Paulo, um local de grande importância cultural e social. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) dos últimos 10 anos, o bairro tem sido marcado por seu contínuo crescimento populacional e diversidade socioeconômica, refletindo uma comunidade dinâmica e plural. É bairro que carrega parte da história brasileira em termos de emancipação política, pois “o principal fato histórico ocorrido no bairro do Ipiranga é a Proclamação da Independência do Brasil, em 7 de setembro de 1822, por Dom Pedro I, às margens do Ribeirão Ipiranga - fato este citado na primeira estrofe do Hino Nacional brasileiro e que leva o nome da região a toda a nação.” As informações demográficas do Bairro se apresentam da seguinte forma: (Fonte: Dados demográficos dos distritos pertencentes às Subprefeituras | Secretaria Municipal de Subprefeituras | Prefeitura da Cidade de São Paulo) O fato de estar localizado entre a região central e a saída para o Porto de Santos, através do Caminho do Mar, favoreceu o desenvolvimento industrial do Ipiranga. As principais indústrias começam a se instalar ao longo das vias férreas. Na direção sudeste da cidade estabelecem-se pelo Brás, Pari, Mooca, Ipiranga, São Caetano do Sul e Santo André, acompanhando a Santos-Jundiaí (Estrada de Ferro São Paulo Railway). A estrada de ferro foi construída aproveitando os fundos de vale, onde os custos de terreno eram mais baixos, e concluídos em 1867. Posteriormente a região foi favorecida com a construção da pista ascendente da Via Anchieta, que foi inaugurada oficialmente em 22 de abril de 1947. Em 1953 é inaugurada a segunda pista da Anchieta contribuindo para o crescimento do bairro, uma vez que muitas empresas se instalaram na região devido a facilidade que tinham para escoar sua

produção para o Porto de Santos. A proximidade com importantes vias de acesso e a presença de ampla oferta de serviços públicos e privados, tais como escolas, hospitais e comércios, tornam o Ipiranga uma região atrativa para moradores e estudantes. Em termos geográficos, o bairro Ipiranga está localizado entre as regiões Leste e Sul da capital. Além do mais, permite fácil acesso ao Grande ABC, que compreende as cidades de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul. Em termos de mobilidade, o bairro é servido pelas estações de metrô Santos-Imigrantes, Chácara Klabin, Alto do Ipiranga e Sacomã, todas da linha Verde, o que facilita o acesso do bairro principalmente para as regiões da Avenida Paulista e da Vila Madalena. No tocante a opções culturais, o Bairro Ipiranga, além de abrigar o Museu Paulista da Universidade de São Paulo, um dos principais da cidade, conta com outras atrações culturais de peso – do acervo científico do Museu de Zoologia da USP (Av. Nazaré, 481), às peças da Companhia de Teatro Heliópolis. O Sesc Ipiranga (R. Bom Pastor, 822, tel.3340-2000) também conta com uma intensa programação de teatro, shows, filmes e exposições. Ainda na esteira cultural, o Parque da Independência com um jardim inspirado no do Palácio de Versalhes, na França, é um dos mais belos conjuntos arquitetônicos e paisagísticos da cidade. Em uma área de 184.830 m², o ambiente reúne o Museu Paulista da Universidade de São Paulo, a Casa do Grito e o Monumento à Independência –além do célebre Córrego do Ipiranga e de um espelho d’água. O parque, patrimônio cultural e histórico, também é usado para práticas esportivas, shows e outros eventos. Outro ponto que marca as opções culturais do Bairro, está o Aquário de São Paulo, responsável por mais de 300 espécies de animais, distribuídos em aproximadamente 30 tanques de água.

Por estar situado no bairro do Ipiranga, o ITESP tanto colabora no que lhe é pertinente e possível, com a sociedade da megalópole, quanto se aproveita das eventuais vantagens da grande cidade (museus, bibliotecas, congressos etc.).

Dada à natureza da Teologia e a procedência dos estudantes, o ITESP não pode deixar de ter em mente que a sua região de influência é bem mais ampla que o simples espaço territorial físico da cidade de São Paulo. O espaço territorial de quase 40 cidades situado num raio de 100 quilômetros em torno da Praça da Sé, habitado por quase 20 milhões de pessoas

é o espaço ampliado do ITESP. É, pois, direta ou indiretamente, com e sobre este campo urbano vasto e complexo que o ITESP pode agir e colaborar, diretamente.

Muitos dos estudantes vêm de fora – de outros Estados e mesmo de outros países – e ao final de seus estudos voltam para os seus locais de origem ou são destinados a diversos lugares pelo mundo afora. Por isso, a formação teológica busca ter em mente este horizonte de destinos.

Entretanto, dado ao fato de que a formação em Teologia estar fortemente irmanada com a prática (pastoral) - e em outros termos, com a aplicação prática dos conhecimentos teóricos adquiridos em sala de aula - o ITESP, com isto, colabora com as comunidades aonde os estudantes vivem. Estes lugares no mais das vezes, não estão no bairro da localização da IES, e nem mesmo na cidade. O mesmo ocorre com as atividades do Corpo Docente quando desenvolvem as ações de extensão ou de formação. Deste modo, apesar de a região de inserção do ISPEs ser bem mais ampla que o simples espaço físico do bairro, ele ao mesmo tempo colabora e se insere na vida da sociedade em que ele está presente através da presença dos membros de sua comunidade acadêmica.

2. PERFIL INSTITUCIONAL

2.1. Missão, Visão, Valores.

Missão

“Proporcionar condições para que pessoas se habilitem no exercício profissional e pastoral pleno e universal, respeitando o ser humano e a legislação vigente e executando exemplarmente o papel metodológico e pedagógico de orientar as pessoas, pesquisar e transferir para o corpo docente e discente uma visão plena do homem e do mundo.”

Visão

“Ser reconhecida como instituição comprometida com a excelência na educação superior teológica e socialmente responsável”.

Valores Institucionais

- **Igualdade:** de valor dos seres humanos e garantia de igualdade de direito entre eles;
- **Liberdade:** de criação, de expressão do pensamento e de produção de conhecimento;
- **Orientação** fundamentada nos princípios cristãos;
- **Pluralidade:** expressão de igualdade e diferença entre pessoas iguais porque humanas e diferentes porque singulares;
- **Solidariedade:** adesão à causa do outro, funda no respeito mútuo e na interlocução entre os sujeitos da sociedade;
- **Justiça:** orientada pela igualdade de direitos e pelo respeito às diferenças.

2.2. O perfil geral do egresso do ITESP

Apoiada nos valores institucionais o ITESP orienta para a formação de Teólogo com sólida formação geral, humanista, cristã, crítica, reflexiva e ética, com capacidade para atuar de forma propositiva e resolutiva nas diferentes áreas de atenção social, espiritual, gestão e educação religiosa.

2.3. Objetivos institucionais

2.3.1. Objetivos gerais

- I. Promover educação integral, através do ensino e da extensão, estimulando o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo, favorecendo a aptidão para aprendizagem autônoma e dinâmica;
- II. Fomentar a cultura e a socialização do conhecimento através da promoção de eventos técnico-científicos, de publicações em revistas científicas, da participação em congressos, seminários e outros, abertos a participação da população;
- III. Estimular a formação profissional continuada dos docentes, discentes e egressos;
- IV. Construir conhecimento de formação geral e humanística;
- V. Proporcionar, em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais de Teologia, as orientações da Igreja Católica e as necessidades nacionais, a formação superior de Teólogos para atuarem em conformidade com a teologia cristã nos diversos espaços da sociedade;
- VI. Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo cristão;
- VII. Criar e manter serviços educativos e assistenciais que beneficiem os estudantes;
- VIII. Incentivar o diálogo interdisciplinar, a reflexão crítica sobre problemas humanos, a investigação da verdade;
- IX. Promover a divulgação de cultura cristã, comunicando o saber por meio do ensino, de publicações e de outras formas de comunicação;
- X. Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- XI. Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais;
- XII. Prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

- XIII. Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e dos benefícios resultantes da criação cultural, da pesquisa científica e estudos desenvolvidos no ITESP;
- XIV. Cooperar com entidades públicas e privadas, nacionais, estrangeiras ou internacionais, na realização de pesquisas, na elaboração de projetos e na prestação de serviços, assegurando-lhes, segundo as suas possibilidades, assistência técnica;
- XV. Proporcionar ao Corpo Docente oportunidades de participação em programas de desenvolvimento comunitário e regional, favorecendo lhes meios para realização de atividades culturais, artísticas e desportivas, dentro de suas disponibilidades financeiras;
- XVI. Manter intercâmbio de informações e de pessoal com Instituições congêneres, nacionais e estrangeiras;
- XVII. Promover contínua e sistemática avaliação de seu desempenho institucional e de sua relevância social na comunidade em que está inserida, assegurando as condições necessárias para a concretização de seu Projeto Pedagógico e do seu Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI;
- XVIII. Preservar os valores éticos, morais, cívicos e cristãos, contribuindo para aperfeiçoar a sociedade, na busca do equilíbrio e bem-estar do ser humano.

2.3.2. Objetivos específicos

- I. Promover o debate cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo na área da teologia cristã, em diálogo com outras tradições religiosas presentes no Brasil e no mundo (diálogo inter-religioso);
- II. Formar diplomados em teologia cristã, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, na qual colaboram eficazmente na sua formação contínua;
- III. Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica no campo da teologia e disciplinas afins, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da

criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

- IV. Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos no campo da teologia cristã que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- V. Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização do conteúdo assimilado no curso, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento;
- VI. Estimular o conhecimento dos problemas do mundo atual, à luz da teologia, em particular os nacionais e regionais;
- VII. Prestar serviços especializados à comunidade como liderança religiosa cristã e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade, em vista do bem comum;
- VIII. Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica na área da teologia cristã geradas na instituição.

2.4. Área (s) de atuação acadêmica

2.4.1. Curso de graduação oferecido

Tabela 1. Informações do curso de Teologia.

CURSO	RA	CHT	TP	VAGAS	ALUNOS MATRICULADOS
Teologia	SS	3470	4	80

*Situação em 2025.1

Legenda:

>>RA é o regime acadêmico do curso; seriado anual (SA); seriado semestral (SS); sistema de créditos (SC) ou sistema modular (SM)

>>CHT carga horária em horas

>>TP é o tempo previsto de integralização curricular do curso, em anos;

Situação legal

Tabela 2. Situação Legal do Curso.

CURSO	Último ato legal	Especificação
Teologia	Renovação de Reconhecimento	Portaria MEC/SERES: nº 387, de 13/08/2024, DOU nº 156 de 14/08/2024, Seção I, p. 63.

Resultado da Avaliação – ENADE

Tabela 3. Resultado das Avaliações.

Curso	ENADE	CC	CPC	Ano
Teologia	2022	4	2590	2024

2.4.2. Projetos de Extensão

Tabela 4. Informações das atividades de extensão oferecidas em 2023 a 2025.

Nome da Atividade	Público-alvo	Local	Mediador /Orientador	Data	CH (h)
Podcast - PODFLER	Juventudes	ITESP	Esp. Arison Henrique de Assis Lopes	Desde 2024	30
Acompanhamento Semana Santa	Católicos	Diversos	Prof. Dr. Wellington da Silva de Barros	Desde 2023	120
Diálogos? Qual caminho seguir	Católicos	Aparecida	Prof. Ms. Mauro Vilela	Desde 2023	40
Salva-Vidas – Prevenção ao Suicídio	Juventudes	ITESP	Profa. Dra. Eliana Massih e Esp. Arison Henrique de Assis Lopes	Desde 2025	20

3. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

3.1. Princípios filosóficos e teórico-metodológicos

Da ciência teológica decorrem princípios que expressam sua natureza epistemológica, suas opções metodológicas e suas finalidades. A explicitação destes princípios afirma, concomitantemente, a singularidade desta área de saber, enquanto uma objetividade historicamente construída, bem como a pluralidade de suas abordagens e sistemas decorrentes de sua dialética permanente com as múltiplas realidades históricas. O ITESP, enquanto comunidade de reflexão teológica compreende, portanto, a prática teológica como: Reflexão, aprofundamento e divulgação de uma ciência localizada numa comunidade de fé e marcada pelo compromisso em seu aprofundamento acadêmico;

Uma elaboração fundamentada nas fontes escriturísticas, e no consenso eclesial da tradição e magistério, regrada por uma metodologia que garanta a pluralidade de paradigmas e métodos teológicos; e inserida na realidade concreta do Povo de Deus;

Processo de sistematização incluyente, progressivo e permanente, e que integre a ação e a reflexão da fé, articule criativamente a pertinência das fontes e a relevância do presente emergente e vitalize a relação entre realidade da igreja e do mundo e a utopia do Reino de Deus;

Busca de aprofundamento crítico da fé, de sensibilização às solicitações do povo e compromisso com o serviço pastoral.

Considerando estes princípios filosóficos balizadores o Projeto Pedagógico do Curso de Teologia deve instituir, na prática educativa, analogia entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados e as questões da vida real. Em síntese, a intervenção reflexiva sobre a prática representa novo processo de trabalho que demanda um profissional que, além das capacidades cognitivas incorporadas de formação tradicional, seja capaz, também, de construir seu próprio conhecimento, praticar ações efetivamente transformadoras da realidade e conviver de maneira harmoniosa e construtiva com os outros saberes e com a diversidade.

Sob esta ótica, o projeto político-pedagógico precisa apresentar algumas características fundamentais:

- a) Estar voltado para a inclusão a fim de atender a diversidade de estudantes, sejam quais forem sua procedência social, necessidades e expectativas educacionais;
- b) Por ser coletivo e integrador, o projeto, quando elaborado, executado e avaliado, requererá o desenvolvimento de um clima de confiança que favoreça o diálogo, a cooperação, a negociação e o direito das pessoas de intervirem na tomada de decisões que afetam a vida da instituição educativa e de compromisso com a ação;
- c) Há um vínculo muito estreito entre autonomia e projeto político-pedagógico. A autonomia possui o sentido sociopolítico e está voltada para o delineamento da identidade institucional, a qual representa a substância de organização do trabalho pedagógico. Autonomia e gestão colegiada devem fazer parte da especificidade do processo pedagógico;
- d) A legitimidade de um projeto político-pedagógico está estreitamente ligada ao grau e ao tipo de participação de todos os envolvidos com o processo educativo, o que requer continuidade de ações;
- e) Configura unicidade e coerência ao processo educativo, deixa claro que a preocupação com o trabalho pedagógico enfatiza não só a especificidade metodológica e técnica, mas volta-se também para as questões mais amplas, ou seja, a das relações da instituição educativa com o contexto social (VEIGA,2013).

A instituição educativa não é apenas uma instituição que reproduz relações sociais e valores dominantes, mas é também instituição de confronto, de resistência e proposição de inovações.

O modelo pedagógico do Curso de Teologia do ITESP na sua concepção deverá respeitar os seguintes princípios:

a) *A objetividade da teologia*

As áreas de saber estruturam-se dentro de uma objetividade constituída a partir de um consenso epistemológico e marcada por opções filosóficas e metodológicas historicamente situadas. No currículo de teologia, esta objetividade visa garantir, antes de tudo, sua dimensão acadêmica que se distingue das abordagens catequética ou devocional.

Enquanto reflexão dada no seio da fé, a teologia expressa de maneira contundente este aspecto relativo da objetividade, na medida em que reflete sobre as práticas de fé situada historicamente. É neste sentido que o currículo de teologia do Instituto possui uma dialética que insiste na crítica e na criatividade da reflexão, bem como em paradigmas pré-constituídos, em elaboração teológica bem como nos dados da revelação, da tradição e do magistério, em aspectos teóricos e metodológicos e aspectos pastorais.

b) *A identidade do curso*

Desta objetividade, historicamente situada, decorre o princípio da identidade do currículo, enquanto este incorpora e expressa, em sua estrutura e dinâmica, a tradição católica e uma determinada opção teórica e metodológica que o distingue de outros e destina-se, ao mesmo tempo, a sujeitos específicos. O encontro ente a objetividade e os sujeitos destinatários compõem os objetivos, o perfil e a dinâmica interna do curso de teologia, respondendo pelo seu aspecto de habilitação. Demarcado na tradição teológica católica e, de modo particular, nas referências das congregações religiosas, o curso tem como objetivo a habilitação de agentes evangelizadores (religiosos, presbíteros e leigos), o que configura uma dinâmica própria no currículo, nas práticas pedagógicas e didáticas.

c) *A organicidade do currículo*

A articulação entre o todo e as partes compõe o currículo na sua estruturação horizontal e vertical. A verticalidade é compreendida pelas áreas específicas que compõem a área mais ampla que se identifica com o próprio curso e que o recorta de alto a baixo. Assim ficam compreendidas as seguintes áreas: ciências bíblicas, teologia sistemática, teologia prática e ciências auxiliares. A horizontalidade busca uma estruturação que responda por uma sequência mais coerente e progressiva dos conteúdos e práticas ao longo do curso, ganhando o formato de módulos. Este aglutina, em torno de um eixo central e estruturante, o conjunto dos conteúdos e práticas acadêmico-pedagógicas, garantindo a integração dos conteúdos programáticos com a orientação pedagógica e as práticas docentes. A alocação das disciplinas regular e optativa, dos seminários e da linha de orientação se dá, primordialmente, em função destes eixos.

d) *A progressividade do ensino, na aprendizagem e na pesquisa*

O princípio da organização horizontal do currículo responde por uma sequência gradativa dos módulos, das disciplinas, dos seminários, da orientação pedagógica e de outras práticas docentes e discentes. Esta progressão inclui a classificação feita pelo processo seletivo, as concepções de matérias propedêuticas, de pré-requisitos, dos módulos (com seus conteúdos e práticas) e do término do curso, mediante um trabalho conclusivo. Trata-se de uma progressividade que vai do mais simples ao mais complexo, ou, em linhas gerais, dos estudos introdutórios aos estudos conclusivos, passando pelas regras materiais e formais básicas de construção do saber teológico e pelos conteúdos fundamentais da economia da salvação, da tradição e da práxis cristã.

e) *A transversalidade temática*

As políticas temáticas essenciais constituem o currículo epistêmica e pedagogicamente enquanto a área específica de saber pode ser contemplada como conteúdos estruturados pontualmente nas disciplinas e como dimensões que perpassam todo o conjunto do currículo transversalmente. As disciplinas garantem aquela objetividade temática que compõe as áreas de saber dentro do curso. A transversalidade visa garantir as intencionalidades de fundo do ensino e da aprendizagem, os princípios norteadores do conjunto das áreas ou aquelas dimensões que devem perpassar por todos os conteúdos como assuntos ou práticas integradoras. Trata-se de uma concepção metodológica e pedagógica que exige coerência do conjunto com as partes bem como uma prática pedagógica integrada nos planejamentos, na execução e avaliação do ensino-aprendizagem.

Adotamos como dimensões transversais: a interdisciplinaridade, a espiritualidade e a missão. A transdisciplinaridade supõe a unidade e a diversidade epistemológicas, de forma que cada matéria, em sua especificidade, venha a contribuir com a elaboração sistemática da teologia com suas múltiplas abordagens e metodologias. A espiritualidade fundamenta e direciona toda a reflexão, nos seus conteúdos, métodos e estratégias como ponto de partida e ponto de chegada do fazer teológico, enquanto reflexão sobre a vivência da fé. A missão, por sua vez, responde pela dimensão prática dos estudos teológicos, enquanto elaborados numa relação dialogante com as múltiplas realidades históricas e culturais.

f) *A integralidade dos processos*

A constituição do currículo busca superar a distância, o paralelismo ou a oposição entre o teórico e o prático, entre conteúdos e métodos, entre o acadêmico e o pedagógico. Todo o conjunto curricular, desde a compreensão da objetividade teológica, inclui uma relação construtiva e tensional entre o já constituído e o por constituir-se, distinguindo reprodução e produção teológicas. A articulação entre conteúdos e métodos verifica-se na insistência não só em conteúdo a serem estudados, como também nas metodologias, o que se visibiliza, de modo particular, no primeiro módulo em que são agrupadas as disciplinas teológicas.

O estudo das metodologias quer garantir o exercício do fazer teológico bem como a diversidade de abordagens dada nas diversas áreas que compõem o conjunto do curso e mesmo no interior de uma área específica. O currículo integra de modo original na sua organização horizontal - módulos – práticas acadêmicas e posturas didático-pedagógicas. Elabora os objetivos referentes a conteúdos programáticos e ao desempenho esperado dos alunos, o que supõe as funções diferenciadas do docente e do orientador pedagógico.

3.1.1. Qualidade de ensino

Educadores têm uma preocupação constante: a melhoria da qualidade do ensino. Independentemente das divergências que se possa ter a respeito do próprio conceito de “qualidade do ensino”, concorda-se, assim se espera, que um “bom ensino” deve gerar resultados satisfatórios no desempenho dos alunos nos exames oficiais de avaliação: ENADE, exames de qualificação profissional, residência, concursos públicos etc. Ou seja, um “bom ensino” deve refletir nos resultados alcançados pelos alunos nas avaliações a que se submetem.

Também é concordância geral que a aprendizagem é patrimônio do aprendiz. É o aluno que aprende. Por isso, aceita-se que há um “bom ensino” quando há “verdadeira aprendizagem” dos alunos. Essa “verdadeira aprendizagem” deve produzir resultados satisfatórios em exames de avaliação, sob pena de ser considerada apenas letra morta. Caso contrário, entra-se numa infundável discussão subjetiva sobre aprendizagem.

Sendo conquista do aluno, a aprendizagem depende muito de seu empenho e de sua dedicação. Não bastam bons docentes e bons recursos didáticos. Podemos mesmo afirmar que uma “boa proposta pedagógica” é aquela que é capaz de levar o aluno a fazer o esforço necessário para que sua aprendizagem ocorra. Claro que nessa “boa proposta pedagógica” estão incluídos bons docentes e bons recursos didáticos. Mas, é imprescindível que essa boa proposta leve mesmo a sério a necessidade do esforço permanente do aprendiz.

Como nosso objetivo principal é a aprendizagem, parte do trabalho docente deve concentrar-se na criação de mecanismos que melhorem efetivamente a aprendizagem de todos os alunos.

3.1.2. Mecanismos de aprendizagem

Se desejarmos fomentar no aluno o esforço próprio, precisaremos de mecanismos que o levem a realizar seu próprio trabalho de aprendizagem. Não é suficiente dizer para o aluno que ele precisa estudar, é necessário fornecer orientações precisas e detalhadas do que deve estudar, como e quando estudar, em cada uma das unidades curriculares do seu curso.

A sala de aula é um ambiente de ensino-aprendizagem muito eficiente e tem sido tradicionalmente, ao longo da vida escolar, o local mais importante. Sua importância e eficiência dependem não apenas do que acontece no momento da aula, mas também do trabalho prévio do docente.

Podemos dividir o tempo de ensino-aprendizagem em três momentos: antes da aula, durante a aula e após a aula. Com isso, o tempo de ensino-aprendizagem é ampliado para um dia inteiro, não se limitando mais ao período de duração das aulas. O docente é o principal responsável por esses três momentos, cujo sucesso depende da sua competência.

No momento “antes da aula”, o docente coloca em prática a sua habilidade de preparar as aulas. Para cada aula, ele elabora um conjunto de orientações, que permite aos alunos o estudo antecipado, e define os objetivos da aula, os textos que deverão ser lidos, as atividades que deverão ser realizadas, a lista de exercícios, o filme sobre o tema da aula, os sites, as imagens, enfim, todos os materiais didáticos que tratam do assunto e que possam ajudar o aluno a aprender por si mesmo. Os materiais não devem se limitar apenas ao que

será abordado em sala de aula; devem, também, permitir ao aluno o estudo aprofundado do tema a ser tratado, respeitando o conteúdo proposto no projeto pedagógico do curso. Ao fazer isso, o docente induz a criação de uma cultura de autoaprendizagem, fundamental para a formação do aluno de hoje.

Se bem-preparado esse momento antes da aula, o momento durante a aula será mais rico e melhor aproveitado. O docente não gastará tempo com anotações desnecessárias no quadro. Seu limitado tempo de aula será usado para a explicação dos pontos fundamentais do tema, o diálogo, a discussão e o esclarecimento de dúvidas. As perguntas formuladas pelos alunos serão, certamente, de melhor nível, enriquecendo os comentários do docente e as discussões de todos.

Se durante a aula surgirem novas ideias, que exijam acrescentar novos textos e materiais didáticos, o docente poderá fazê-lo após a aula. Também depois da aula, o professor designará atividades pedagógicas por ele supervisionadas, propiciando aos alunos uma aprendizagem efetiva e autônoma. Com isso, o momento após a aula será ainda mais rico, visto que será o resultado do ocorrido nos dois momentos anteriores.

Esses três momentos, quando bem-preparados pelo docente, tornam-se, assim, poderoso auxiliar no processo de ensino-aprendizagem. Se todos os envolvidos, dirigentes, docentes e alunos trabalharem em conjunto na construção desses momentos, a qualidade da educação será sempre crescente.

Mas, infelizmente, a prática tem demonstrado que isso não basta como único mecanismo para fomentar a cultura da aprendizagem. Alguns alunos não cumprem o seu papel e acabam apenas assistindo às aulas. A cultura da aprendizagem centrada exclusivamente no momento da aula e numa postura passiva do estudante é muito forte. Alguns ainda acreditam, ou às vezes usam essa crença como desculpa para a própria indisposição para estudar sozinho.

Sem embargo de se reconhecer que a sala de aula é importante e pode ser eficiente como ambiência de aprendizagem, sabe-se que uma postura mais autônoma do estudante,

que busque o saber para além dos limites da aludida sala, aumenta o nível de efetividade da referida aprendizagem.

A preparação adequada de cada aula pelo docente é fator que, a despeito de primordial no processo educativo, tem-se revelado insuficiente. Uma das razões para isso talvez esteja em certos aspectos negativos do vínculo pessoal que a sala de aula cria entre alunos e professores. A relação afetiva entre alunos e docentes, muito importante em vários sentidos, algumas vezes dificulta a cobrança pelo docente da parte que toca ao aluno na aprendizagem. O aluno que não estuda a aula que foi preparada pelo docente não se sente penalizado por isso. O docente acaba cobrando nas provas apenas aquilo que ocorre na aula. Há uma cultura de valorização exclusiva daquilo que se passa na sala de aula. O aluno percebe que basta prestar a atenção na aula que ele já conseguirá um excelente resultado nas provas. O professor fica feliz com a boa participação do aluno, com seu interesse e atenção. O aluno percebe que isso é suficiente para a sua aprovação na disciplina. A atividade principal do aluno passa a ser apenas a de prestar atenção na aula. Ele pouco estuda antes da aula. Os momentos antes e após a aula não são valorizados.

Não basta, portanto, uma aula bem-preparada pelo docente, ainda que com um conjunto diversificado de atividades; é fundamental uma cultura de avaliação que leve em consideração o esforço do aluno na realização das atividades antes e após a aula.

3.1.3. O processo de avaliação do ensino-aprendizagem

Uma consequência positiva dos três momentos de aprendizagem citados é o desenvolvimento de uma cultura de que se deve avaliar os alunos não apenas por aquilo que acontece na sala de aula, mas por tudo aquilo que foi previsto e elaborado na preparação das aulas. Os alunos precisam aprender que poderão ser cobrados pela aprendizagem das atividades e conteúdos programados no interior de cada disciplina, mesmo que não dados em sala de aula.

Uma avaliação deve ser uma boa medida da eficácia da relação ensino-aprendizagem. Não se trata de “facilitar” ou “dificultar” um melhor resultado. Espera-se que a avaliação seja apenas uma medida adequada do resultado do processo ensino-aprendizagem, servindo

assim para que professores e alunos possam aperfeiçoar esse processo. Portanto, a avaliação deve medir conteúdos e competências propostos e elaborados pelos docentes na preparação de suas aulas, não apenas o que foi trabalhado em sala de aula.

Resumindo, para criar-se uma cultura de valorização da aprendizagem, levando o aluno a realizar o esforço próprio que a aprendizagem exige, devem-se adotar, pelo menos, os seguintes princípios:

- ***A aprendizagem é conquista do aluno, com orientação, acompanhamento e avaliação docente.***
- ***Todos aprendemos de forma diferente – por métodos diferentes, em diferentes estilos e a ritmos diferentes.***
- ***A aprendizagem cresce com a atividade e o esforço do aluno***
- ***Esforço exige orientação, acompanhamento e avaliação***

3.2. Políticas institucionais para a graduação em Teologia

3.2.1. Políticas de Ensino

Em decorrência de seus objetivos permanentes e diretrizes o ITESP define as seguintes políticas de ensino a serem adotadas em seu curso de Teologia:

- I. Construção coletiva de projeto pedagógico **centrados no aluno como sujeito da aprendizagem e apoiado no professor como facilitador e mediador** do processo ensino-aprendizagem;
- II. Elaboração de projeto pedagógico que demonstre claramente como o **conjunto das atividades previstas** garantirá o perfil desejado de seu egresso e o **desenvolvimento das competências e habilidades** esperadas;
- III. Atualização constante do currículo implantado (sempre que necessário) através da efetiva atuação do NDE em atenção às exigências profissionais e as demandas advindas dos órgãos responsáveis pela educação superior;
- IV. Incentivo às metodologias ativas de aprendizagem;
- V. Promoção da interdisciplinaridade e da flexibilidade curricular;
- VI. Estímulo à permanência dos estudantes através de apoio pedagógico e financeiro;

- VII. Apoio ao desenvolvimento pedagógico dos docentes;
- VIII. Qualificação do acadêmico de graduação de maneira social e formal, oferecendo educação de qualidade, realçando estratégias e formas de estágios e de práticas profissionais;
- IX. Democratização do acesso ao ensino superior, diversificando e ampliando as formas de ingresso a partir das demandas contextuais e buscando formas de financiamento para a manutenção dos alunos;

O Projeto Pedagógico do Curso de Teologia do ITESP, para atender à concepção filosófica da organização didático-pedagógica, deve apresentar:

- I. Concepção da estrutura curricular, fundamentada em metodologia de ensino que articule o ensino, a iniciação científica e a extensão;
- II. Estímulo ao desenvolvimento de conteúdos integradores e essenciais através de processos interdisciplinares;
- III. Estímulo a metodologias ativas de aprendizagem e fim da hegemonia da aula expositiva;
- IV. Inserção de tecnologias da informação na relação ensino-aprendizagem;
- V. Priorização do desenvolvimento de competências e habilidades;
- VI. Desenvolvimento de atividades que privilegiam os saberes teórico-práticos e a inserção na comunidade onde se localiza o curso;
- VII. Desenvolvimento do espírito crítico e analítico, preparando os acadêmicos para a resolução dos problemas enfrentados na atuação pastoral;
- VIII. Estímulo à educação continuada considerando a graduação como etapa de construção das bases para o desenvolvimento;
- IX. Estreitamento do relacionamento com os egressos a fim de obtenção de melhoria de qualidade no ensino-aprendizagem.

Para a efetiva aplicação desses princípios serão utilizados na estruturação do Projeto Pedagógico, os seguintes mecanismos:

- I. O Curso de Teologia será desenvolvido em 4 anos (8 semestres) e estruturado em eixos de Formação (Fundamental, Teórico-prático e Interdisciplinar), TCC, Atividades Complementares, Estágio e Projeto Integrador de Extensão;
- II. Todas as Unidades Curriculares terão suas atividades previamente preparadas pelos docentes e divulgadas com orientações precisas e detalhadas do que o aluno deverá estudar. Os professores poderão usar diferentes metodologias e recursos;
- III. Em todas as Unidades Curriculares os docentes terão horas de atividades práticas supervisionadas para os alunos realizarem atividades ligadas ao conteúdo da disciplina, fora de sala de aula, sempre sob orientação e acompanhamento docente;
- IV. As atividades de cada disciplina serão acompanhadas e avaliadas regularmente por docentes pelo NDE e pela coordenação de curso;
- V. A avaliação dos estudantes em cada Unidade Curricular ou Módulo deverá abranger, além dos conteúdos trabalhados na sala de aula, os conteúdos e atividades que foram elaborados pelo docente na preparação das aulas conforme Planos de Ensino Aprendizagem;
- VI. A avaliação do processo ensino-aprendizagem será realizada por meio de procedimentos de avaliação variados a cargo de grupo de trabalho especialmente designado.

3.2.2. Políticas de Extensão

A Extensão tem por objetivo tornar acessível à sociedade o conhecimento de domínio da Instituição, seja por sua própria produção, seja pela sistematização ou pelo estudo do conhecimento universal disponível. Trata-se, portanto, de uma oportunidade de divulgar e de ampliar o acesso às pesquisas/IC, atividades, trabalhos, conhecimentos e cultura produzidos pela Instituição.

O desenvolvimento de políticas de extensão como uma dimensão do ensino e atividade de formação acadêmico-científico-cultural de seu corpo discente tem sido

evidenciada como política institucional no campo da extensão. Em relação a tal aspecto a Resolução CNE 07/2018, apresenta algumas deliberações, tais como a atualização do conceito de extensão na Educação Superior Brasileira, ora constituído como “atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa”.

Corroborando a isto, o ITESP apresenta como Política de Extensão:

- I. Incentivo à articulação da Extensão com o Ensino e a Pesquisa/Iniciação Científica;
- II. Promoção da democratização do conhecimento acadêmico e da participação efetiva do ITESP na sociedade local e regional por meio da interação dialógica e do diálogo inter-religioso;
- III. Favorecimento ao processo dialético da relação teoria-prática;
- IV. Promoção de trabalhos interdisciplinares que favoreçam o desenvolvimento local e regional;
- V. Estímulo ao desenvolvimento cultural como instrumento de construção da cidadania.

O Projeto Pedagógico do Curso de Teologia do ITESP para atender à Política de Extensão deve:

- I. Explicitar como diretriz a articulação entre ensino, iniciação científica e extensão, levando em consideração as características do curso e as necessidades locais e regionais;
- II. Incentivar e valorizar a participação dos alunos em diferentes ações de extensão;
- III. Considerar de forma objetiva atividades de extensão como relevante para o curso através de eventos organizados para a difusão, para a comunidade, de estudos e reflexões desenvolvidos no ITESP;

- IV. Prever o monitoramento, registro, avaliação das ações de extensão, apresentação e publicação dos resultados.

Para a efetiva aplicação desses princípios as atividades de extensão serão desenvolvidas, levando-se em consideração as modalidades a seguir:

- I. **Projetos:** Ação processual e contínua de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado. O Projeto de Extensão pode ocorrer isoladamente ou pode ser vinculado a um Programa de Extensão.
- II. **Cursos/Oficinas:** Consiste em uma ação pedagógica, de caráter teórico e/ou prático, presencial ou à distância, planejada e organizada de modo sistemática, com carga horária mínima de 06 horas e critérios de avaliação definidos. Responde a demandas não atendidas pela atividade regular do ensino formal de graduação ou de pós-graduação e pode estar vinculada a um Programa ou Projeto de Extensão ou ser isolado.
- III. **Eventos:** Corresponde a apresentação e/ou exibição pública, livre ou com clientela específica, do conhecimento ou produto cultural, artístico, esportivo, científico e tecnológico desenvolvido pelo Itesp. São exemplos de evento de extensão: campanha de difusão cultural, concerto, espetáculo, exposição, festival, feira, conferência, congresso, simpósio, seminário, debate, encontro, fórum, jornada, mesa-redonda, palestra, lançamento de publicações e produtos, mostra, entre outras manifestações.
- IV. **Prestação de Serviços:** Compreende atividade de trabalho social, ou seja, ação deliberada que se constitui a partir da (e sobre a) realidade objetiva, produzindo conhecimentos que visem à transformação social.

3.2.3. Políticas de Pesquisa/ Iniciação Científica

A Pesquisa/Iniciação Científica é parte intrínseca das ações do Instituto São Paulo de Estudos Superiores (ITESP). A atividade de investigação permite aos alunos construir, rever, analisar, reconstruir e, apoiados pelo ITESP, divulgar o conhecimento científico produzido na

instituição. A investigação científica do ITESP é voltada para o estudo da realidade filosófica, social, humana e, principalmente, teológica da sociedade, buscando entender, explicar e divulgar temas relacionados ao curso de Teologia (Bacharelado) que oferece. Esse processo permite avançar no domínio de processos de construção de conhecimentos, bem como nos procedimentos de investigação.

Ao longo de sua caminhada e para melhorar a qualidade do ensino, o ITESP vem buscando incansavelmente agregar valores e conhecimentos que possam enriquecer a formação de seus alunos. Por meio de suas políticas e ações pedagógicas e administrativas, o instituto trabalha aspectos voltados à investigação científica e cultural, motivando alunos para atividades diversificadas, empíricas, transversais, multidisciplinares e de desenvolvimento social.

A iniciação científica no ITESP não é um trabalho isolado institucionalmente. Por meio de eventos específicos, são criados momentos para a apresentação de trabalhos oriundos da iniciação científica, bem como dos TCCs, todos vinculados ao processo e abertos ao público. Havendo possibilidades, os resultados das pesquisas também são apresentados fora do ITESP, em eventos da área de Teologia, com ajuda financeira da instituição. O ITESP se orgulha dos trabalhos de seus alunos que, em alguns casos, são publicados na própria revista "Espaços", online, como também externamente, em revistas avaliadas pelo Qualis.

Os programas de iniciação científica no ITESP são coordenados pelo Núcleo de Pesquisa e Extensão, que vem coordenando programas criados para instituir o método da investigação como ferramenta de ensino, além de incentivar a produção acadêmica de docentes e discentes. São eles:

- Grupos de Estudos Teológicos;
- PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (GOV);
- BIC/ITESP – Bolsa de Iniciação Científica do Instituto São Paulo de Estudos Superiores;

A regulamentação dos programas consta nos editais próprios, publicados anualmente. Quanto ao desenvolvimento artístico e cultural, procura-se manter o diferencial já consolidado no ITESP: o interesse dos estudantes por atividades dessa natureza, ao qual se

dirigem ofertas institucionais. Além disso, não é raro que os estudantes estrangeiros, a partir de sua cultura e experiências diferenciadas, ofereçam uma rica contribuição para diversificar as ofertas culturais do ITESP com seus valores e experiências diversas, inclusive religiosas. Os alunos têm ampla liberdade de participação nas práticas de trabalhos desenvolvidos no dia-a-dia acadêmico, e isso serve inclusive para o processo de adaptação à nova realidade.

Com envolvimento intenso do Diretório Acadêmico, o ITESP mantém espaços para treinamento de dança, música e teatro. Os monitores são os próprios alunos ou convidados que encontram na instituição um espaço para praticar e desenvolver suas habilidades. A busca de intercâmbio com alunos de outras instituições para pesquisa e trabalhos de cunho artístico e cultural também faz parte da política do ITESP.

A partir de 2024, o ITESP contará com a oferta periódica de oficinas ministradas por discentes e docentes, nos momentos previstos no horário semestral de aulas. Os assuntos são diversos, mas sempre procurando explorar as habilidades, as afinidades e as competências dos estudantes, nas mais diversas áreas de sua atuação e interesse.

Critérios para Concessão de Bolsas de Iniciação Científica (2 bolsas anuais)

Requisitos para Alunos:

1) Elegibilidade:

O aluno deverá estar devidamente matriculado no 6º semestre do curso de graduação em Teologia no Instituto São Paulo de Estudos Superiores (ITESP).

2) Apresentação de Projeto:

O aluno deve apresentar um projeto de pesquisa elaborado em conjunto com um professor orientador. Esse projeto deve ser submetido à avaliação pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) do ITESP.

3) Avaliação e Seleção:

Os projetos serão avaliados pelo NDE, e os resultados serão comunicados via site e mídias digitais do ITESP.

4) Cumprimento de Prazos:

O aluno deve cumprir todos os prazos estabelecidos para a entrega do projeto e da pesquisa. Em caso de não cumprimento dos prazos ou não entrega da pesquisa, o aluno deverá devolver integralmente o valor da bolsa recebido até o momento.

5) Produção de Artigo:

O artigo final deve conter no mínimo 15 a 20 páginas de conteúdo de pesquisa. O resultado da pesquisa deverá ser publicado na Revista Espaços.

6) Orientação:

Todo aluno deve ser orientado por um professor Mestre ou Doutor na área escolhida.

7) Benefício:

O aluno bolsista receberá R\$300,00, pago em dinheiro via transferência bancária ou em espécie.

Orientações para Professores Orientadores

Requisitos para Professores:

1) Qualificação:

Os professores orientadores devem possuir título de Mestre ou Doutor na área de pesquisa escolhida e dispor de tempo de qualidade para orientação da Pesquisa Científica.

2) Horas de Pesquisa:

Os professores receberão horas de pesquisa pela orientação prestada. O valor da remuneração será estabelecido pela Direção do ITESP em conjunto com a Associação São Paulo de Estudos Superiores (ASPES).

Responsabilidades dos Professores:

Apoio ao Aluno: Orientar os alunos na elaboração e desenvolvimento do projeto de pesquisa.

Acompanhamento: Garantir que os alunos cumpram os prazos e requisitos estabelecidos para a pesquisa.

Avaliação: Revisar e avaliar o artigo final para garantir que atenda aos critérios de qualidade e requisitos mínimos de páginas.

Relatórios: Fornecer relatórios periódicos sobre o progresso do aluno ao Núcleo de Pesquisa e Extensão, assim como o Núcleo Docente Estruturante.

Processo de Seleção

Submissão de Projetos:

- Os alunos devem submeter seus projetos de pesquisa ao NDE para avaliação.

Avaliação:

- O NDE avaliará os projetos com base em critérios de originalidade, relevância, viabilidade e contribuição acadêmica.

Divulgação dos Resultados:

- Os resultados da seleção serão divulgados no site e nas mídias digitais do ITESP.

Assinatura de Contrato:

- Os alunos selecionados assinarão um contrato que estipula os termos e condições da bolsa, incluindo prazos e requisitos de devolução de valores em caso de não cumprimento.

Considerações

A bolsa de iniciação científica é uma oportunidade para os alunos aprofundarem seus estudos e contribuírem para o avanço do conhecimento na área de Teologia. O cumprimento dos critérios e prazos é essencial para garantir a continuidade e o sucesso do programa. Todas as publicações serão submetidas para a Revista Espaços do Instituto, assim como incentivadas a apresentação e publicação em eventos científicos promovidos pelo ITESP e outras instituições acadêmicas.

3.2.4. Políticas de Estágio

O ITESP tem como Política de Estágio:

- I. Propiciar a observação de saberes sistematizados entre os conhecimentos acadêmicos e empíricos;

- II. Trabalhar a formação de competências próprias à atividade profissional e à contextualização do currículo;
- III. Instrumentalizar o processo dialético entre teoria/prática da formação profissional;
- IV. Favorecer um trabalho interdisciplinar que beneficie a visão integrada do social; formando o cidadão, o profissional e a pessoa;
- V. Desenvolver parcerias e convênios com Instituições, identificando e atendendo às demandas sociais, articuladas com as políticas e as prioridades institucionais;
- VI. Envolver as Instituições parceiras no processo de avaliação das atividades de curso e no processo de atualização do PPC de Teologia;
- VII. Favorecer o diálogo, o questionamento, a interação entre os pares bem como a criatividade;
- VIII. Favorecer o desenvolvimento da autonomia intelectual do estudante e de sua criticidade.

O Projeto Pedagógico do Curso de Teologia do ITESP para viabilizar a execução do estágio deve:

- I. Organizar o estágio, com carga horária mínima de 200 h proporcionando espaços educacionais variados e supervisão docente;
- II. Garantir que as atividades nos campos de estágio sejam seguidas de reflexão crítica mediada pelos supervisores;
- III. Descrever as formas de registro e controle das atividades;
- IV. Estabelecer convênios com organizações sociais e públicas para a execução do estágio;
- V. Prever a condição para a realização do estágio extracurricular e seu aproveitamento;
- VI. Definir instrumento próprio com as regras a serem observadas.

3.2.5. Políticas de Atividades Complementares

Para configurar um profissional Teólogo comprometido com a realidade social, com a melhoria das condições sociais e com a própria profissão, o ITESP propõe ações que integrem e propiciem transformações no pensar e fazer, implicando em um ensino de qualidade. Para tanto, visando enriquecer e complementar a sua formação, o estudante de Teologia será constantemente estimulado a participar de atividades extracurriculares, ampliando seus conhecimentos por meio de experiências e vivências externas ao curso.

As Atividades Complementares do curso de Teologia deverão possuir Regulamento próprio onde estarão expressas as categorias e modalidades, carga horária e meio de comprovação segundo as determinações do Ministério da Educação e observadas as diretrizes curriculares específicas do curso, como pré-requisito para sua conclusão e consequente colação de grau.

3.3. Políticas de Pós-Graduação

3.3.1. Políticas Pós-graduação *Lato Sensu*

Os cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*, em nível de Especialização, serão desenvolvidos de acordo com a legislação vigente [Resolução CNE/CES nº 1](#), de 6 de abril de 2018 e serão cadastrados conforme legislação específica.

Os cursos de pós-graduação *Lato Sensu*, em nível de Especialização, têm a duração mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas, nestas não computado o tempo de estudo individual ou em grupo, sem assistência docente, e o reservado, obrigatoriamente, para elaboração do trabalho de conclusão de curso/monografia.

Os cursos de *lato sensu* possuem nas suas estruturas curriculares a disciplina de Metodologia da Pesquisa Científica.

A oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu* acontece de formas distintas:

- I. Por demanda do mercado de trabalho na busca de recursos humanos cada vez mais qualificados;
- II. Por estímulo do curso de Teologia dentro do programa de Educação Continuada;
- III. Por parcerias com instituições.

Partindo dessas premissas e dando consequência ao princípio da educação continuada, o ITESP estabelece as seguintes políticas que norteiam a oferta de cursos de especialização (pós-graduação *lato sensu*):

- I. Promoção de cursos de especialização que atendam a necessidade de atualização e especialização dos profissionais de teologia.
- II. Promoção de cursos de especialização que induzam o desenvolvimento de novos espaços de reflexão, de modo a propiciar o redirecionamento da atuação do profissional e a consequente melhoria dos níveis de empregabilidade.

A construção dos Projetos Pedagógicos de Cursos de Pós-graduação *lato sensu* deverá seguir as seguintes orientações:

- I. Os projetos serão avaliados pelo Conselho Superior devendo ser instruídos entre outros com os seguintes itens:
 - a) Nome do Curso e Área do Conhecimento
 - b) Justificativa e possibilidades de inserção no mercado
 - c) Objetivos gerais e específicos
 - d) Concepção do Programa
 - e) Coordenação
 - f) Conteúdo Programático
 - g) Corpo Docente
 - h) Metodologia do processo de ensino e de aprendizagem
 - i) Sistemas de avaliação
 - j) Trabalho de Conclusão de Curso
 - k) Público Alvo
 - l) Regime de funcionamento
 - m) Número de vagas ofertadas
 - n) Carga horária
 - o) Critérios de seleção

- p) Infraestrutura física
- q) Planejamento Orçamentário
- r) Controle de Frequência
- s) Certificação
- t) Indicadores de Desempenho.

3.4. Políticas de Gestão

O modelo de gestão adotado pelo ITESP privilegia dois eixos principais: o acadêmico e o administrativo-financeiro. Para assegurar que estes eixos se desenvolvam a contento, dispõe de organização formal com estrutura simples, que visa a propiciar poucos níveis hierárquicos na administração institucional. Tais níveis interagem para que haja eficiência e eficácia da gestão institucional.

A proposição de gestão que do ITESP é participativa, estruturada democraticamente, onde o corpo técnico-administrativo, docentes e alunos devem integrar o processo formativo em sua plenitude. Por gestão participativa entendemos que a comunidade acadêmica e seus atores devem interagir para assegurar novos espaços de conhecimento e humanização, conjugando-os aos objetivos da educação superior contemplada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Nº 9394/96 e devidas atualizações.

A organização do ITESP se processa por órgãos deliberativos e normativos, órgãos executivos, órgãos suplementares e órgãos complementares conforme Regimento Geral.

São observadas as seguintes políticas de gestão no ITESP:

- I. Permanente integração entre o ITESP e a mantenedora ASPES;
- II. Gestão participativa com a definição de representantes do corpo social nos órgãos colegiados;
- III. Gestão orçamentária integrada com revisões periódicas;
- IV. Autonomia administrativa, pedagógica, científica e disciplinar nos termos do Regimento Geral;
- V. Otimização da utilização de recursos multimídias;

- VI. Promoção do aperfeiçoamento contínuo do corpo docente e técnico administrativo;
- VII. Avaliação sistemática das práticas docentes com foco na melhoria da qualidade de ensino e da aprendizagem;
- VIII. Valorização dos profissionais da Instituição, estabelecendo um plano de carreira que estimule a qualificação e o desempenho;
- IX. Estímulo à prática dos valores institucionais por meio de treinamentos constantes;
- X. Contribuição para sustentabilidade financeira da entidade mantenedora;
- XI. Respeito à autonomia da CPA;
- XII. Fortalecimento das instâncias colegiadas;
- XIII. Utilização dos resultados das avaliações internas e externas como elementos do processo de gestão de resultados da instituição;
- XIV. Transparência na divulgação dos resultados obtidos em processos avaliativos.

Para a efetiva aplicação desses princípios serão utilizadas as seguintes práticas:

- I. Eleição dos membros dos órgãos colegiados conforme determinado pelo Regimento Geral do ITESP;
- II. Estudo dos resultados obtidos nas avaliações com proposição de ações corretivas e calendário de cumprimento;
- III. Alinhamento dos esforços do ITESP com o planejamento geral da mantenedora;
- IV. Fortalecimento das atividades realizadas pela CPA, observada a autonomia do órgão;
- V. Cumprimento das políticas previstas no PDI;
- VI. Acompanhamento do plano de metas previstas no PDI pelos gestores e CPA;
- VII. Criação de um portal para as divulgações das informações dos processos avaliativos;
- VIII. Criação de um padrão de qualidade, observados os indicadores do Ministério da Educação, para espaços educacionais;

- IX. Priorização dos espaços de convivência do aluno;
- X. Melhoria constante dos recursos de tecnologia da informação e atualização de acervo;
- XI. Cumprimento da política de benefícios, qualificação e capacitação;
- XII. Cumprimento de avaliação de desempenho e valorização por resultado.

3.5. Política de Responsabilidade Social

O ITESP, no quesito Responsabilidade Social busca promover:

- I. Ações que promovam o Desenvolvimento Econômico e Social;
- II. A Defesa do Meio Ambiente, especialmente no âmbito institucional;
- III. O compromisso com as ações de Inclusão Social e respeito à diversidade;
- IV. O respeito aos Direitos Humanos;
- V. A Defesa da Memória Cultural e Patrimônio Cultural de São Paulo; e,
- VI. A garantia de Acessibilidade no sentido amplo.

Considerando a **Missão**, a **Visão** e os **Valores Institucionais**, definem-se as seguintes políticas:

- I. Estruturar atividades de responsabilidade social, considerando os impactos administrativos, financeiros e socioculturais desse processo;
- II. Comprometer a comunidade acadêmica com a promoção da ética, do desenvolvimento sustentável e da inclusão social;
- III. Promover o respeito às diversidades;
- IV. Considerar a defesa do meio ambiente, da memória cultural e o patrimônio cultural como temas transversais a perpassar a construção do perfil do egresso da instituição e evidenciá-los na construção e operacionalização das atividades previstas para o curso;
- V. Cumprir as ações que garantam acessibilidade no sentido amplo.

Para a efetiva aplicação desses princípios serão utilizadas as seguintes práticas:

- I. Oferta de Libras como disciplina obrigatória com o objetivo de atender às necessidades de orientação cristã e diálogo com a comunidade surda;
- II. Manutenção nos conteúdos obrigatórios, conforme legislação em vigor, de temas que visem a desenvolver e disseminar a Educação Ambiental, a igualdade étnico-racial, a defesa dos Direitos Humanos fundamentais e temas outros que valorizem as políticas afirmativas de inclusão social;
- III. Promoção de ações de preservação da memória cultural da região do Ipiranga;
- IV. Garantia de acessibilidade ampla às pessoas com necessidades especiais de educação.

3.5.1. Referenciais legais

3.5.1.1. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena

Atendimento à Lei Nº 11.645 de 10.03.2008 e Resolução CNE/CP Nº 01 de 17 de junho de 2004) com a inclusão da disciplina em todas as grades dos diversos cursos da IES: Relações Étnicas e Raciais: diálogos com a cultura afro-brasileira e indígena.

3.5.1.2. Dec. Nº 5.626/2005 - Disciplina de Libras

Os PPC's deverão contemplar a disciplina de Libras na estrutura curricular do curso como obrigatória nos cursos de licenciatura e fonoaudiologia e como optativa em todos os outros cursos da Educação Superior. O ITESP entende a necessidade de Libras como disciplina Obrigatória.

3.5.1.3. Políticas de Educação Ambiental

Atendimento à Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e ao Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002 com integração da educação ambiental às disciplinas do curso de modo transversal, contínuo e permanente.

A Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999 (regulamentada pelo Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002), que dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental em seu Artigo 1º define que: *Entende-se por Educação Ambiental os*

processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. E em seu Artigo 2º: A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal (Art. 9º, II – Educação Superior) e não formal.

Desta forma estabelece-se como Política Institucional a inserção de conteúdos da Educação Ambiental além da inserção da temática em atividades complementares promovidas pelo ITESP.

3.5.1.4. Política de Educação em Direitos Humanos

Atendimento à Resolução CNE Nº 1, de 30 de maio de 2012 que estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

Atendimento a Políticas de Direitos Humanos, que tratam da equidade e diversidade de gênero e do combate à violência contra a mulher (Lei Nº 11.340, de 7 de agosto de 2006)

3.5.1.5. Política Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista

Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, conforme o disposto na Lei Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.

3.5.2. Responsabilidade Social no ITESP

Localizado no histórico bairro do Ipiranga, em São Paulo/SP, o ITESP é uma instituição com uma trajetória de mais de 50 anos na área educacional. Além de proporcionar um ensino de excelência no curso de Teologia, o Instituto compreende que a responsabilidade social é imprescindível para sua missão de contribuir com a formação de cidadãos comprometidos com o bem-estar da sociedade e de atender às demandas da contemporaneidade.

Uma das bases fundamentais da Responsabilidade Social do Instituto São Paulo de Ensino Superior é o estreitamento do diálogo com a comunidade. A instituição reconhece a importância de ouvir e entender as necessidades e aspirações dos moradores do bairro do Ipiranga e das áreas circunvizinhas. Dessa forma, promove a realização de fóruns, debates e

eventos abertos à comunidade, onde se discutem temas relevantes e atuais, como questões ambientais, inclusão social, saúde e educação.

Ademais, a Instituição se destaca por seus programas e projetos de extensão universitária, os quais são um elo importante entre os conhecimentos acadêmicos e a realidade local. Por meio dessas ações, os alunos têm a oportunidade de colocar em prática o que aprendem em sala de aula, enquanto a comunidade se beneficia com serviços e atividades que visam ao desenvolvimento sustentável, a inclusão e a promoção do bem-estar.

Os programas de extensão universitária do ITESP abrangem diversas áreas do conhecimento, tais como:

1. Saúde e Bem-estar: Ações pontuais que tocam a saúde de mulheres, crianças e adultos em situação de vulnerabilidade como: campanhas de doações que beneficiam à comunidade, especialmente àqueles que não têm acesso regular a serviços e produtos de higiene pessoal.

2. Educação e Capacitação: Cursos e *workshops* gratuitos voltados para a formação profissional e pessoal dos moradores da região.

3. Cultura e Arte: Eventos culturais, apresentações teatrais, exposições e atividades artísticas que enriquecem a vida cultural da comunidade.

4. Sustentabilidade e Meio Ambiente: Iniciativas de conscientização sobre práticas sustentáveis e projetos de preservação do meio ambiente local. Inclusão da agenda internacional 2030 da ONU para ações de sustentabilidade.

A prestação de serviços à comunidade vai além das atividades dos programas de extensão. O ITESP também busca parcerias com organizações não governamentais e órgãos públicos para atender às demandas específicas da população local, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico da região.

Essas ações têm um impacto significativo na formação dos alunos do curso de graduação em Teologia. Ao vivenciar a prática da responsabilidade social desde cedo, os estudantes desenvolvem um senso ético e uma consciência cidadã aguçada. Eles aprendem a compreender a Teologia não apenas como uma esfera acadêmica, mas também como uma área de conhecimento para promover o bem comum e a justiça social.

Com efeito, a comunidade onde o ITESP está inserido também é beneficiada. A oferta de serviços de qualidade e o compromisso com o desenvolvimento local fortalecem os laços entre a instituição e os moradores, gerando um senso de pertencimento e parceria.

Ademais, a atuação responsável e socialmente engajada do Instituto contribui para atender às exigências da atualidade. Em um mundo em constante transformação, onde desafios sociais e ambientais são cada vez mais urgentes, a instituição assume seu papel como agente de mudança, formando profissionais não apenas capacitados em suas áreas de estudo, mas também conscientes de sua responsabilidade social para com a sociedade.

Em suma, o ITESP destaca-se por sua sólida trajetória no ensino superior e por sua profunda preocupação com a responsabilidade social. Suas ações de diálogo com a comunidade, programas e projetos de extensão universitária e prestação de serviços são pilares fundamentais para a formação de alunos comprometidos com a transformação significativa da sociedade. Essa abordagem responde de forma ímpar às necessidades dos cenários contemporâneos e reforça o compromisso do Instituto em continuar sendo uma referência educacional e social no bairro do Ipiranga e em toda a cidade de São Paulo.

O ITESP exerce muitas outras atividades de cunho acadêmico e em nível de promoção humana e assistência religiosa nesta região e na cidade de São Paulo. Poderíamos citar: (1) o atendimento religioso a inúmeras comunidades; (2) a assessoria teológica às paróquias por meio de cursos de extensão; (3) a publicação de subsídios teológico-pastorais (Revista); (4) a assistência pastoral em vários movimentos populares e ONGs; (6) o curso livre de teologia para leigos e leigas (período intensivo de férias); (7) por meio das três Associadas a Mantenedora, oferece apoio a várias obras sociais a elas ligadas.

3.6. Políticas Gerais de Avaliação

A avaliação é um processo contínuo, abrangente, sistemático e flexível de obtenção e julgamento de informações de natureza qualitativa e quantitativa sobre posturas e procedimentos de ensino e aprendizagem, permitindo:

(a) caracterizar o desempenho de cada aluno, identificando aspectos que demandem atenção especial;

- (b) planejar formas de apoio específico aos alunos que apresentem dificuldades;
- (c) verificar se os objetivos propostos estão sendo alcançados;
- (d) obter subsídios para a revisão de metodologias e recursos utilizados no desenvolvimento do curso.

Tendo por parâmetro os objetivos educacionais e didático-pedagógicos a avaliação é abrangente focalizando múltiplos aspectos do desempenho escolar, indo além da aferição de conhecimentos e considerando atitudes, procedimentos e compromissos com a profissionalização em Teologia.

Por outro lado, são avaliados, além do aprendizado propriamente dito, os resultados e impactos da ação docente sobre os educandos, os métodos e processos pedagógicos, a atuação da faculdade como um todo e a sua integração com a comunidade. E tudo isto, feito de forma regular, permanente e sistemática, tendo a avaliação o sentido primordial de gerar informações para os processos de decisão nos diversos níveis, eximindo-se de qualquer conotação punitiva, dominadora ou discriminatória.

O ITESP encontra-se também atento às finalidades essenciais da avaliação destacadas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, instituído pela Lei 10.861, de 14 de abril de 2004 e que podem ser assim traduzidas:

- I. Ultrapassa a simples preocupação com desempenhos ou rendimentos estudantis, buscando os significados mais amplos da formação profissional;
- II. Explicita a responsabilidade social da educação superior, especialmente quanto ao avanço da ciência, à formação da cidadania e ao aprofundamento dos valores democráticos;
- III. Supera meras verificações e mensurações, destacando os significados das atividades institucionais, não apenas do ponto de vista acadêmico, mas também quanto aos impactos sociais, econômicos, culturais e políticos;
- IV. Aprofunda a ideia da responsabilidade social no desenvolvimento do ITESP, operando como processo de construção, com participação acadêmica e social, e não como instrumento de checagem e cobrança individual;

- V. Valoriza a solidariedade e a cooperação e não a competitividade e o sucesso individual.

No que tange sua operacionalização, a avaliação está prevista em vários órgãos institucionais podendo ser assim dimensionada:

- I. Avaliação via CPA, do cumprimento de metas e ações contidas no PDI;
- II. Avaliação da execução do PPC através do Conselho Superior/Colegiado de Curso, do NDE, das comissões externas de avaliação, dos discentes e dos egressos;
- III. Avaliação das atividades Institucionais na ótica dos discentes e docentes;
- IV. Avaliação das atividades Institucionais através dos projetos de extensão e intervenção social no olhar dos parceiros e das comunidades envolvidas;
- V. Avaliação do desempenho Institucional através dos órgãos empregadores e entidades conveniadas;
- VI. Avaliação de desempenho através do ENADE;
- VII. Avaliação dos projetos de iniciação científica através dos aceites para divulgação em Encontros, Conferências, Congressos e publicações de artigos e resumos.

3.6.1. Dos itens observados na Avaliação dos Projetos Pedagógicos de Curso

- I. **Na execução do projeto:** formação e experiência profissional do corpo docente e a adequação do docente a cada atividade prevista: (aula teórica; aula prática, orientação de estágio, orientação de monitoria, orientação de iniciação científica, orientação de projeto integrador). Infraestrutura física, Estrutura dos espaços próprios e conveniados para a articulação teoria – prática, recursos de informática e acervo e serviços da biblioteca;
- II. **Na atualização do Curso:** adequação e atualização dos Planos de Ensino e Aprendizagem;
- III. **Na gestão do Curso:** movimentação de alunos: matrícula, transferência recebida, transferência expedida, trancamento, abandono, transferência interna.

Das instâncias de Avaliação do PPC:

- I. No **Núcleo Docente Estruturante**, a quem compete a observação mais contínua da manutenção do processo de qualidade e adequação do curso;
- II. Na **CPA**, a quem compete a avaliação institucional nas 10 dimensões orientadas pelo SINAES;
- III. No **Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão/Conselho de Curso**, a quem compete, conforme Regimento, Planejar, Acompanhar a execução e avaliar todos os procedimentos regulares do curso e ainda deliberar sobre diretrizes gerais de ensino, iniciação científica e extensão, zelando pela eficiência nos termos da legislação do ensino superior vigente.

3.7. Política de Acessibilidade

O ITESP, considera de fundamental importância a busca de novas formas de resposta aos proclames de uma educação inclusiva, que garanta não só o acesso, mas sobretudo a permanência e a progressão dos estudantes. Dessa forma, promove a prática da cultura de convivência, inclusão e acessibilidade a todos os indivíduos; independentes de suas características físicas, sensoriais e intelectuais bem como culturais, movendo barreiras de preconceitos e atitudes, tornando-se uma instituição de referência nos aspectos de acessibilidade e respeito à diversidade humana, entendendo a acessibilidade numa forma ampla que pode ser assim explicitada:

- I. **Acessibilidade Atitudinal** - Por meio da implantação de ações e projetos relacionados à acessibilidade em toda a sua amplitude, sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações. São ações de caráter prioritário.
- II. **Acessibilidade Arquitetônica** - Representada pela eliminação de barreiras ambientais físicas, com a existência de rampas, banheiros adaptados, piso antiderrapante, entre outras.
- III. **Acessibilidade Metodológica** - Configurada em metodologias e técnicas de aprendizagem inclusivas como também na concepção dos professores acerca do conhecimento, avaliação e inclusão educacional, promovendo processos de

diversificação curricular, flexibilização do tempo e utilização de recursos para viabilizar a aprendizagem de estudantes com deficiência.

- IV. **Acessibilidade Programática** - Evidenciada na sensibilização das políticas de regulação e acesso facilitado às informações de direitos e deveres dos estudantes.
- V. **Acessibilidade Instrumental** - ferramentas de estudo devem superar barreiras, priorizando a qualidade do processo de inclusão plena.
- VI. **Acessibilidade de Locomoção** - Constituída na eliminação de barreiras de locomoção, promovendo facilidade e segurança.
- VII. **Acessibilidade nas Comunicações** - Através da eliminação de barreiras, com disponibilização de outros meios, tais como multimídias e intérpretes.
- VIII. **Acessibilidade Digital** - Por meio da disponibilização de diferentes recursos e apoio técnico acesso à informação e ao conhecimento, auxiliando na permanência e progressão.

A instituição busca observar os principais dispositivos legais e normativos produzidos em âmbito nacional e internacional, discriminados no quadro abaixo, que enfatizam a educação de qualidade para todos e, ao constituir a agenda de discussão das políticas educacionais, reforçam a necessidade de elaboração e implementação de ações voltadas para a universalização do acesso à educação superior.

Dispositivos legais e normativos

Tabela 5. Dispositivos legais e normativos.

DISPOSITIVOS LEGAIS E NORMATIVOS	TEOR
<i>Constituição Federal/88, arts. 205, 206 e 208</i>	Assegura o direito de todos à educação (art. 205), tendo como princípio do ensino a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola (art. 206, I) e garantindo acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um (art. 208, V).

<i>LDB 9.394/96, cap. IV</i>	Institui o processo de avaliação das instituições de educação superior, assim como do rendimento escolar dos alunos do ensino básico e superior.
<i>Aviso Circular nº 277/96</i>	Apresenta sugestões voltadas para o processo seletivo para ingresso, recomendando que a instituição possibilite a flexibilização dos serviços educacionais e da infraestrutura, bem como a capacitação de recursos humanos, de modo a permitir a permanência, com sucesso, de estudantes com deficiência nos cursos.
<i>Decreto nº 3.956/01</i>	Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.
<i>Lei nº 10.436/02</i>	Reconhece a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio legal de comunicação e expressão e outros recursos de expressão a ela associados.
<i>Portaria nº 2.678/02</i>	Aprova diretrizes e normas para o uso, o ensino, a produção e a difusão do sistema Braille em todas as modalidades de ensino, compreendendo o projeto da Grafia Braille para a Língua Portuguesa e a recomendação para o seu uso em todo o território nacional.
<i>Portaria nº 3.284/03</i>	Substituiu a Portaria nº 1.679/1999, sendo ainda mais específica na enumeração das condições de acessibilidade que devem ser construídas nas IES para instruir o processo de avaliação das mesmas.
<i>ABNT NBR 9.050/04</i>	Dispõe sobre a acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.
<i>Decreto nº 5.296/04</i>	Regulamenta as Leis 10.048/2000 e 10.098/2000, estabelecendo normas gerais e critérios básicos para o atendimento prioritário a acessibilidade de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Em seu artigo 24 determina que os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade, públicos e privados, proporcionarão condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios, instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários.
<i>Decreto nº 5.626/05</i>	Regulamenta a Lei nº 10.436/2002, que dispõe sobre o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e estabelece que os sistemas educacionais devem garantir, obrigatoriamente, o ensino de LIBRAS em todos os cursos de formação de professores e de fonoaudiologia e, optativamente, nos demais cursos de educação superior.

<i>Programa Acessibilidade ao Ensino Superior. Incluir/2005</i>	Determina a estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior, que visam eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência.
<i>Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006)</i>	Assegura o acesso a um sistema educacional inclusivo em todos os níveis. Define pessoas com deficiência como aquelas que têm impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas.
<i>Plano de Desenvolvimento da Educação/2007</i>	O Governo Federal, por meio do MEC, lançou em 2007 o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) com o objetivo de melhorar substancialmente a educação oferecida pelas escolas e IES brasileiras. Reafirmado pela Agenda Social, o Plano propõe ações nos seguintes eixos, entre outros: formação de professores para a educação especial, acesso e permanência das pessoas com deficiência na educação superior.
<i>Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008)</i>	Define a Educação Especial como modalidade transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, tendo como função disponibilizar recursos e serviços de acessibilidade e o atendimento educacional especializado, complementar a formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.
<i>Decreto nº 6.949/09</i>	Ratifica, como Emenda Constitucional, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), que assegura o acesso a um sistema educacional inclusivo em todos os níveis.
<i>Decreto nº 7.234/10</i>	Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. O Programa tem como finalidade a ampliação das condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal e, em seu Art. 2º, expressa os seguintes objetivos: “democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; reduzir as taxas de retenção e evasão; e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação”. Ainda, no art. 3º § 1º consta que as ações de assistência estudantil do PNAES deverão ser desenvolvidas em diferentes áreas, entre elas: “acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação”.

<p><i>Conferências Nacionais de Educação – CONEB/2008 e CONAE/2010</i></p>	<p>Referendaram a implementação de uma política de educação inclusiva, o pleno acesso dos estudantes público-alvo da educação especial no ensino regular, a formação de profissionais da educação para a inclusão, o fortalecimento da oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e a implantação de salas de recursos multifuncionais, garantindo a transformação dos sistemas.</p>
<p><i>Decreto nº 7.611/11</i></p>	<p>Dispõe sobre o AEE, que prevê, no art. 5º § 2º a estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior, com o objetivo de eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.</p>
<p><i>Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos – Parecer CNE/CP 8/2012</i></p>	<p>Recomenda a transversalidade curricular das temáticas relativas aos direitos humanos. O Documento define como “princípios da educação em direitos”: a dignidade humana, a igualdade de direitos, o reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades, a laicidade do Estado, a democracia na educação, a transversalidade, vivência e globalidade, e a sustentabilidade socioambiental.</p>

No encadeamento das recomendações legais da educação inclusiva é possível perceber na Instituição o aprofundamento da discussão sobre o direito de todos à educação por meio da prática e da promoção de eventos que buscam a reflexão acerca dessa temática. Pensando, pois, na educação inclusiva e considerando seus pressupostos legais e conceituais o ITESP:

- I. Procura identificar as potencialidades e vulnerabilidades sociais, econômicas e culturais, de sua realidade local e global a fim de promover a inclusão plena;
- II. Organiza estratégias para o enfrentamento e superação das fragilidades constatadas;
- III. Reconhece a necessidade de mudança cultural e investe no desenvolvimento de ações de formação continuada para a inclusão, envolvendo os professores e toda a comunidade acadêmica.

O ITESP considerando a necessidade de assegurar às pessoas com deficiência condições de acesso ao ensino superior, de mobilidade e de utilização de equipamentos e instalações, busca os principais requisitos necessários para a promoção de um espaço inclusivo no ensino, relacionados à:

Deficiência Física: Por meio de eliminar barreiras arquitetônicas para circulação de visitante/ estudante, permitindo acesso aos espaços de uso coletivo da faculdade; Reserva de vagas no estacionamento da faculdade, utilizando a sinalização universal; Construção de rampas e escadas com corrimãos e sinalizadas com piso tátil e elevadores, facilitando a circulação de cadeiras de rodas; Adaptação de portas e banheiros com espaço suficiente para permitir acesso de cadeira de rodas; Colocação de barras de apoio nas paredes dos banheiros; Instalação de lavabos e bebedouros em altura acessível aos usuários de cadeiras de rodas; Disposição na sala de aula mesa adaptada à altura e condições físicas do estudante usuário de cadeira de rodas, de acordo com as normas técnicas de acessibilidade NBR-9050 da ABNT.

Deficiência Visual (Cegueira): Disponibilização de funcionário administrativo no primeiro dia de aula, para receber o estudante cego no sentido de lhe favorecer o conhecimento do espaço físico do campus e também por período necessário, até que o estudante cego construa o mapa mental dos espaços do campus; Criação, caso necessário, de espaço adequado na biblioteca para uso do sistema DOS-VOX pelo estudante cego; Admissão da entrada e permanência de cão-guia na sala de aula; Colocação de piso tátil na faculdade e Instalação de identificação dos locais por meio de placa em braile.

Surdez: Contratação de intérprete de LIBRAS, quando o estudante solicitar; Capacitação da LIBRAS aos funcionários administrativos e professores do ITESP, caso venhamos a ter estudante com esta deficiência. Os procedimentos acima recomendados fazem parte do conjunto de ações necessárias à efetivação de uma Educação Inclusiva. Uma de nossas atribuições junto aos estudantes com deficiência ou com dificuldades específicas de

aprendizagem é criar um ambiente educacional que reconheça as suas possibilidades e suas limitações, garantindo, assim, a sua plena inclusão educacional.

Outra ação inclusiva é oferecida ao público com necessidade educacional especial como retratada abaixo:

Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA): Direcionamento de ações educacionais voltadas à condição espectral do transtorno, visando a inclusão e maximizando o seu desenvolvimento acadêmico e social.

Pessoa com alta habilidade/superdotação: Acompanhamento constante a fim de que não seja subaproveitado, garantindo os seus direitos de acessibilidade, planos de aulas específicos, alterações curriculares e provas adaptadas, conforme condição apresentada.

Observado o disposto acima o ITESP visando identificar os estudantes portadores de deficiências – especialmente os ingressantes - e a eles oferecer condições de acessibilidade e de participação no processo de ensino-aprendizagem durante todo o período de sua permanência na Instituição, estabeleceu os seguintes procedimentos:

- I. **No ato da inscrição para o processo seletivo** – levantamento das eventuais necessidades especiais para realização das provas;
- II. **No ato da matrícula** – aplicação de questionário ao matriculando, no qual se incluem questões sobre a existência ou não de deficiências ou mobilidade reduzida que venham a exigir, no decorrer do curso, condições especiais de acessibilidade;
- III. **No decorrer do curso** – oferecimento de condições de acessibilidade aos estudantes que, posteriormente ao seu ingresso na Instituição, venham a apresentar deficiências ou mobilidade reduzida, temporária ou permanente.
- IV. **No decorrer do curso - Acessibilidade Metodológica** - promovendo processos de diversificação curricular, flexibilização do tempo e utilização de recursos para viabilizar a aprendizagem de estudantes com deficiência.

3.8. Política de Comunicação Interna e Externa

O Setor de Comunicação do ITEP é responsável por implementar as estratégias de Comunicação Interna e Externa da Instituição. A Instituição desenvolve processo comunicativo com a sociedade por meio de métodos diretos e indiretos, visando fortalecer a marca ITESP e consolidar sua imagem como instituição religiosa de referência em sua área de abrangência.

Instrumentos de Comunicação:

- Ouvidoria - busca ouvir as opiniões, reclamações, sugestões e denúncias, garantindo o princípio da ética, da eficiência e da transparência em suas relações com a comunidade interna e externa
- Intranet, internet, além de jornal, rádio, televisão, telefonia móvel e ações promocionais
- Cross Marketing e o relacionamento com escolas, empresas, instituições governamentais e não governamentais, entidades de classes, associações, dentre outras.

O Setor Comunicação é responsável por implementar as estratégias de Comunicação Interna e Externa da Instituição.

3.8.1. Comunicação do ITESP com a comunidade externa

Na comunicação externa, o ITESP utiliza: rádio, jornal, site institucional, redes sociais, dentre outras mídias alternativas, além de serviços de Ouvidoria, e ações sociais em São Paulo e região, objetivando cumprir com suas finalidades e sedimentar a imagem da Instituição junto à sociedade. Merece destaque especial o Web Site institucional, que possibilita visualização da estrutura organizacional, curso de Graduação e Pós-graduação ofertados e seus conceitos junto ao MEC, as áreas de Pesquisa/IC, Extensão, Responsabilidade Social/Sustentabilidade, Monitoria, Atividades Complementares, e ainda uma comunicação direta por meio do sistema de Ouvidoria e Fale Conosco. Soma-se a isso a disponibilização dos resumos dos relatórios de Autoavaliação a serem construídos pela CPA, assim com uma síntese do PDI e do PPC, visando a transparência na comunicação com a sociedade.

3.8.2. Comunicação da ITESP com a comunidade interna

A comunicação interna ocorre a partir da percepção dos públicos e suas diferentes necessidades de informação. Diante da diversidade de públicos foram definidos alguns canais de comunicação específicos para atender às demandas de informação, privilegiando as mídias digitais por considerar o meio mais eficaz para fazer a informação chegar de forma instantânea e segmentada para seus públicos. O objetivo da Comunicação Interna é estabelecer, como prática permanente o diálogo entre empresa e seu corpo de colaboradores, bem como o ITESP e seus estudantes.

Os benefícios operacionais da Comunicação Interna são:

- Alinhamento da Informação disponível no ITESP;
- Entendimento dos colaboradores sobre o seu papel no fluxo de informações da Instituição;
- Aumento do nível de conhecimento e comprometimento dos colaboradores em relação aos objetivos da Instituição;
- Melhoria da qualidade dos setores que mantêm serviços de contato com estudantes e candidatos em potencial.

As atribuições da Comunicação Interna são:

- Promover a clareza nos processos de comunicação;
- Apontar soluções que resultem na eficiência da comunicação;
- Assinalar fontes de informação acessíveis a toda comunidade acadêmica;
- Monitorar os resultados;
- Liderar e articular ações integradas com os demais setores de comunicação do ITESP, visando otimizar resultados;
- Apoiar setores e projetos da Instituição com o objetivo de promover seus produtos e serviços internamente;

- Conduzir a informação de forma adequada, por canais específicos, para públicos segmentados.

Para estabelecer adequada e eficiente comunicação com o público interno, o ITESP dispõe dos seguintes meios: página na internet, sistema de intranet, e-mails (em que cada colaborador, administrativo e docente, tem um e-mail institucional), murais e televisões, além do Sistema Educa. O Sistema Educa permite uma base de dados da vida acadêmica dos estudantes, bem como a integração de informações gerais da Instituição. Aos estudantes, estão disponíveis no Gestor os serviços de Secretaria Virtual com serviços de requerimento on-line, Calendário Acadêmico, Ambiente Virtual de Aprendizagem, estágio dentre outras facilidades.

4. OBJETIVOS E METAS DA INSTITUIÇÃO

4.1. Dimensão I - A Missão e o PDI

O ITESP norteará sua Missão, Visão e Valores, bem como seu Plano de Desenvolvimento Institucional por meio dos objetivos, metas, ações e indicadores de desempenho descritos abaixo.

Objetivo 1	Consolidar os pilares estratégicos institucionais (missão, visão e valores) e os documentos de referência MEC/INEP, CNE/CES e CONAES
Meta	Capacitar os colaboradores para o exercício de suas atividades atendendo às políticas institucionais do ITESP e aos documentos de referência do MEC/INEP e demais instituições reguladoras.

			Cronograma Operacional				
Ações	Indicadores de Desempenho	Responsável	2023	2024	2025	2026	2027
Divulgar a identidade corporativa do ITESP - missão, visão e valores;	Identidade corporativa explicitada em espaços do ITESP e consolidada nas ações institucionais (coerência): Resultados satisfatórios da avaliação institucional (CPA) e do curso, por comissões externas MEC/INEP; Documentos de referência MEC/INEP e das agências reguladoras amplamente divulgados à comunidade acadêmica	Diretoria Geral	X	X	X	X	X
Divulgar as Políticas Institucionais descritas no PPI evidenciando sua aplicação, entre outros, nos projetos de Ensino, Pesquisa (iniciação científica) e Extensão, no atendimento ao discente, na contratação, qualificação e avaliação docente, na gestão do ITESP, no relacionamento com a comunidade;		Diretoria Geral	X	X	X	X	X
Analisar/estudar e divulgar os documentos de referência do MEC/INEP, CNE/CES e CONAES para a gestão do ITESP.							

Objetivo 2	Implementar o PDI
Meta	Utilizar o PDI como documento de referência para as ações institucionais.

			Cronograma Operacional				
Ações	Indicador de Desempenho	Responsável	2023	2024	2025	2026	2027
Definição de orçamento comprometido com as metas e cronograma do PDI.	Planejamento orçamentário vinculado ao PDI.	Diretoria Geral	X	X	X	X	X
Avaliar sistematicamente o cumprimento das Metas e Ações previstas no PDI.	Metas programadas executadas conforme cronograma – CPA.	CPA	X	X	X	X	X
Elaborar relatórios semestrais de monitoramento.	Relato Institucional fundamentado com descrição e avaliação das ações previstas.		X	X	X	X	X

Instrumentos de Avaliação para Dimensão I

I. Planejamento Orçamentário > execução orçamentária;

II. Relatório da CPA (semestral e Relato Institucional).

4.2. Dimensão II - Políticas para o Ensino, a Pesquisa/Iniciação científica, a Pós-Graduação e a Extensão

O ITESP norteará o ensino, a iniciação científica, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluindo os procedimentos para o estímulo à produção acadêmica, as bolsas de iniciação científica, de monitoria e demais modalidades por meio dos objetivos, metas, ações e indicadores de desempenho descritos abaixo.

a) Políticas para o Ensino e ações acadêmico administrativas para o curso de graduação em Teologia

Objetivo 1	Capacitar gestores do curso, corpo docente e corpo técnico administrativo para atuação, em consonância com os documentos de referência do MEC/INEP, CNE/CES, CONAES e com as Políticas Institucionais do ITESP.
Meta	Gestores de curso, corpo docente e técnico administrativo atuando em conformidade com os documentos de referência do MEC/INEP, CNE/CES, CONAES e com as Políticas Institucionais do ITESP.

Ações	Indicador de Desempenho	Responsável	Cronograma Operacional				
			2023	2024	2025	2026	2027
Divulgar e debater as concepções filosóficas e as Políticas Institucionais do ITESP explicitadas no PPI orientando sua aplicação em todas as atividades do curso de Teologia;	Concepções Filosóficas e Políticas institucionais previstas no PPI implementadas no curso.	Diretoria Geral e Coordenação de Curso	X	X	X	X	X
Manter o Núcleo Docente Estruturante - NDE atuando em conformidade com o que estabelece a Resolução CONAES nº	NDE atuante na gestão do curso e com Plano de Ação definido e operacionalizado.	Coordenação de Curso	X	X	X	X	X

1, de 17 de junho de 2010 e os instrumentos de avaliação INEP/MEC;							
Manter programa de formação continuada para a capacitação de coordenador de curso, NDE, docentes e técnicos - administrativos para a atuação fundamentada nas resoluções do CNE e do CONAES, nas orientações do SINAES e nas Políticas Institucionais do ITESP;	Programa de Educação Continuada evidenciado com a oferta de cursos e atividades de capacitação.	Diretoria Geral e Coordenação de Curso	X	X	X	X	X

Objetivo 2	Manter atualizados o PPC de Teologia
Meta	PPC de Teologia coerente com a Missão do ITESP, com as políticas institucionais definidas no PDI/PPI e com as orientações do CNE e MEC/INEP e atualizado.

			Cronograma Operacional				
Ações	Indicador de Desempenho	Responsável	2023	2024	2025	2026	2027
Manter atualizado e PPC de Teologia visando uma organização curricular que apresente plena coerência com as Políticas de Ensino, Pesquisa/IC e Extensão do ITESP, com os objetivos de curso, com o perfil do egresso definido nas DCNs e com os indicadores de qualidade explicitados nos instrumentos de Avaliação de Curso	Projeto pedagógico de curso revisado anualmente com referendo do NDE e Colegiado de Curso	NDE	X	X	X	X	X

Objetivo 3	Manter a cultura da Avaliação Sistemática do PPC
-------------------	--

Metas	PPC de Teologia avaliado conforme os padrões de qualidade definidos pelo MEC/INEP e constantemente atualizado.
--------------	--

Ações	Indicador de Desempenho	Responsável	Cronograma Operacional				
			2023	2024	2025	2026	2027
Avaliar sistematicamente o PPC de Teologia por meio do Colegiado de curso, do NDE e da CPA, no que se refere ao conteúdo, metodologia, infraestrutura disponível, acervo, estratégias de avaliação e resultados de aprendizagem.	Bons resultados nas avaliações externas a cargo do MEC/INEP, resultado de ENADE no mínimo igual a 4.	Diretoria Acadêmica, Coordenação do Curso e NDE	X	X	X	X	X
Socializar os resultados das avaliações e definir ações acadêmicas-administrativas para melhoria dos resultados.			X	X	X	X	X

Objetivo 4	Promover a formação do aluno numa visão generalista, evitando a fragmentação do conhecimento.
Meta	Atividades acadêmicas planejadas e executadas de forma interdisciplinar, superando a fragmentação do conhecimento.

			Cronograma Operacional				
Ações	Indicadores de Desempenho	Responsável	2023	2024	2025	2026	2027
Implementar atividades interdisciplinares como: projetos integradores, trabalhos de campo, visitas técnicas, seminários de natureza interdisciplinar, estudos de caso, grupos de estudo, entre outros; Implementar sistema de avaliação integrada de desempenho dos alunos que abranja o conjunto de conteúdos propostos nos Planos de Ensino Aprendizagem até o momento da avaliação.	Processo formativo adequado ao perfil do egresso definido no PPC de Teologia Processo de avaliação abrangente e coerente com os objetivos definidos nos Planos de Ensino Aprendizagem	Coordenação de Curso e NDE	X	X	X	X	X

Objetivo 5	Incentivar a educação continuada
Metas	Aumentar a participação de alunos e egressos em programas de Educação Continuada

			Cronograma Operacional				
Ações	Indicador de Desempenho	Responsável	2023	2024	2025	2026	2027
Realizar Seminários, Encontros, Congressos, Palestras e Debates como instrumento de conscientização para a	Realização de pelo menos um evento científico por ano.	Diretoria Acadêmica e	X	X	X	X	X

Educação Continuada fomentando o desejo e a necessidade de continuidade dos estudos;		Coordenação de Curso					
Incentivar a participação em Projetos de Iniciação Científica e de Extensão por meio das Atividades Complementares e de Programa de Bolsa de Iniciação Científica e de Extensão;	Incremento no número de alunos envolvidos em projetos de iniciação científica e de extensão;	Coordenação de Curso e NDE	X	X	X	X	X
Ofertar cursos de Pós-graduação articulados com a proposta do ITESP	Captação de estudantes para Programa de Pós-graduação "Lato Sensu" oferecidos pelo ITESP		X	X	X	X	X

Objetivo 6	Definir as Atividades Complementares como relevantes no processo de formação do aluno
Metas	Dar ao componente curricular Atividades Complementares a mesma relevância para a formação que as Unidades Curriculares/Módulo e o estágio do curso configurando-a como espaço para a formação diferenciada e flexibilidade curricular

			Cronograma Operacional				
Ações	Indicador de Desempenho	Responsável	2023	2024	2025	2026	2027
1. Incentivar a realização de projetos de iniciação científica e extensão (com atribuição de bolsas); 2. Explicitar no PPC de Teologia o contributo das atividades complementares na formação dos alunos; 3. Incentivar a participação de alunos em Encontros, Conferências e Congressos; 4. Incentivar a participação de alunos em atividades de prática profissional extracurriculares;	Atividades complementares programadas e descritas no relatório anual da CPA como de avaliação positiva.	Coordenação do Curso	X	X	X	X	X

5. Incentivar a participação de alunos na Monitoria;							
6. Incentivar a prática de estudos independentes.							

Objetivo 7	Implementar a Curricularização da Extensão
Metas	Dar ao componente curricular Projeto Integrador de Extensão a mesma relevância para a formação que as Disciplinas, o Estágio, Atividades Complementares e TCC configurando-o como espaço para a formação diferenciada e ação social da instituição na comunidade

			Cronograma Operacional				
Ações	Indicador de Desempenho	Responsável	2023	2024	2025	2026	2027
Manter Projeto Integrador de Extensão articulando os estudos desenvolvidos no ITESP com a aplicação prática observando-se as necessidades da comunidade	Projeto Integrador de Extensão proposto pelo NDE, aprovado pelo Colegiado e Diretoria do ITESP e implementado	Coordenação do Curso e NDE	X	X	X	X	X

Objetivo 8	Diminuir a evasão de alunos (as) por falta de condições acadêmicas de efetuar os estudos
Metas	Manter ações de nivelamento que propiciem taxa de evasão por questões acadêmicas inferior a 8%

			Cronograma Operacional				
Ações	Indicador de Desempenho	Responsável	2023	2024	2025	2026	2027

1. Acompanhar o desempenho dos alunos em cada avaliação cuidando para a execução das atividades de Nivelamento, se possível, ainda durante o processo de ensino aprendizagem;	Taxa de evasão por questões acadêmicas e psicopedagógicas inferiores a 4%.	Coordenação do Curso	X	X	X	X	X
2. Manter programa de monitoria para apoio aos discentes.		Coordenação do Curso	X	X	X	X	X
3. Prover apoio psicopedagógico		Diretoria	X	X	X	X	X

Instrumentos de Avaliação da Política de Ensino de Graduação

- I. Relatórios das Comissões Externas de Avaliação
- II. Parecer do Núcleo Docente Estruturante e Colegiado de Curso
- III. Relatório da CPA
- IV. Resultados do ENADE
- V. Análise estatística e analítica da movimentação de alunos

b) Políticas para o Ensino e ações acadêmico administrativas para os cursos de pós-graduação

Objetivo	Contribuir para a qualificação de recursos humanos através da oferta de cursos dentro do Programa de Educação Continuada.
Metas	<ol style="list-style-type: none"> 1. Oferta de cursos de pós-graduação Lato Sensu, por área de conhecimento relativa aos cursos de graduação do ITESP conforme pesquisa de mercado e demanda 2. Gestão integrada dos procedimentos acadêmicos da pós-graduação

3. Manter curso de pós-graduação Lato sensu

			Cronograma Operacional				
Ações	Indicador de Desempenho	Responsável	2023	2024	2025	2026	2027
Realizar estudos prospectivos das necessidades de qualificação para consolidação de parcerias e oferta de curso de pós-graduação lato sensu.	1. Projetos de curso estruturado (Resolução nº 1, de 08 de junho de 2007), implementado, com vagas preenchidas e com avaliação positiva do mercado de trabalho.	Coordenadoria de Pesquisa e Extensão					X
Elaborar os Projetos pedagógicos de cursos de pós-graduação “Lato Sensu” atendendo ao que estabelece a legislação vigente.	2. Atendimento ao seguinte dispositivo legal: Resolução nº 2, de 12 de fevereiro de 2014 (Instituição de cadastro nacional de oferta de cursos de pós-graduação lato sensu (especialização) das instituições credenciadas no Sistema Federal de Ensino).						X
Fazer a divulgação dos cursos em oferta.	3. Cursos reconhecidos como de excelência pelos participantes.						X
Modernizar e integrar o sistema de registro acadêmico, para melhorar o processo de gestão e acompanhamento da pós-graduação.	Sistema de Pós-graduação com absoluto controle de registro acadêmico.						X

Instrumentos de Avaliação para a Política de Pós-graduação

- I. Cursos criados e aceitos pela comunidade
- II. Relatório de avaliação da CPA

c) Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a pesquisa/iniciação científica, tecnológica, artística e cultural

Objetivo 1	Promover a participação efetiva de docentes e discentes do ITESP no desenvolvimento de projetos de pesquisa/iniciação científica voltados, (sempre que possível) para o estudo e resolução de problemas da região de influência da Instituição.
Meta	Integrar de forma efetiva a participação de alunos e docentes em projetos de pesquisa/iniciação científica como fundamento do processo de formação dos alunos.

			Cronograma				
Ações	Indicador de Desempenho	Responsável	2023	2024	2025	2026	2027
Implementar a iniciação científica de forma marcante nos projetos pedagógicos evidenciando-a no Regulamento de Atividades Complementares.	a) Exigir dos docentes do ITESP com titulação de Mestre pelo menos 1 (hum) e dos docentes com titulação de Doutor, pelo menos 2 (dois), projetos de pesquisa/iniciação científica orientados por ano, com resultado aceito para divulgação em encontro científico; b) Linhas de pesquisa definidas e cadastradas com projetos em desenvolvimento;	NDE			X	X	X
Desenvolver projetos de pesquisa voltados (sempre que possível) para o estudo e resolução de problemas e demandas da região de influência da Instituição.					X	X	X
Implementar, durante Congresso de Teologia, espaço para apresentação de trabalhos científicos, de abrangência regional, para apresentação e intercâmbio de trabalhos de pesquisa/iniciação científica.					X	X	X
Estimular a participação de alunos e docentes em Encontros, Conferências e Congressos para apresentação de trabalhos desenvolvidos nos cursos de graduação e pós-graduação do ITESP.					X	X	X

	c) Projeto Integrador de Extensão, Projetos de IC e projetos de pesquisa voltados para a solução de problemas de interesse regional e reconhecidos pela comunidade.						
Criar e manter em operação no Portal do ITESP um espaço para divulgar a produção do conhecimento e disponibilizar estas informações periodicamente para a imprensa local, regional e nacional.		Diretoria Executiva		X	X	X	X
Manter Programa de Bolsa de Pesquisa/Iniciação Científica.				X	X	X	X
Definir a participação diferenciada de docentes em atividades de orientação de projetos de Iniciação Científica como relevante para fins de progressão na carreira.				X	X	X	X

Objetivo 2	Promover a participação do ITESP no desenvolvimento de projetos artísticos e culturais
Meta	Configurar o ITESP como instituição responsável pela divulgação a preservação da Memória Cultural e do Patrimônio Cultural da região.

			Cronograma Operacional				
Ações	Indicador de Desempenho	Responsável	2023	2024	2025	2026	2027

<p>1. Estabelecer parcerias com instituições artísticas e culturais da região de inserção para o fomento de projetos culturais.</p> <p>2. Colocar à disposição de instituições artísticas e culturais os meios disponíveis no ITESP para a realização de ações de desenvolvimento cultural e artístico.</p> <p>3. Definir como relevante a participação de docentes e discentes em atividades culturais e artísticas associadas ao curso de graduação.</p>	Reconhecimento pela comunidade do ITESP como instituição fundamental para o desenvolvimento cultural e artístico da região.	Diretoria Executiva	X	X	X	X	X
--	---	---------------------	---	---	---	---	---

Instrumentos de Avaliação para a Política de pesquisa/iniciação científica, tecnológica, artística e cultural

I. Linhas de Pesquisa definidas e Projetos de Pesquisa/Iniciação Científica implementados

II. Mestres e Doutores com produção científica registrada

III. Ações culturais implementadas

d) Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a Extensão

Objetivo 1	<p>1. Promover a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva do ITESP na comunidade através de Projetos/Atividades de Extensão preferencialmente de cunho interdisciplinar e que propiciem uma visão integrada da realidade social;</p> <p>2. Atender, sempre que possível e dentro da capacidade implantada, as demandas sociais da região de inserção do ITESP articuladas com as políticas e prioridades institucionais.</p>
Metas	<p>1. Consolidar e ampliar as atividades de extensão e ação comunitária</p> <p>2. Adotar política de desenvolvimento da extensão com projetos autossustentáveis.</p> <p>3. Contribuir, por meio de ações extensionistas, na formação integral do estudante, estimulando sua formação como cidadão crítico e responsável.</p>

4. Implementar a Curricularização da Extensão - Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018.

			Cronograma				
Ações	Indicador de Desempenho	Responsável	2023	2024	2025	2026	2027
Definir as atividades de extensão como relevantes nos projetos pedagógicos dos cursos evidenciando-a na Curricularização da extensão	Curricularização da Extensão estruturada conforme legislação	Coordenadoria de Pesquisa e Extensão	X	X	X	X	X
Fomentar parcerias com os poderes públicos, organizações e instituições comunitárias, associativas e privadas que viabilizem sinergias para atividades conjuntas em benefício dos vários segmentos da sociedade.	Incremento de parcerias		X	X	X	X	X
Desenvolver ações para atender as demandas sociais da região de inserção do ITESP articuladas com as políticas e prioridades institucionais incentivando a articulação do Curso com a comunidade, mediante a adoção de convênios que propiciem campos de formação e de prestação de serviço.	Incremento do número de convênios para a execução de atividades de estágio/prestação de serviços à comunidade.		X	X	X	X	X
Trabalhar os estágios curriculares supervisionados buscando além da formação do acadêmico o atendimento às necessidades da comunidade.			X	X	X	X	X

Instrumentos de Avaliação para a Política de Extensão

- I. Relatório favorável de parceiros conveniados;
- II. Parecer da CPA.

III. Curricularização da Extensão implementada na graduação em Teologia

4.3. DIMENSÃO III - A responsabilidade social da Instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

Objetivos	<p>Manter ações de responsabilidade social nos seguintes campos:</p> <p>a) Defesa da Memória Cultural e Patrimônio Cultural;</p> <p>b) Relação étnico - racial, cultura afro-brasileira e indígena;</p> <p>c) Diversidade, Acessibilidade e Educação em Direitos Humanos;</p> <p>d) Desenvolvimento sustentável: Econômico, Ambiental e Social.</p>
Metas	<p>1. Objetos de pesquisa/iniciação científica focados nas demandas econômicas, tecnológicas e sociais da região de Inserção do ITESP;</p> <p>2. Conscientização da comunidade interna e externa em defesa do Meio Ambiente por meio de ações Institucionais do ITESP;</p> <p>3. Valorização da produção artística e patrimônio cultural;</p> <p>4. Atendimento ao disposto na Lei N° 11.645 de 10.03.2008 e na Resolução CNE/CP N° 01 de 17 de junho de 2004) com a inclusão da Temática da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena nas disciplinas e atividades curriculares dos cursos;</p> <p>5. Atendimento ao disposto na Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e ao Decreto N° 4.281 de 25 de junho de 2002 com integração da educação ambiental às disciplinas do curso de modo transversal, contínuo e permanente;</p> <p>6. Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, conforme o disposto na Lei N° 12.764, de 27 de dezembro de 2012;</p> <p>7. Atendimento ao disposto na Resolução CNE N° 1, de 30 de maio de 2012 que estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.</p>

			Cronograma Operacional				
Ações	Indicador de Desempenho	Responsável	2023	2024	2025	2026	2027
Desenvolver atividade de extensão direcionadas para o atendimento de demandas de instituições de cunho social.	Reconhecimento da Instituição, pelas comunidades nas quais atuam os alunos e região do bairro Ipiranga, como Socialmente Responsável.	Coordenação de Curso, NDE e Coordenadoria de Pesquisa e Extensão	X	X	X	X	X
Manter a Política de Acessibilidade prevista no PPI.			X	X	X	X	X
Realizar atividades de Extensão, através de parceria, voltadas para a defesa do Meio Ambiente.			X	X	X	X	X
Implantar programas voltados à preservação do meio ambiente, no âmbito do ITESP.			X	X	X	X	X
Manter no PPC de Teologia o conteúdo relativo à Educação Ambiental, Educação para os Direitos Humanos e História e Cultura Afro-brasileira e Indígena.			X	X	X	X	X
Apoiar ações de defesa da Memória Cultural e do Patrimônio Cultural propostas pela sociedade.		Diretoria Executiva	X	X	X	X	X

Instrumentos de Avaliação da Dimensão III

- I. Relatório de CPA;
- II. Parecer de Comissões Externas de Avaliação;
- III. Manifestação da comunidade através dos meios de comunicação.

4.4. Dimensão IV - Comunicação com a Sociedade

A comunicação do ITESP com a sociedade será regida por meio dos seguintes objetivos, metas, ações e indicadores de desempenho.

Objetivo 1	Fortalecer a marca ITESP
Meta	Marca ITESP reconhecida em 1º lugar como instituição de ensino superior na sua área de atuação.

			Cronograma Operacional				
Ações	Indicador de Desempenho	Responsável	2023	2024	2025	2026	2027
1. Manter a estrutura de marketing institucional. 2. Promover atividades de relações públicas que projetem o ITESP com a criação de canais oficiais de relacionamento 3. Realizar permanente monitoramento da imagem institucional junto aos principais organismos governamentais, comunidade acadêmica interna e externa e setores produtivos de sua área de atuação.	Reconhecimento da Comunidade do Ipiranga e região da importância da instituição para o desenvolvimento socioeconômico, cultural e artístico.	Diretoria Executiva	X	X	X	X	X

Objetivo 2	Ampliar a comunicação do ITESP com a comunidade interna
Meta	Ações institucionais socializadas propiciando à comunidade interna o conhecimento e a participação nas atividades desenvolvidas no ITESP. Conjunto de normas externas que regulamentam as instituições de ensino superior socializadas para toda a comunidade. Socializar o conhecimento do conjunto de normas internas que regulamentam as ações do ITESP.

			Cronograma Operacional				
Ações	Indicador de Desempenho	Responsável	2023	2024	2025	2026	2027
<p>Disponibilizar no site institucional e em espaços públicos do ITESP:</p> <p>a) Projetos de Iniciação científica;</p> <p>b) Projetos de pesquisa;</p> <p>c) Projetos de extensão;</p> <p>d) Encontros, conferências, congressos e palestras;</p> <p>e) Programas de Monitoria e Nivelamento;</p> <p>f) Bolsas acadêmicas de monitoria, de pesquisa/iniciação científica e extensão;</p> <p>g) Acordos e convênios firmados;</p> <p>h) Resultados das avaliações internas e externas;</p> <p>i) Produção científica dos docentes e discentes;</p> <p>j) Participação de docentes e discentes em eventos científicos;</p> <p>k) Relatórios da CPA;</p> <p>l) Resultados das Avaliações Externas: Comissões de Especialista, ENADE.</p>	Corpo social do ITESP plenamente ciente das ações acadêmicas e administrativas em curso.	Diretoria Acadêmica	X	X	X	X	X
<p>Disponibilizar no site institucional os seguintes documentos:</p> <p>a) Resoluções do Conselho Nacional de Educação;</p> <p>b) Portarias do MEC e do INEP incluindo:</p>	Legislações pertinentes ao Ensino Superior totalmente divulgadas e de pleno conhecimento da comunidade acadêmica	Diretoria Acadêmica	X	X	X	X	X

<ul style="list-style-type: none"> • Instrumento de Avaliação de cursos e Instrumento de Avaliação Institucional; • Diretrizes do ENADE; <p>c) Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Teologia – DCNs.</p>							
<p>Disponibilizar no site institucional e em espaços públicos do ITESP os seguintes documentos:</p> <p>a) Identidade corporativa;</p> <p>b) Políticas Institucionais do ITESP;</p> <p>d) Guia Acadêmico;</p> <p>e) Manual do Candidato ao Processo Seletivo;</p> <p>f) Síntese do PPC (Objetivo do curso, Perfil do Egresso, organização curricular, corpo docente, infraestrutura) dos cursos oferecidos;</p> <p>g) Formação e a experiência profissional do corpo docente;</p> <p>h) Produção científica dos docentes e discentes;</p> <p>i) Resoluções dos órgãos colegiados;</p> <p>j) Resoluções da mantenedora.</p>	<p>Identidade Corporativa, Políticas Institucionais e decisões dos órgãos deliberativos internos de pleno conhecimento da comunidade Acadêmica</p>	<p>Diretoria Executiva</p>	X	X	X	X	X

Objetivo 3	Ampliação da comunicação do ITESP com a comunidade externa
Meta	Melhoria do processo de comunicação e das relações do ITESP com a comunidade da região

			Cronograma Operacional				
Ações	Indicador de Desempenho	Responsável	2023	2024	2025	2026	2027
Criar a Ouvidoria.	Processo de comunicação externo agilizado e reconhecido pela comunidade como eficiente	Diretoria Executiva			X		
Desenvolver programas de modernização e sistematização da comunicação institucional, visando alcançar eficiência na divulgação da informação e na tramitação dos processos.			X	X	X	X	X
Manter site institucional atualizado e disponível para a comunidade externa em todos os itens pertinentes definidos para a comunidade interna.			X	X	X	X	X

Instrumentos de Avaliação da Dimensão IV

- I. Relatório de CPA;
- II. Parecer de Comissões Externas de Avaliação;
- III. Manifestação da comunidade através dos meios de comunicação.

4.5. Dimensão V - As Políticas de Pessoal, de Carreiras do Corpo Docente e Corpo Técnico-Administrativo

As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho serão norteadas pelos seguintes objetivos, metas, ações e indicadores de desempenho.

a) Corpo Docente

Objetivo 1	Atender às Políticas de Contratação de Corpo Docente, de Avaliação de Desempenho e aos indicadores de qualidade definidos nos instrumentos de referência do MEC.
Meta	Manter em pelo menos 85% (oitenta e cinco por cento) o percentual de docentes com titulação Stricto Sensu

			Cronograma Operacional				
Ações	Indicador de Desempenho	Responsável	2023	2024	2025	2026	2027
Divulgar os mecanismos/editais para a seleção, contratação e aprimoramento docente.	NDE e corpo docente de cada curso alinhado, com o referencial de qualidade definido pelo MEC para o corpo docente	Diretoria Executiva e Coordenação de Curso	X	X	X	X	X

Objetivo 2	Aprimorar as competências pedagógicas e avaliar o desempenho nos docentes nas atividades de ensino-aprendizagem
Meta	Corpo docente capacitado a atuar no processo de ensino- aprendizagem conforme Políticas de Ensino definidas no PPI/PDI

			Cronograma Operacional				
Ações	Indicador de Desempenho	Responsável	2023	2024	2025	2026	2027
Orientar pedagogicamente o corpo docente na elaboração de objetos de estudo centrados na aprendizagem.	Avaliação positiva dos docentes nas avaliações da CPA e melhoria nos resultados da Aprendizagem.	Diretoria Acadêmica e Coordenação de Curso	X	X	X	X	X
Apoiar/orientar os docentes na construção dos planos de ensino aprendizagem e estratégias metodológicas de ensino e de avaliação centrados na aprendizagem.			X	X	X	X	X
Avaliar o corpo docente quanto à titulação, experiência profissional, integração aos objetivos do curso e perspectiva de qualificação.			X	X	X	X	X
Incentivar a participação de Docentes em Programas de Mestrado e Doutorado aprovados pelas CAPES.			X	X	X	X	X
Incentivar a participação em encontros, conferências e congressos para apresentação de trabalhos.			X	X	X	X	X

Objetivo 3	Estimular a produção docente, definindo indicadores de progressão compatíveis com os objetivos institucionais do ITESP
Meta	Plano de Carreira Docente que atenda às necessidades e às peculiaridades do ITESP - Missão, Visão e Valores institucionais.

			Cronograma Operacional				
Ações	Indicador de Desempenho	Responsável	2023	2024	2025	2026	2027
Definir no Plano de Carreira critérios de progressão docente que permitam remunerar conforme o mérito acadêmico, desempenho compatível com a titulação e atendimento aos objetivos institucionais do ITESP.	Plano de carreira com regras claras para a progressão privilegiando a contribuição do docente na formação de egresso com as habilidades e competências definidas no projeto pedagógico de curso.	Recursos Humanos			X		
Ampliar e fortalecer projetos de iniciação científica, mediante incentivo à participação de discentes e docentes, além de viabilizar a divulgação das pesquisas efetuadas em eventos científicos.	Projetos de Iniciação científica aprovados enfatizando os temas de interesse institucional e com resultados aceitos para divulgação/publicação	Coordenação de Curso	X	X	X	X	X

b) Corpo Técnico-Administrativo

Objetivo 1	Atender às Políticas institucionais de Contratação e de Avaliação do Corpo Técnico - administrativo
Meta 1	Programa Institucional de Contratação e de Capacitação de Recursos Humanos adequado às necessidades do ITESP
Meta 2	Implementar Plano de Carreira específico para o corpo técnico-administrativo.

			Cronograma Operacional				
Ações	Indicador de Desempenho	Responsável	2023	2024	2025	2026	2027
Prospectar as necessidades de treinamento do pessoal técnico-administrativo tanto em gestão acadêmica quanto nas atividades específicas dos cursos.	Resultado Positivo na Avaliação de Desempenho do Corpo Técnico-Administrativo.	Diretoria Administrativa	X	X	X	X	X
Criar programas de capacitação do corpo técnico-administrativo.			X	X	X	X	X
Divulgar os mecanismos para a seleção, contratação, aperfeiçoamento e avaliação do técnico administrativo.			X	X	X	X	X
Implementar Plano de Carreira específico para o corpo técnico-administrativo.						X	

Instrumentos de Avaliação da Dimensão V:

- I. Resultado do ENADE
- II. Aumento da Produção Científica de docentes e discentes
- III. Relatório da CPA

4.6. Dimensão VI - A organização e gestão da instituição

A organização e gestão da Instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade nos processos decisórios serão norteadas pelos seguintes objetivos, metas, ações e indicadores de desempenho.

Objetivo 1	<p>Atender às Políticas de Gestão definidas no PPI:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Manter órgão conselho superior com representação de todo o corpo social: mantenedora, corpo docente, corpo técnico administrativo e corpo discente; 2. Manter colegiado de curso com representação docente e discente; 3. Garantir nas competências de cada órgão colegiado independência e autonomia acadêmica na relação com a mantenedora; 4. Manter atuação legislativa coerente com a identidade corporativa, Políticas Institucionais e Documentos de referência do MEC/INEP, CNE/CES.
Meta 1	Manter gestão colegiada com representação do corpo social da Instituição
Meta 2	Órgãos colegiados qualificados para a atuação em acordo com os documentos institucionais de referência e as normas e resoluções do CNE/CES, MEC/INEP, CONAES.

			Cronograma Operacional				
Ações	Indicador de Desempenho	Responsável	2023	2024	2025	2026	2027
Apoiar a livre organização e a escolha dos representantes dos diversos segmentos da Instituição.	Atuação qualificada dos órgãos colegiados fundamentada no amplo conhecimento da legislação educacional pertinente e na representatividade da comunidade acadêmica	Diretoria Executiva	X	X	X	X	X
Socializar no âmbito dos órgãos colegiados as normas e resoluções baixadas pelo CNE/CES, CONAES, MEC/INEP.			X	X	X	X	X

Definir no Regimento Geral e divulgar as atribuições dos órgãos colegiados.	Atuação qualificada dos órgãos colegiados fundamentada no amplo conhecimento da legislação educacional pertinente	Diretoria Executiva	X	X	X	X	X
Divulgar no âmbito dos órgãos colegiados as Políticas Institucionais de referência do ITESP dispostas no PPI.			X	X	X	X	X

Objetivo 2	Promover a melhoria da qualidade do processo administrativo, nas diversas áreas de atuação da instituição, por meio da análise dos fluxos administrativos, da melhoria do sistema de informação, da qualificação do sistema de gestão documental, da capacitação profissional e da modernização da estrutura organizacional
Meta	Gestão otimizada com a utilização do PDI/PPI - Plano de Metas e Ações como referência para a ação e a avaliação institucional.

			Cronograma Operacional				
Ações	Indicador de Desempenho	Responsável	2023	2024	2025	2026	2027
Desenvolver modelos administrativos de gestão com padronização de fluxos e processos, observando o conceito de clientes internos e externos, tendo o aluno como foco principal.	Conhecimento amplo por parte dos colaboradores da estrutura organizacional com a definição das funções e instrumentos de gestão implementadas.	Diretoria Executiva	X	X	X		
Informatizar o controle dos processos administrativos e a gestão eletrônica de documentos.			X	X	X		
Implantar novo Regimento Geral do ITESP adequando-o à nova legislação					X		

Instrumentos de Avaliação da Dimensão VI:

- I. Relatório da CPA;
- II. Relatório da Ouvidoria.

4.7. Dimensão VII - Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação.

A melhoria da infraestrutura do ITESP será norteada pelos seguintes objetivos, metas, ações e indicadores de desempenho.

Objetivo 1	Manter infraestrutura física capaz de atender às necessidades definidas nos PPC's, dando especial atenção às pessoas com necessidades especiais
Meta 1	Acesso de pessoas com necessidades especiais a todas as instalações e serviços do ITESP plenamente facilitado;
Meta 2	Infraestrutura física totalmente adequada aos propósitos do ITESP.

Ações	Indicador de Desempenho	Responsável	Cronograma Operacional				
			2023	2024	2025	2026	2027
Manutenção da infraestrutura para que as pessoas com necessidades especiais tenham acesso as atividades de seu curso e demais serviços envolvendo: rampas, corrimão, elevador, bebedouros adequados, banheiros, fraldário, estacionamento.	Infraestrutura física totalmente otimizada e dentro dos parâmetros definidos nas normas técnicas garantindo plena acessibilidade	Mantenedora	X	X	X	X	X
Construir banheiro familiar e fraldário.	Banheiro familiar com fraldário instalado				X		

Objetivo 2	Racionalizar e modernizar os serviços e a infraestrutura: física, de equipamentos, logística e informática.
Meta	Infraestrutura geral do ITESP otimizada e adequada ao atendimento das necessidades de ensino, pesquisa/iniciação científica, extensão.

Ações	Indicador de Desempenho	Responsável	Cronograma Operacional				
			2023	2024	2025	2026	2027
Manter política de ampliação e adequação do acervo bibliográfico.	Infraestrutura do ITESP totalmente otimizada	Diretoria Executiva	X	X	X	X	X
Atualizar o acervo com vistas à sua adequação às necessidades de ensino, pesquisa e extensão e avaliação dos recursos necessários para novas aquisições.			X	X	X	X	X
Manter e ampliar convênios que visem a atualização do parque de software do ITESP.			X	X	X		
Ampliar a abrangência da rede de apoio computacional e melhorar o sistema de interligação lógica.			X	X	X		

Instrumentos de Avaliação da Dimensão VII:

- I. Questionário de avaliação da CPA;
- II. Pareceres de Comissão Externa de Avaliação;
- III. Relatório da CPA.

4.8. Dimensão VIII - Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional

O planejamento e avaliação, especialmente em relação aos resultados visualizados por meio da autoavaliação institucional do ITESP serão norteados pelos seguintes objetivos, metas, ações e indicadores de desempenho.

Objetivo 1	Manter processo de Gestão por Resultado focado nos indicadores de qualidade definido pelo MEC e nas metas estratégicas do ITESP
Meta	Cultura do Planejamento, Acompanhamento da Execução e Avaliação das Metas e Ações previstas no PDI implantadas no ITESP em todos os setores acadêmicos e administrativos.

Ações	Indicador de Desempenho	Responsável	Cronograma Operacional				
			2023	2024	2025	2026	2027
Registrar, as ações desenvolvidas em consonância com o PDI, avaliando a execução e os indicadores alcançados.	a) Instrumentos de Avaliação Institucional e de cursos aprovados pelo Conselho Superior e aplicados; b) Decisões gerenciais fundamentadas em resultados das avaliações internas e externas; c) Melhoria do desempenho institucional.	CPA	X	X	X	X	X
Instrumentalizar as Políticas de Avaliação definidas no PPI.		Diretoria Executiva	X	X	X	X	X
Utilizar os resultados da autoavaliação institucional, os pareceres de comissões externas e os resultados de desempenho dos estudantes em avaliações externas como referência para a gestão institucional e de cursos.			X	X	X		X
Divulgar as ações acadêmicas e administrativas tomadas frente aos resultados das avaliações internas e externas.			X	X	X	X	X

Objetivo 2	Consolidar o processo de Avaliação Institucional em articulação com o SINAES.
Meta	Avaliação institucionalizada

Ações	Indicador de Desempenho	Responsável	Cronograma Operacional				
			2023	2024	2025	2026	2027
Dotar a CPA de recursos necessários para a coordenação e realização das atividades de Avaliação Institucional.	Relato Institucional conforme padrão esperado pelo CONAES	Diretoria Acadêmica	X	X	X	X	X
Aprimorar os sistemas de avaliação do PDI.			X	X	X	X	X
Garantir que o processo de avaliação institucional seja norteador do planejamento e das ações institucionais, administrativas e pedagógicas.			X	X	X	X	X
Consolidar o processo de avaliação contínua do projeto pedagógico do curso de Teologia			X	X	X	X	X
Consolidar os sistemas de informações institucionais para subsidiar, continuamente, os processos de avaliação institucional.			X	X	X	X	X
Acompanhar os sistemas de avaliação de egressos			X	X	X	X	X

Instrumentos de Avaliação da Dimensão VIII:

- I. Questionário de avaliação da CPA;
- II. Relatório da Ouvidoria;

III. Parecer das Comissões Externas de Avaliação.

4.9. Dimensão IX - As políticas de atendimento aos estudantes e aos egressos

As políticas de atendimento aos estudantes e aos egressos do ITESP serão norteadas pelos seguintes objetivos, metas, ações e indicadores de desempenho.

Objetivos	Oferecer ao corpo discente condições necessárias ao melhor desenvolvimento possível dos estudos envolvendo, entre outros: a) Programa de Nivelamento; b) Apoio psicopedagógico; c) Oportunidade de participação na gestão institucional através de representação em órgãos colegiados; d) Participação como egressos nas atividades de avaliação do PPC de Teologia; e) Recursos de informática disponíveis para pesquisas e estudos; f) Programa de Bolsas Acadêmicas.
Meta 1	1. Estudantes menos favorecidos financeiramente com apoio institucional para continuar os estudos, de acordo com as normas filantrópicas da Instituição;
Meta 2	2. Oferta de programa de nivelamento em diversas áreas de conhecimento;
Meta 3	3. Participação de egressos nas atividades de avaliação de curso;
Meta 4	4. Divulgação de oportunidades em Programas de Educação Continuada;
Meta 5	5. Atendimento psicopedagógico facilitado.

			Cronograma Operacional				
Ações	Indicador de Desempenho	Responsável	2023	2024	2025	2026	2027
Manter programa de Bolsas Acadêmicas Sociais.		Diretoria Executiva		X	X	X	X
Ampliar atividades de nivelamento com a intervenção de professores e alunos monitores.	Redução da evasão e da repetência/ dependência de alunos observados como de baixo rendimento inicial.	Diretoria Acadêmica	X	X	X	X	X
Disponibilizar orientação acadêmica para consulta a base de dados e desenvolvimento de trabalhos no Manual de Normatização de Trabalhos Acadêmicos do ITESP.	Manual disponível no link da biblioteca e Serviço de orientação para consulta a base de dados existente.		X	X	X	X	X
Divulgar para os egressos os encontros, conferências e congressos organizados pela Instituição e os cursos de pós-graduação.	Site com espaço reservado para egressos: Comunicação de eventos e Avaliação.		X	X	X	X	X
Organizar e manter a base de dados com as informações atualizadas, incluindo o endereço eletrônico, dos egressos.	Base de dados atualizada para comunicação com egressos.	Secretaria Acadêmica	X	X	X	X	X
Orientar e apoiar estudantes estrangeiros e de outros estados na adaptação a São Paulo	Processo de Acolhimento ao Estudante implementado	Coordenação de Curso	X	X	X	X	X
Manter parceria para o atendimento psicopedagógico.	Parecer positivo na autoavaliação institucional.	Diretoria Acadêmica	X	X	X	X	X

Instrumentos de Avaliação da Dimensão IX:

- I. Relatório de autoavaliação Institucional na ótica discente;
- II. Relatório de autoavaliação Institucional na ótica do egresso;
- III. Análise de movimentação de alunos nos cursos – relatório das coordenações de curso.

4.10. Dimensão X - A Sustentabilidade Financeira

A sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior do ITESP nortear-se-á pelos seguintes objetivos, metas, ações e indicadores de desempenho.

Objetivo	Aprimorar o processo de gestão econômico-financeiro, ampliar a capacidade de desenvolvimento autossustentável e a viabilidade operacional e funcional do ITESP
Meta 1	No mínimo 15% de retorno para garantir a sustentabilidade e os investimentos previstos;
Meta 2	Indicadores financeiros atualizados mensalmente;
Meta 3	Aprimoramento do Ensino didático pedagógico - 8% do custeio de pessoal

			Cronograma Operacional				
Ações	Indicador de Desempenho	Responsável	2023	2024	2025	2026	2027
Manter o planejamento orçamentário como instrumento de gestão associado às Metas institucionais definidas.	Maior presença de alunos e maior equilíbrio de receita financeira da instituição	Diretoria Administrativa e Mantenedora	X	X	X	X	X
Criar mecanismos para reduzir a taxa média de inadimplência ao patamar de 14%, nos valores atuais.			X	X	X	X	X
Criar mecanismos para reduzir a taxa de evasão em 10%.			X	X	X	X	X

Instrumentos de Avaliação da Dimensão X:

- Relatório Financeiro com resultado anual positivo
- Certidões negativas de débito em todas as instâncias.

5. IMPLEMENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO E ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA

5.1. Cronograma de implantação e desenvolvimento da instituição para o período de vigência do PDI

5.1.1. Programação de abertura de cursos de graduação.

O ITESP não pretende operacionalizar, neste PDI, qualquer outro curso de graduação.

5.1.2. Programação de abertura de cursos de pós-graduação (Lato Sensu)

Tabela 6. Programação de abertura de cursos de pós-graduação *Lato Sensu*.

PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU		
CURSO	Nº DE VAGAS	ANO PRETENDIDO
Teologia e Espiritualidade	45	2027

5.2. Plano para atendimento às diretrizes pedagógicas: estabelecimento dos critérios gerais de definição

5.2.1. Perfil de egresso

Em consonância com as Diretrizes Curriculares do Curso de Teologia (Resolução CNE/CES nº 4/2016) o ITESP se propõe a formar diplomados em teologia cristã, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, na qual colaboram eficazmente na sua formação contínua

No processo formativo competirá ao ITESP promover o debate cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo na área da teologia cristã, em diálogo com outras tradições religiosas presentes no Brasil e no mundo (diálogo inter-religioso).

Busca-se a formação de Teólogos que tenham a capacidade de:

- I. compreender os conceitos pertinentes ao campo específico do saber teológico, segundo sua Tradição, e estabelecer as devidas correlações entre estes e as situações práticas da vida;

- II. integrar várias áreas do conhecimento teológico, para elaborar modelos, analisar questões e interpretar dados em harmonia com o objeto teológico de seu estudo;
- III. compreender a construção do fenômeno humano e religioso sob a ótica da contribuição teológica, considerando o ser humano em todas as suas dimensões, e refletir criticamente sobre a questão do sentido da vida;
- IV. analisar, refletir, compreender e descrever criticamente os fenômenos religiosos, articulando a religião e outras manifestações culturais, apontando a diversidade dos fenômenos religiosos em relação ao processo histórico-social;
- V. promover a reflexão, a pesquisa, o ensino e a divulgação do saber teológico;
- VI. compreender a dimensão da transcendência como capacidade humana de ir além dos limites que se experimentam na existência;
- VII. exercer presença pública, interferindo construtivamente na sociedade na perspectiva da transformação da realidade e na valorização e promoção do ser humano;
- VIII. assessorar e participar de instituições confessionais, interconfessionais, educacionais, assistenciais e promocionais, tanto na perspectiva teórica, quanto na prática;
- IX. elaborar e desenvolver projetos de pesquisa dentro das exigências acadêmicas;
- X. prosseguir em sua formação teológica na perspectiva da educação continuada;
- XI. participar de comitês e conselhos interdisciplinares, como os comitês Ambientais e de Bioética, Ética em Pesquisa, Juntas de Conciliação, entre outros, promovendo a defesa dos direitos inalienáveis do ser humano e contribuindo para a construção permanente de uma sociedade mais justa e harmônica;
- XII. perceber as dinâmicas socioculturais, tendo em vista a interpretação das demandas dos diversos tipos de organizações sociais e religiosas e dos diferentes públicos;

- XIII. compreender as problemáticas contemporâneas decorrentes da globalização, das tecnologias do desenvolvimento sustentável, necessárias ao planejamento das ações sociais.

5.2.2. Seleção de conteúdos e princípios metodológicos

A seleção e definição dos conteúdos curriculares para o curso de Teologia do ITESP será realizada pelo coordenador do curso, com o apoio do NDE e a participação efetiva dos docentes do curso e tomarão como base:

- As Diretrizes Curriculares Nacionais de Teologia (Resolução CNE/CES nº 04, de 16 de setembro de 2016);
- O Concílio Vaticano II, a tradição cristã e os estudos das Escrituras Cristãs;
- As peculiaridades sociais da região de influência;
- A concepção do curso;
- A definição do perfil do egresso; e
- As constantes alterações advindas da evolução tecnológica e seus reflexos socioeconômicos.

Neste processo, os professores envolvidos garantirão a aproximação das disciplinas onde serão ministrados conteúdos afins, estimulando, assim, a interdisciplinaridade e a correlação entre a teoria e a prática.

Como se sabe, uma proposta curricular envolve a seleção de conteúdos significativos para a formação do aluno e o ordenamento dos mesmos em componentes curriculares ou atividades acadêmicas distintas no âmbito das quais se realiza o processo de ensino-aprendizagem.

A seleção dos conteúdos do ensino e as articulações entre os componentes curriculares constituem as tarefas centrais da elaboração de um projeto pedagógico e do delineamento de sua proposta curricular. Exigem uma reflexão apurada, tomando por base os conhecimentos, as competências e as habilidades a serem trabalhadas com o aluno, ao longo do curso, para que ele atinja o perfil profissional desejado.

Os componentes curriculares obrigatórios são aqueles indicados na organização curricular como imprescindíveis para propiciar ao profissional em formação, os conhecimentos, as competências e as habilidades requeridas.

A competência é compreendida como a capacidade de mobilizar conhecimentos, habilidades e atitudes, com utilização dos recursos disponíveis, e exprimindo-se em iniciativas e ações que traduzem desempenhos capazes de solucionar, com pertinência, oportunidade e sucesso, os desafios que se apresentam à prática profissional, em diferentes contextos do trabalho.

Os componentes curriculares opcionais são os componentes passíveis de escolha pelo estudante, entre os componentes curriculares ofertados semestralmente mediante o planejamento acadêmico, ou entre eventos e atividades independentes desse planejamento, que venham a trazer subsídios à sua formação, realizados por órgãos internos ou entidades externas ao ITESP.

5.2.3. Processo de Avaliação do Ensino e da Aprendizagem

A avaliação do ensino e da aprendizagem não começa nem termina na sala de aula: trata-se de um processo global visando, periodicamente, à análise e à reflexão sobre o sucesso alcançado em função dos objetivos previstos e, ainda, revê-los de acordo com os resultados apresentados, através do replanejamento do desenvolvimento do processo de ensino em todas as unidades.

A proposta pedagógica do ITESP tem a avaliação como ponto central a serviço da aprendizagem, possibilitando, além de avaliar o discente, validar e/ou rever o trabalho pedagógico. Para tal, o ITESP propõe o uso de modalidades de avaliação integradas entre si e relacionadas diretamente com os objetivos do curso, a saber: a) Avaliação diagnóstica; b) Avaliação formativa e c) Avaliação somativa.

A **avaliação diagnóstica** será realizada no início das atividades do módulo/unidade curricular (UC), de forma a constatar se os discentes apresentam os pré-requisitos esperados sendo também utilizada para identificar eventuais problemas de aprendizagem e suas causas, numa tentativa de saná-los.

A **avaliação formativa** auxilia a captar os avanços e dificuldades que se manifestam ao longo do processo educacional, ainda em tempo de tomar providências. Visa determinar se o estudante domina gradativa e hierarquicamente cada etapa da instrução, estando muito ligada ao mecanismo de feedback. Esta avaliação também permite ao professor detectar e identificar deficiências na forma de ensinar, possibilitando reformulações no seu trabalho didático quando ainda em curso.

A **avaliação somativa** consiste em classificar os discentes de acordo com níveis de aproveitamento previamente estabelecidos, tendo em vista sua promoção de um período para outro. Nas avaliações somativas, são considerados os seguintes componentes: Conhecimento; Competência; Atitude e Comportamento.

5.2.3.1. Avaliação do Desempenho Acadêmico nas Unidades Curriculares/Módulo

A avaliação de desempenho acadêmico em disciplinas, parte integrante do processo ensino-aprendizagem, é feita por Unidades Curriculares/Módulo ou conjunto de Unidades Curriculares, de forma integrada, e incide sobre a frequência e o aproveitamento escolar do estudante, e está regulamentada no Regimento.

Respeitado o limite mínimo de frequência, a avaliação do desempenho escolar abrange, em cada Unidade Curricular/Módulo:

- I. Assimilação progressiva de conhecimento;
- II. Trabalho individual expresso em tarefas de estudo e de aplicação de conhecimentos; e,
- III. Desempenho em trabalhos de grupo, que demonstre a aquisição de habilidades e valores, considerada a capacidade de liderança, de iniciativa, de decisão e de cooperação.

Aos três aspectos de verificação de eficiência definidos correspondem as seguintes notas: parcial e de exame final.

A nota parcial é concedida de acordo com o plano aprovado pelo Colegiado de Curso, podendo consistir da média das arguições, provas teóricas e práticas, trabalhos individuais

realizados pelo aluno, participação em seminários e desempenho em trabalhos de grupo, na respectiva disciplina.

A nota de exame final resulta de prova escrita, que versa sobre todo o programa da disciplina ou do conjunto de disciplinas, a realizar-se depois de encerrado o período letivo.

5.2.3.2. Avaliação do Estágio Supervisionado

A avaliação da aprendizagem no Estágio é parte fundamental do processo de formação discente e orienta-se de acordo com os seguintes princípios:

- a) Validade ou coerência: o processo e os instrumentos aplicados são coerentes com as competências geral e específicas definidas para o Estágio Curricular em avaliação;
- b) Reprodutibilidade ou consistência: os resultados da avaliação serão equivalentes em caso de repetição em circunstâncias semelhantes;
- c) Viabilidade: a avaliação é relevante, realista e tem em consideração as circunstâncias e o contexto;
- d) Efeito pedagógico: a avaliação tem um benefício educativo, fornecendo indicações úteis para impulsionar a aprendizagem futura.

Os processos avaliativos, a partir da coleta sistemática de dados, auxiliam na obtenção, para docentes e discentes, de informações sobre a eficácia e os efeitos do processo educativo, catalisam a aprendizagem dos discentes e auxiliam nos processos de tomada de decisão relacionados à classificação e progressão dos discentes.

5.2.3.3. Avaliação das Atividades Complementares

Nenhuma Atividade Complementar poderá ser considerada para fins de complementação de nota/ conceito de outras componentes curriculares.

O discente deverá entregar documentação comprobatória das Atividades Complementares realizadas de acordo com o prazo estipulado pelo ITESP.

Serão consideradas Atividades Complementares, conforme definição da Coordenação de curso, a participação nos seguintes eventos:

- a) Monitoria
- b) Participação em projeto de pesquisa científica
- c) Trabalho científico publicado em revistas ou periódicos, com afiliação do ITESP.
- d) Publicação de trabalhos originais, artigos, ensaios e resenhas, afins com o curso, em periódicos e jornais, acadêmicos ou não
- e) Ministras palestras (afins com o curso)
- f) Grupos de estudo/pesquisa orientados por docente do ITESP
- g) Representação estudantil em órgãos colegiados do ITESP, CPA e Centro Acadêmico
- h) Seminários, fóruns, simpósios, congressos, jornadas, encontros regionais, nacionais e internacionais
- i) Cursos livres, palestras e cursos de atualização afins com o Curso de Teologia;
- j) Disciplinas extracurriculares ou eletivas, cursadas em outras IES, ligadas aos objetivos do curso, previamente aprovadas pelo coordenador de curso
- k) Curso de línguas
- l) Atuação em projetos sociais e/ou comunitários de caráter voluntário sem fins lucrativos
- m) Estágios Extracurriculares (não obrigatórios)
- n) Participação e/ou atuação em eventos culturais
- o) Realização de intercâmbio internacional

Para a computação das atividades complementares, o aluno deverá apresentar documento comprobatório da atividade realizada.

5.3. Inovações consideradas significativas, especialmente quanto à flexibilidade dos componentes curriculares.

O princípio da flexibilização é adotado pelo ITESP a partir das seguintes ações:

- I. Atividades complementares, de caráter técnico, científico-culturais, envolvendo atividades de ensino, iniciação científica e extensão;
- II. Programa de Mobilidade Estudantil;
- III. Estágio Supervisionado;
- IV. Participação em Projetos de Extensão diversificados;
- V. Participação em Grupos de Estudos.

5.4. Oportunidades diferenciadas de integralização dos cursos

Os alunos que tenham extraordinário aproveitamento nos estudos poderão ter abreviada a duração dos seus cursos nos termos do § 2º do Art. 47 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. O extraordinário aproveitamento é aferido mediante a submissão do candidato a provas que atestem a suficiência de seus conhecimentos adquiridos por meio de estudos independentes ou por conhecimentos construídos em sua experiência de trabalho.

Caso o aluno necessite de maior tempo para a integralização do seu curso, há a possibilidade de que ele amplie o seu tempo de formação, observados os parâmetros regimentais.

5.5. Ferramentas de TI no processo de gestão do Ensino-Aprendizagem

5.5.1. Gestão Acadêmica

O Sistema de Registro Acadêmico Educa+ contempla as funcionalidades relacionadas aos registros acadêmicos. O referido sistema possui arquitetura desenvolvida para funcionar nativamente em plataforma web, acessíveis por meio de navegadores padrão, tais como: Chrome, Internet Explorer, Mozilla, Safari e Opera.

Pode ser acessado por meio da Internet, possuindo também módulos com restrição de acesso à rede privada (Intranet).

Razões de segurança

Interações: Secretaria Acadêmica, Área do Docente, Área do Aluno, Calendários e Horários, Secretaria de Coordenação de Curso, Planos de Ensino, Recursos Humanos e Controle Financeiro.

5.5.1.1. Funcionalidades para a Secretaria Acadêmica

- Realização da matrícula dos discentes (onde consta o cadastro e toda a documentação digitalizada dos discentes, desde documentação pessoal a documentação acadêmica)
- Visualização das agendas acadêmicas
- Acesso aos documentos institucionais
- Visualização do cadastro dos docentes
- Visualização do histórico do discente
- Consulta de notas e frequências dos discentes
- Consulta de dados financeiros relacionadas à mensalidade dos discentes
- Visualização das atividades complementares realizadas pelos discentes
- Consulta de requerimentos e documentos solicitados pelos discentes
- Elaboração de diversos relatórios utilizando informação do Gestor Acadêmico

5.5.1.2. Funcionalidades para os Docentes

- Acesso por computador ou *smartphone*
- Visualização do calendário acadêmico
- Visualização das agendas acadêmicas
- Consulta do cadastro dos discentes
- Consulta das atividades dos docentes
- Inserção e visualização de roteiros ou arquivos
- Acesso aos documentos institucionais
- Edição e visualização dos Planos de Ensino e Aprendizagem
- Visualização de notas dos discentes
- Inserção e visualização das presenças dos discentes
- Inserção e visualização da nota de Atitude e Comportamento
- Visualização dos questionários da CPA
- Comunicação com docentes e discentes

- Acesso à plataforma de avaliação (criação de questões).

5.5.1.3. Funcionalidades para os Discentes

- Acesso por computador ou smartphone
- Visualização do calendário acadêmico
- Visualização de agendas acadêmicas
- Visualização de roteiros
- Visualização dos Planos de Ensino e Aprendizagem
- Visualização dos objetivos vinculados a cada atividade
- Visualização de notas e presença
- Consulta de documentos institucionais
- Solicitação de documentos e requerimentos
- Inscrição nas atividades complementares ou de extensão
- Visualização das devolutivas das avaliações somativas (práticas e teóricas)
- Consulta de ficha do financeiro
- Emissão de boleto
- Realização de ouvidoria

5.5.2. Gestão do Processo de Ensino-Aprendizagem

De modo a permitir o uso das tecnologias de informação e comunicação no processo de ensino-aprendizagem, todas as salas de aulas são equipadas com um computador (Windows e Microsoft Office instalados), Wi-Fi, projetor de vídeo e sistema de som.

A Secretaria Digital é um Portal do Aluno e Colaborador de acesso restrito (Ultramax/EDUCA+), robusto seguro e integrado para criar ambientes de aprendizagem personalizados e possui diferentes funcionalidades, sendo as seguintes as mais utilizadas:

- Fórum – permite a interação entre todos os discentes;
- Chat – possibilita a conversação entre todos os participantes, em tempo real;
- Lição – permite a inserção de conteúdo e questões de vários formatos;
- Tarefa – permite que as atividades que os discentes realizam sejam submetidas

à avaliação dos docentes, podendo ser enviadas por meio de arquivos de texto;

- Questionário – permite a composição de perguntas com respostas pré-determinadas sendo corrigido automaticamente pelo sistema com base no gabarito definido pelo docente;
- Arquivo – permite a inserção de material didático-pedagógico em formato de arquivo ou vídeo (roteiro, artigo, aula gravada, vídeo instrucional, entre outros).

6. CORPO DOCENTE

6.1. Requisitos de titulação

O corpo docente do ITESP é constituído pelo pessoal que nele exerça atividades acadêmicas e estruturado nos termos do Plano de Carreira que tem como fundamento, os seguintes princípios:

- a) Exigência de titulação específica e processo seletivo para ingresso nas diversas categorias funcionais;
- b) Estímulo ao aperfeiçoamento continuado, valorizando-se a titulação/habilitação obtida pelo professor;
- c) Progressão funcional com base na titulação, tempo de serviço e desenvolvimento diferenciado das atividades acadêmicas – avaliação desempenho;
- d) Período destinado a estudos, planejamento e avaliação incluídos na carga horária de trabalho;
- e) Incentivo à permanência do professor no exercício ao magistério, valorizando seu trabalho acadêmico, sua titulação e seu tempo de serviço.

6.2. Os critérios de seleção e contratação docente

A contratação de docentes para o ITESP está vinculada à capacidade do futuro docente contribuir para a formação do egresso com o perfil definido tanto nas DCN quanto o perfil estipulado nos valores institucionais.

Para compor seus quadros, o ITESP busca docentes preferencialmente mestres e doutores com formação adequada ao Projeto Pedagógico de Teologia e experiência profissional acadêmica e não acadêmica de pelo menos dois anos.

De forma preferencial o Regime de Trabalho será em tempo Parcial ou Integral.

Entende-se como adequação do docente ao projeto pedagógico do curso a sua capacidade de contribuir de forma efetiva para a orientação dos alunos na construção dos

conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais. Isto significa em termos gerais a contribuição para a formação de profissionais aptos a tomar decisões fundamentadas em princípios cristãos, com atitudes profissionais dentro dos princípios da ética e responsabilidade social.

Deverá o docente ser capaz de contribuir no conjunto de atividades de ensino e de aprendizagem previstas nas DCN e no PPC do Curso de Teologia (aulas teóricas e práticas, estágio supervisionado, orientação de atividades complementares, iniciação científica, atividades e projetos de extensão e na gestão dos cursos).

A forma de contratação e os critérios de avaliação de desempenho são regulamentadas pela Instituição.

A seleção de pessoal docente far-se-á por processo criterioso, devidamente divulgado, e que avaliará os candidatos a partir da efetiva capacidade didática e técnica, bem como os fatores de avaliação, nos termos do respectivo edital aprovado pela Direção do ITESP. Excepcionalmente, poderá ser dispensado o processo seletivo para os professores de notório saber e capacidade, assim reconhecidos pela Diretoria Geral.

O ingressante em cargo de carreira docente do ITESP cumprirá estágio probatório por 06 (seis) meses, conforme estabelecido na legislação trabalhista, sendo, no período, submetido à avaliação do desempenho funcional. O reingresso do docente, a critério da Instituição, deve manter as mesmas condições aqui determinadas.

6.3. Políticas de Qualificação, Plano de Carreira e Regime de Trabalho

6.3.1. Políticas de Qualificação

6.3.1.1. Qualificação didática-pedagógica

O **Programa de Incentivo à Qualificação Docente** prevê ações que enfatizam a formação continuada com vistas ao aprimoramento acadêmico elaborado em dois eixos fundamentais:

- I. O primeiro apresenta módulos básicos centrado na prática pedagógica em que serão discutidos os temas: Planejamento de Ensino, Metodologia Ativas e

Estratégias de Ensino, Avaliação do Processo Ensino-Aprendizagem e Interatividade em sala de aula e se destinam a todos os professores que atuam nos cursos de Graduação e Pós-Graduação;

- II. O segundo eixo é composto de módulos centrado na formação pedagógica específica e, portanto, numa perspectiva estratégica, em que serão oferecidos módulos criados para atender a demandas geradas pelo Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

6.3.1.2. Qualificação em Programas de Pós- Graduação

O ITESP apoia a capacitação de Docentes aprovados em Programas de Mestrado e Doutorado reconhecidos pela CAPES e de comprovado interesse institucional. Apoia também a participação de Docentes em Conferências e Congressos, mediante a formalização de processos e pareceres da Coordenação de Curso e da Diretoria Geral. Favorece ainda a organização de eventos junto à comunidade científica e a sociedade organizada.

Benefícios do Programa:

- I. Abono de horas a partir critérios previamente pela Mantenedora, para os cursos de doutorado, mestrado, em instituições brasileiras;
- II. Abono de horas para a participação em congressos, seminários, simpósios e eventos similares, em sua área de atuação ou em área afim;
- III. Divulgação e/ou publicação de teses, dissertações, monografias ou outros trabalhos acadêmicos ou profissionais de seu pessoal docente.
- IV. Oferta de infraestrutura para que os seus professores imprimam ou editem suas produções científicas, sob o patrocínio da instituição.

6.3.2. Plano de Carreira

O Plano de Carreira e Remuneração Docente (PCRD) regula as condições de admissão, direitos, vantagens, deveres e responsabilidades dos membros do magistério do ITESP.

As relações de trabalho dos membros do corpo docente do ITESP são regidas pela legislação trabalhista vigente e os cargos ou funções do magistério são acessíveis a todos quantos satisfaçam os requisitos estabelecidos no Plano de Carreira e Remuneração Docente.

Para os efeitos do PCRD, entendem-se como atividades de magistério superior aquelas adequadas ao sistema do ensino, indissociável da iniciação científica e extensão.

A idoneidade profissional, a capacidade didática, a integridade moral e a boa conduta ética, são condições fundamentais para o ingresso e permanência no Quadro Docente.

A admissão de professores, cumpridas as normas regimentais e do regulamento próprio, faz-se mediante contrato de trabalho celebrado com a Mantenedora, após seleção conforme critérios definidos em edital pela Diretoria Geral.

São finalidades do Plano de Carreira e Remuneração Docente:

- I. Orientar o ingresso, a promoção e o regime de trabalho do pessoal docente;
- II. Contribuir para o aprimoramento pessoal e profissional do docente;
- III. Promover o crescimento funcional docente;
- IV. Facilitar a seleção de profissionais capacitados no mercado de trabalho, e;
- V. Estimular o professor para o desempenho eficaz e eficiente de suas funções.

São consideradas atividades próprias do pessoal docente de ensino superior do ITESP:

- I. as pertinentes ao ensino de graduação e pós-graduação e as de pesquisa/iniciação científica que visem à aprendizagem, à produção, ampliação, revisão e transmissão do conhecimento;
- II. as pertinentes à extensão, que se estendam à comunidade, sob a forma de cursos, projetos e serviços especiais;
- III. as inerentes à administração acadêmica de direção, chefia, coordenação e assessoramento na própria instituição.

6.3.3. Regime de Trabalho

- **Horista:** O regime de trabalho horista corresponde ao docente contratado pela instituição exclusivamente para ministrar aulas.
- **Tempo Parcial:** 12 ou mais horas semanais de trabalho na mesma instituição, reservado pelo menos 25% do tempo para estudos, planejamento, avaliação e orientação de estudantes.
- **Tempo Integral:** 40 horas semanais de trabalho, na mesma instituição, nele reservado o tempo de, pelo menos, 20 horas semanais para estudos, pesquisa, trabalhos de extensão, planejamento e avaliação.

Conforme estipulado em Convenção Coletiva, será mantido o adicional de 4,69% para as atividades denominadas como horas-atividade: preparação das aulas, elaboração de programas, apostilas e material didático, aprofundamentos e pesquisas, elaboração e correção de avaliações e trabalhos, elaboração de projetos de pesquisa e extensão, orientação aos monitores e orientação aos alunos para elaboração de seus projetos.

Valor da Hora Docente (VHD): O VHD é o valor da hora docente estipulado pela Instituição de acordo com o orçamento financeiro da Mantenedora, não podendo ser reduzido por qualquer motivo e reajustado anualmente conforme dissídio da categoria, estipulado em Convenção Coletiva de Trabalho. O VHD também pode ser reajustado única e exclusivamente por iniciativa da Mantenedora, sempre que entender necessário para mudança na sua estratégia de gestão, contratação e retenção de pessoas ou acompanhar valor de mercado. O Valor da Hora Docente estipulado deve estar claramente divulgado ao seu corpo docente, através das políticas e documentos do Departamento de Recursos Humanos para manter a transparência e equilíbrio do Quadro de Carreira Docente/ITESP

6.3.4. Procedimentos para substituição eventual dos professores do quadro

As substituições ocorrerão quando professores titulares ficarem impossibilitados de estarem presentes as atividades. Os professores substitutos, com contratos por tempo

determinado, serão selecionados utilizando-se os mesmos critérios para a contratação de qualquer docente.

6.4. Situação atual: titulação e regime de trabalho do corpo docente

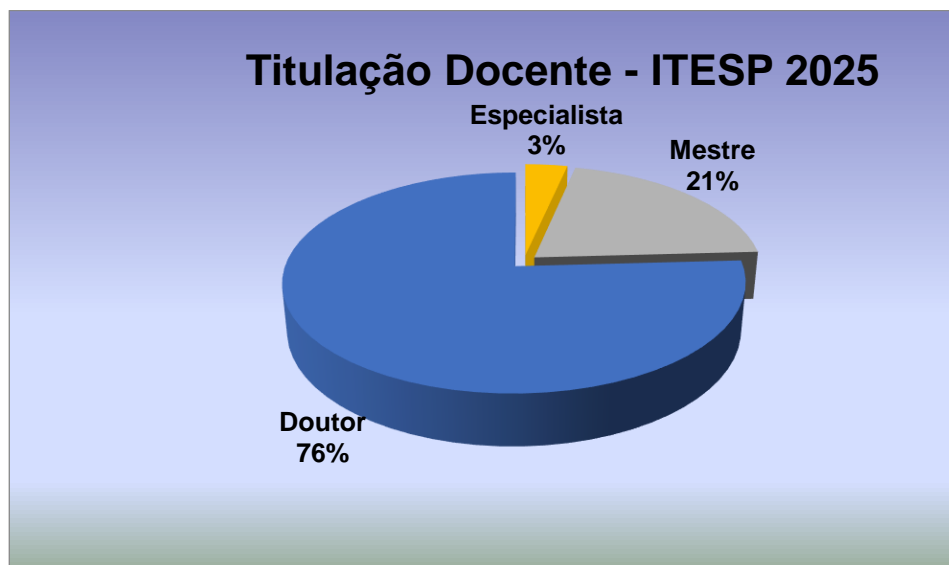


Figura 1. Titulação de docentes para o ano de 2025.

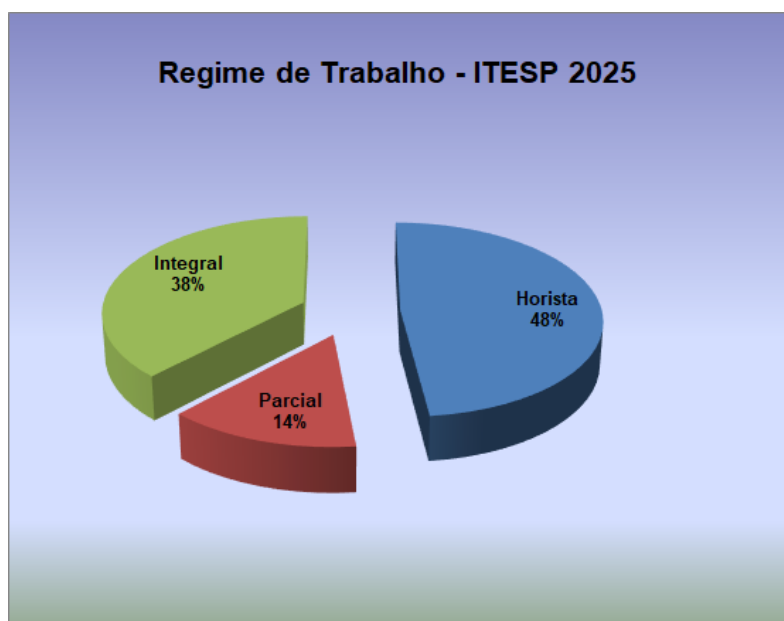


Figura 2. Regime de trabalho de docentes para o ano de 2025.

6.5. Cronograma de expansão do corpo docente, considerando o período de vigência do PDI.

Não há previsão de expansão do Corpo Docente neste PDI

6.6. Procedimentos de acompanhamento e avaliação do desempenho docente

O Coordenador de Teologia e o NDE devem acompanhar o desempenho docente, com vistas a manter os parâmetros indispensáveis de controle da qualidade de ensino. O acompanhamento e avaliação do trabalho docente propõem-se à melhoria de desempenhos, com vistas à otimização de resultados. Para isso, entre outros procedimentos, analisam os resultados semestrais da Avaliação Interna, por meio da qual os estudantes registram as impressões sobre seus professores.

A Avaliação Interna, por meio da voz dos estudantes, oferece subsídios para o acompanhamento do trabalho docente e para o planejamento dos programas de qualificação e capacitação docente. Existe ainda um diálogo constante entre Direção, Coordenador de Curso e Corpo Docente, que potencializa e personaliza os programas de interação e orientação à prática docente. Esse diálogo permite a discussão e o encaminhamento de problemáticas em relação à prática pedagógica, a discussão e a análise dos indicadores da avaliação institucional, com vistas à definição de ações pedagógicas, à

verificação sobre a necessidade de apoio pedagógico ao docente e à assessoria nas fases de planejamento, execução e avaliação da disciplina.

O acompanhamento da execução do trabalho docente será feito, ainda, por meio dos registros acadêmicos quanto ao cumprimento dos programas e consecução dos objetivos propostos, e quanto à frequência e avaliação do estudante. Considera-se, além disso, a relevância das reuniões sistemáticas com os docentes, com o propósito de avaliar e fazer os ajustes necessários nos Projetos Pedagógicos dos Cursos.

São considerados atributos docentes relevantes:

- I. apresentar exemplos contextualizados com relação a problemas práticos, de aplicação da teoria ministrada em relação ao fazer profissional;
- II. fomentar o raciocínio crítico com base em literatura atualizada, para além da bibliografia proposta;
- III. proporcionar o acesso a conteúdo de pesquisa de ponta, relacionando-os aos objetivos das disciplinas e ao perfil do egresso;
- IV. manter-se atualizado com relação à interação conteúdo e prática;
- V. promover compreensão da aplicação da interdisciplinaridade no contexto laboral;
- VI. analisar as competências previstas no PPC considerando o conteúdo abordado e a profissão;
- VII. promover ações que permitem identificar as dificuldades dos alunos;
- VIII. expor o conteúdo em linguagem aderente às características da turma;
- IX. apresentar exemplos contextualizados com os conteúdos dos componentes curriculares;
- X. elaborar atividades específicas para a promoção da aprendizagem de alunos com dificuldades e avaliações diagnósticas, formativas e somativas, utilizando os resultados para redefinição de sua prática docente no período;
- XI. incentivar a produção do conhecimento, por meio de grupos de estudo;
- XII. conhecer e utilizar ferramentas de TI que favoreçam o processo de ensino – aprendizagem.

7. CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

7.1. Os critérios de seleção e contratação

O recrutamento e a seleção do pessoal técnico-administrativo são feitos pela mantenedora, observando as necessidades do Itesp e o *curriculum vitae* do candidato, suas competências e habilidades e disponibilidade de tempo.

A contratação de técnico-administrativos para o ITESP está vinculada às necessidades explicitadas no PPC e às relacionadas ao apoio e gestão das atividades acadêmicas e administrativas.

O contrato de trabalho está vinculado à CLT devendo as vagas ser preenchidas mediante avaliação da formação e do perfil do candidato, coerentes com as atividades a serem desenvolvidas.

7.2. Políticas de qualificação, plano de carreira e regime de trabalho

Serão consideradas atividades do pessoal técnico-administrativo aquelas relacionadas a permanente manutenção e adequação do apoio administrativo, técnico e operacional, inerentes ao exercício de direção, gerência e coordenação pedagógica.

7.2.1. Políticas de Qualificação

O corpo técnico administrativo será submetido ao Programa Institucional de Capacitação de Recursos Humanos que define o apoio institucional ao afastamento de docentes e técnico – administrativos para participação em programas de Mestrado e Doutorado reconhecidos pela CAPES como também o apoio a participação destes em cursos de pós-graduação *lato sensu* a serem oferecidos pelo ITESP.

Além do apoio institucional à participação em cursos de graduação e pós-graduação o ITESP proverá a todos os integrantes do corpo técnico-administrativo treinamento para melhoria de desempenho profissional nas atividades da Instituição.

Benefícios do Programa:

- I. Abono de horas a partir critérios previamente pela Mantenedora, para os cursos de doutorado, mestrado, especialização ou aperfeiçoamento, em instituições brasileiras;
- II. Abono de horas para a participação em participem em congressos, seminários, simpósios e eventos similares, em sua área de atuação ou em área afim;

7.2.3. Regime de Trabalho

Consolidação das Leis de Trabalho - CLT, aplicando-se ainda a eles, no que couber, as normas deste PDI e das Convenções Coletivas de Trabalho, Estatuto e Regimento em vigor.

7.3. Situação atual

Cargo	Total Global
Jornalista	1
Analista de TI	1
Auxiliar de Serviços Gerais	1
Bibliotecária	2
Diretor Executivo	1
Diretor Administrativo	1
Diretor Secretário	1
Copeira	1
Secretária Acadêmica	2
Vice-Diretor Executivo	1
Secretária Lato Sensu	1
Secretária Administrativa	1
TOTAL	14

7.4. Cronograma de expansão do corpo técnico-administrativo, considerando o período de vigência do PDI

Não está prevista expansão do Corpo Técnico - administrativo

8. CORPO DISCENTE

8.1. Formas de acesso

O ingresso do aluno no ITESP pode ocorrer pelas seguintes formas:

- I. **Processo Seletivo:** Forma de ingresso por meio de prova de seleção, facultado ao aluno que tenha concluído o ensino médio, sendo a classificação feita pela ordem decrescente dos resultados obtidos, sem ultrapassar o limite de vagas fixado, excluídos os candidatos que não obtiverem os níveis mínimos estabelecidos pelo Edital do Vestibular;
- II. **Portador de Diploma de Curso Superior:** Forma de ingresso facultada ao graduado em outro curso superior de duração plena, independente de concurso vestibular, condicionada à existência da vaga no curso pleiteado;
- III. **Transferência:** Forma de ingresso facultada a alunos regulares de graduação em Teologia de Instituições de Ensino Superior credenciadas pelo MEC, condicionada a existência de vaga e mediante processo seletivo.

Os Processos Seletivos consistem em aplicação de provas sobre os conteúdos do Ensino Médio, Resultados de ENEM e processo simplificado nos casos de transferência, obtenção de novo título.

O Vestibular será composto por provas objetivas de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, História e Geografia.

Será ainda considerado:

- I. Ingresso especial para estrangeiros conveniados com a Mantenedora, convidados de intercâmbio por convênio de reciprocidade, e demais casos especiais legais autorizados pela Mantenedora;
- II. Transferência *ex officio*, na forma da lei.

8.2. Procedimentos de apoio ao aluno

O ITESP mantém procedimentos de apoio ao aluno, cuja finalidade é o acolhimento, o estímulo à permanência e o progresso do estudante na instituição por meio de ações que

buscam além da integração do estudante o seu êxito acadêmico. Tais ações estão afetas a programas institucionais como: Monitoria, Apoio Financeiro, Apoio à Realização de Eventos (internos e externos) e à Produção Discente.

A recepção e acolhida inicial ao estudante está definida no Plano de Acolhida ao Estudante

8.2.1. Apoio ao Estudante

A atuação se operacionaliza de maneira organizada e científica, possuindo regulamento próprio com base em campos de estudos específicos, a partir das seguintes atividades:

- **Programa de Acolhida ao Estudante** - consiste em atividades de recepção, acolhida e auxílio na transmissão de informações aos alunos, tendo como finalidade principal o acolhimento e ambientação dos estudantes ingressantes. Esse programa conta com a participação da Diretoria Geral, Coordenação de Curso e organização estudantil do ITESP e representantes de classe.
- **Acolhimento Geral ao estudante (demandas acadêmicas no âmbito emocional e educacional)** - acolhimento em relação as demandas dos estudantes através da atuação da Coordenação de Curso.
- **Acolhimento Pedagógico** - o acolhimento referente a questões pedagógicas possui o objetivo de auxiliar nas demandas relacionadas ao processo de ensino-aprendizagem, onde é disponibilizado recursos para que o estudante supere suas fragilidades acadêmicas, conheça as suas potencialidades e desenvolva habilidades que possam auxiliar no âmbito acadêmico. Dentre os recursos oferecidos no acolhimento pedagógico destacam-se: orientação na administração do tempo, direcionamento no estilo de aprendizagem, técnicas de estudo, dentre outros.
- **Acolhimento Psicológico** - o acolhimento referente as demandas no âmbito comportamental, visa auxiliar no enfrentamento de situações emocionais que podem comprometer o desempenho acadêmico do estudante. Por meio desse acolhimento o estudante tem a oportunidade de expressar suas emoções diante das situações enfrentadas. Ressalta-se que não é uma psicoterapia, mas um espaço acolhedor de

orientação e auxílio na reflexão as vivências apresentadas, onde dependendo da necessidade apresentada, o estudante poderá ser orientado a buscar atendimento com profissionais de saúde externos à faculdade.

- **Mediação de grupos temáticos que abordem assuntos relevantes na formação acadêmica:** consiste na interação entre estudantes e profissionais convidados para discussão de assuntos relevantes na área acadêmica por meio de reuniões, conferências ou mesas redondas. Os temas dos grupos temáticos são pré-definidos, podendo também surgir de demandas estudantis, levando-se em consideração situações que poderão causar stress e ansiedade aos estudantes, tais como ingresso em um novo período do curso, dúvidas em relação ao estágio, atuação profissional etc.
- **Programa de Nivelamento:** Corresponde a módulos oferecidos aos alunos matriculados no primeiro período do curso de graduação do ITESP, visando possibilitar ao acadêmico recém-chegado à instituição o resgate de conteúdo a ser melhor assimilado pelo aluno advindo do Ensino Médio, essenciais ao aprendizado acadêmico. Os módulos oferecidos no Programa de Nivelamento em Língua Portuguesa.

8.2.2. Programa de Monitoria Acadêmica

O Programa de Monitoria Acadêmica se caracteriza:

- I. Pela coleta de dados e informações que possam contribuir para a preparação das aulas e de outras atividades vinculadas às atividades monitoradas
- II. Pelo auxílio ao professor na preparação do material didático e paradidático a ser utilizado nas atividades monitoradas
- III. Pela colaboração com o professor nas aulas, seminários, trabalhos práticos e de laboratórios vinculados às atividades monitoradas
- IV. Pelo auxílio ao professor nas pesquisas vinculadas às atividades monitoradas
- V. Pela ampliação e aprimoramento de conhecimentos
- VI. Pelo auxílio às melhores condições de integração dos discentes no ITESP e na comunidade em geral
- VII. Pelo despertar no discente o interesse pela docência

Ressalta-se que semestralmente há a publicação de edital de inscrição e seleção de candidatos às vagas de monitores, onde é informado a relação das Monitorias a serem oferecidas (Módulos, Unidades e Componentes Curriculares), o número de vagas, critérios de participação e avaliação, data e o local de seleção.

Proposta e Critérios para Bolsas de Monitoria no ITESP

Áreas de Monitoria

1. Grego
2. Hebraico
3. Teologia Geral

Benefício da Bolsa

- Valor da bolsa: R\$300,00.
- Pagamento via transferência bancária ou em espécie.

Critérios para Concessão de Bolsas de Monitoria

Requisitos para Alunos:

- 1) Elegibilidade:** Estar matriculado a partir do 2º ano do curso de Teologia no ITESP.
- 2) Desempenho Acadêmico:** Ter nota mínima de 9,0 na área escolhida (Grego, Hebraico ou Teologia Geral).
- 3) Inscrição e Seleção:** Os interessados devem se inscrever no processo seletivo e submeter seus históricos acadêmicos. A seleção será realizada com base nas notas e uma entrevista conduzida por um comitê de avaliação designado pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE).
- 4) Prazos e Cumprimento:** Os monitores devem cumprir todos os prazos e requisitos estabelecidos para a monitoria. Caso o monitor não cumpra suas responsabilidades, ele poderá perder a bolsa.

Responsabilidades dos Monitores:

Apoio Acadêmico:

- Auxiliar outros alunos nas disciplinas de Grego, hebraico ou Teologia Geral;

- Conduzir sessões de estudo, tirar dúvidas e auxiliar na preparação para provas e trabalhos.

Disponibilidade:

- Estar disponível para atender alunos em horários pré-estabelecidos, garantindo um mínimo de horas semanais de monitoria conforme estipulado pelo ITESP.

Relatórios:

- Submeter relatórios periódicos sobre o progresso dos alunos atendidos e atividades desenvolvidas ao NDE.

Orientação para Professores:**Supervisão:**

- Professores das áreas de Grego, hebraico e Teologia Geral devem supervisionar os monitores, oferecendo orientação e suporte necessários;
- Professores devem garantir que os monitores cumpram suas responsabilidades e manter um canal aberto para feedback e melhorias.

Avaliação:

- Professores devem avaliar o desempenho dos monitores e fornecer relatórios ao NDE sobre a eficácia da monitoria.

Processo de Seleção

Submissão de Candidaturas: Alunos interessados devem submeter suas candidaturas, incluindo histórico acadêmico e uma carta de motivação, ao NDE.

Avaliação Inicial: O NDE, junto do professor designado para supervisão, realizará uma avaliação inicial com base nas notas e na carta de motivação.

Entrevista: Os candidatos selecionados na avaliação inicial serão convocados para uma entrevista com um comitê de avaliação.

Divulgação dos Resultados: Os resultados da seleção serão divulgados no site, via e-mail pessoal do candidato e nas mídias digitais do ITESP.

Assinatura de Contrato: Os alunos selecionados assinarão um contrato que estipula os termos e condições da bolsa de monitoria, incluindo responsabilidades e requisitos de desempenho.

A monitoria é uma oportunidade para alunos avançados contribuírem com a comunidade acadêmica do ITESP, desenvolvendo habilidades de ensino e reforçando seus próprios conhecimentos. A manutenção da bolsa depende do cumprimento das responsabilidades e do desempenho satisfatório nas atividades de monitoria.

8.2.3. Apoio Financeiro

Atualmente o ITESP oferece as seguintes bolsas:

- Bolsa Monitoria – concedida aos estudantes que participam do programa de monitoria;
- Bolsa Iniciação Científica – concedida aos estudantes que participam do programa de iniciação científica, observando-se regulamentos próprios;

8.2.4. Apoio à realização e Eventos (internos e externos) e à Produção Discente

O ITESP possui política de estímulo e incentivo a realização de eventos, sobretudo internos voltados para a efetiva participação discente. Os eventos estão estreitamente correlacionados com as atividades didático-pedagógicas, onde se tornam indissociáveis realizados nos formatos de Evento Científico, Atividades de Extensão e Pesquisa/Iniciação Científica.

O ITESP dispõe de Plataforma de Publicação on-line, onde são publicados os trabalhos desenvolvidos por docentes e estudantes. A divulgação de trabalhos publicados, além de servir como meio de comunicação com a comunidade interna, serve também de estímulo para produção de conhecimento por parte do corpo discente da Instituição.

8.3. Organização estudantil

O Diretório Acadêmico Cardeal Van Thuân o órgão de representação estudantil dos alunos de Teologia e possui sala própria cedida pela IES.

A ITESP, além da cedência de espaço físico para sede da organização estudantil, fornece apoio logístico e financeiro para participação e organização de eventos. O ITESP possui áreas de convivência/lazer/esporte no seu campus, como o refeitório, espaços nos jardins com bancos, Capela, entre outros espaços.

8.4. Acompanhamento de egressos

O ITESP assume o compromisso de formar Teólogos com habilidades necessárias ao exercício da profissão, responsabilidade social e ambiental, compromissados com a teologia cristã, a ética e cidadania. Assim, através do Programa de Acompanhamento de Egressos, os Teólogos formados pelo ITESP são acompanhados ao longa da sua trajetória profissional, sendo as informações coletadas fundamentais para análises de desempenho da instituição.

O **Programa de Acompanhamento de Egressos** do ITESP tem os seguintes **objetivos**:

- Acompanhar a inserção do egresso no mercado de trabalho;
- Analisar o desempenho da instituição, através do acompanhamento do desenvolvimento profissional do egresso;
- Apresentar sugestões de avaliação e adequação do currículo através da realimentação por parte dos egressos, tendo esses como fonte de informação sobre o curso e a faculdade, no intuito de melhoria da qualidade educacional;
- Auxiliar na criação de indicadores confiáveis para a avaliação contínua das técnicas e métodos didáticos empregados pelo ITESP;
- Avaliar o grau de satisfação com a instituição, em conformidade com as exigências profissionais;
- Informar os egressos sobre os eventos acadêmicos oferecidos pelo ITESP, oferecendo atividades de formação continuada na extensão e pós-graduação;
- Possibilitar o uso da infraestrutura da IES (Biblioteca, Auditório, Salas etc.) aos egressos.

Dados obtidos a partir do Programa de Acompanhamento do Egresso mostram que a maioria dos egressos da IES tem optado por fazer mestrado em áreas como Ciência da Religião ou Teologia. Além de cursos de especializações que favoreçam o exercício das atividades pastorais nas comunidades eclesiais.

9. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

9.1. Estrutura organizacional

Órgãos deliberativos e consultivos:

- I. Conselho Superior Administrativo (CSA)
- II. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
- III. Conselho de Curso
- IV. Assessoria Administrativa

Órgãos executivos:

- I. Diretoria Executiva
- II. Vice - Diretoria Executivo
- III. Diretoria Administrativa
- IV. Diretor Secretário
- V. Coordenação de Curso
- VI. Coordenação de Pesquisa e Extensão
- VII. Coordenação de Apoio ao Aluno

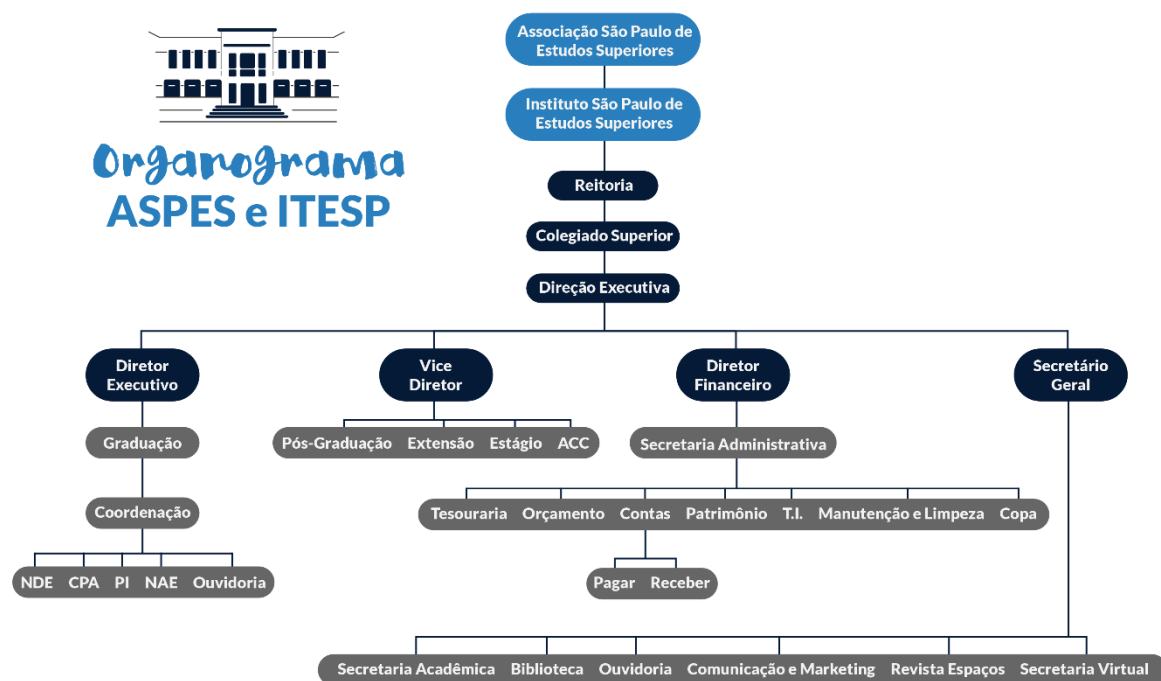
Órgãos Avaliativos e Propositivos

- I. Comissão Própria de Avaliação - CPA
- II. Núcleo Docente Estruturante - NDE

Órgãos de Apoio Suplementar:

- I. Biblioteca
- II. Secretaria Geral

9.2. Organograma institucional



10. AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A Comissão Própria de Avaliação – CPA, instituída pela Lei Federal nº. 10.861, de 14 de abril de 2004, que implantou o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior, já devidamente instalada no ITESP (Portaria anexa), é responsável pela condução dos processos de avaliação internos da Faculdade, pela sistematização e prestação das informações a serem solicitadas pela Comissão Nacional de Avaliação do Ensino Superior - CONAES, possuindo atuação autônoma em relação ao Conselho Superior/Colegiado de curso.

Conforme parâmetros do SINAES, o ITESP assumirá como finalidades essenciais da avaliação institucional:

- I. Explicitar a responsabilidade social da educação superior, especialmente quanto à formação da cidadania e ao aprofundamento dos valores democráticos;
- II. Superar meras verificações e mensurações, destacando o significado das atividades institucionais, não apenas do ponto de vista acadêmico, mas também quanto aos impactos sociais, econômicos, culturais e políticos, valorizando a solidariedade e a cooperação e não a competitividade e o sucesso individual.

Sempre em conformidade com as Diretrizes da CONAES e do SINAES, a CPA do ITESP orientará suas atividades conforme regulamentação própria.

10.1. Princípios, objetivos e dimensões

10.1.1. Princípios

Constituem princípios da Avaliação Institucional:

- I. **Globalidade:** o objetivo é avaliar a instituição como um todo e não partes ou níveis fragmentados da mesma. Mesmo quando se prioriza ou começa a avaliação por partes da instituição, a sua análise sempre se fará em relação à instituição como um todo único. Historicamente as instituições têm iniciado seus processos de avaliação tomando o ensino nos cursos como a unidade básica de análise. No entanto as unidades de análise a serem avaliadas inicialmente serão: o ensino, a gestão administrativa e acadêmica e o ambiente de convívio interno entre a comunidade acadêmica;

- II. **Impessoalidade:** a avaliação Institucional não tomará como objeto de análise as pessoas enquanto indivíduos. Isto significa que não há nenhuma intenção de julgamento individual de docentes, técnico-administrativos, alunos e ocupantes de cargos e funções no interior do ITESP. Não são as pessoas que serão avaliadas, mas sim as estruturas, as práticas, as relações, os processos, os produtos e os recursos, em função dos seus objetivos desejados;
- III. **Não punição e não premiação:** embora em determinadas circunstâncias a avaliação possa assumir uma conotação de punição ou premiação, este não é o seu objetivo. Ela busca identificar pontos fortes e pontos fracos do ITESP, com vistas respectivamente ao seu aprofundamento ou superação, sempre almejando o incremento da qualidade;
- IV. **Respeito à identidade institucional:** embora a avaliação institucional desenvolvida em cada IES requeira alguma padronização de instrumentos e indicadores de comparação interinstitucional, o seu desempenho deve sempre ser analisado em função dos seus projetos e características específicas e das possibilidades de incremento da qualidade a partir delas. Por isso a avaliação institucional precisa estar em relação dialética constante com o planejamento institucional;
- V. **Credibilidade:** a avaliação institucional somente se converte em instrumento para o planejamento da melhoria da qualidade, se for desenvolvida com competência técnica, correção ética e fidedignidade dos dados e evidências utilizados. E isto somente se constrói se houver transparência nos procedimentos, critérios e resultados alcançados, conduzindo a participação voluntária. Sem credibilidade, a avaliação permanece como uma formalidade, incapaz de motivar as pessoas para o seu exercício;
- VI. **Continuidade e regularidade:** a avaliação institucional **não se reduz ao simples levantamento de dados, sua análise e a produção de um relatório final.** Ela é um processo permanente de conhecimento de si, a fim de alimentar o

planejamento para a melhoria da qualidade. Este processo requer continuidade e regularidade, para que possibilite a comparação de dimensões e indicadores em diferentes momentos e de maneira constante no âmbito do ITESP;

- VII. **Participação descentralizada:** a avaliação institucional não terá legitimidade se não houver um envolvimento direto e coletivo de toda a comunidade acadêmica em seus diferentes momentos. Esta participação coletiva só poderá ocorrer na medida em que o processo for descentralizado, facultando inclusive a tomada de decisões em diferentes níveis da hierarquia institucional, no encaminhamento de medidas decorrentes dos resultados parciais no processo avaliativo;
- VIII. **Disposição para a mudança:** a necessária relação dialética entre avaliação e planejamento institucional requer uma atitude de abertura para a mudança, como condição para a inovação e a qualificação da vida acadêmica. Isto porque a avaliação não tem um sentido em si. Ela só faz sentido quando entendida como um instrumento permanente para alimentar o planejamento para a melhoria da qualidade. Os seus resultados só alcançarão o potencial ótimo de inovação se, entre a comunidade acadêmica, houver o reconhecimento majoritário da precariedade e provisoriedade das práticas e entendimentos em vigor no interior do ITESP.

10.1.2. Objetivos

- I. Subsidiar a comunidade acadêmica para o planejamento e a tomada de decisões, no processo de melhoria da qualidade nas diversas dimensões da vida acadêmica;
- II. Conhecer em profundidade os pontos fortes e fracos da instituição a fim de orientar a correção de rumos e o redimensionamento dos seus caminhos;
- III. Contribuir para a definição de políticas e a construção de uma cultura institucional de valorização da avaliação como pré-requisitos para o planejamento do desenvolvimento do ITESP;

- IV. Desenvolver um processo criativo de autocrítica permanente entre a comunidade acadêmica para a melhoria da qualidade do saber acadêmico, administrativo e para a cidadania;
- V. Promover a transparência por meio de publicação do desempenho do ITESP em relação a processos e produtos acadêmicos e administrativos;
- VI. Possibilitar a redefinição constante dos objetivos institucionais, a fim de sintonizar o ITESP com os desafios, anseios e necessidades do mundo contemporâneo e da sociedade regional;
- VII. Produzir um sistema de informações quantitativas e qualitativas para o acompanhamento da trajetória de desenvolvimento da qualidade institucional;
- VIII. Desencadear um processo pedagógico de aprendizado no âmbito do desenvolvimento acadêmico e institucional, pelo confronto entre a autoavaliação e a avaliação externa do ITESP e o relacionamento dialético entre a avaliação e o planejamento institucional.

10.1.3. Dimensões

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior por meio da Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004, em seu artigo 2º, define:

“O SINAES, ao promover a avaliação de instituições, de cursos e de desempenho dos estudantes, deverá assegurar:

- I. Avaliação institucional, interna e externa, contemplando a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais das instituições de educação superior e de seus cursos;
- II. Caráter público de todos os procedimentos, dados e resultados dos processos avaliativos;
- III. Respeito à identidade e à diversidade de instituições e de cursos;
- IV. A participação do corpo discente, docente e técnico administrativo das instituições de educação superior, e da sociedade civil, por meio de suas representações”.

Em seu parágrafo único, está descrito que os resultados da referida avaliação constituirão referencial básico dos processos de regulação e supervisão da educação superior, neles compreendidos o credenciamento e a renovação de credenciamento de instituições de educação superior, a autorização, o reconhecimento e a renovação de reconhecimento de cursos de graduação.

Ainda em seu 3º artigo, a Lei nº 10.861/2004 esclarece que:

“A avaliação das instituições de educação superior terá por objetivo **identificar o seu perfil e o significado** de sua atuação, por meio de **suas atividades, cursos, programas, projetos e setores**, considerando as diferentes dimensões institucionais, dentre elas obrigatoriamente as seguintes:

- I. A missão e o plano de desenvolvimento institucional;
- II. A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;
- III. A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;
- IV. A comunicação com a sociedade;
- V. As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;
- VI. Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;
- VII. Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;
- VIII. Planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional;
- IX. Políticas de atendimento aos estudantes;
- X. Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.”

A Avaliação Institucional da IES deve procurar respeitar as dimensões mínimas previstas na Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004, bem como pode levar em conta outras, a fim de que o processo de avaliação possa contemplar as dimensões consideradas mais importantes para o seu desenvolvimento. Destaca-se que cada dimensão corresponde a indicadores de desempenho institucional e que o comportamento destes indicadores pode ser considerado mais ou menos satisfatório, tanto pela comunidade acadêmica da IES (autoavaliação), quanto por especialistas do meio acadêmico (avaliação externa).

A partir destas dimensões são especificados indicadores a serem avaliados, bem como os instrumentos e procedimentos para a sua coleta, análise e elaboração de relatórios. Trata-se da operacionalização da avaliação institucional.

10.2. A operacionalização da avaliação institucional no ITESP

A avaliação não se reduz à apresentação do desempenho do ITESP em relação a determinadas dimensões e indicadores considerados relevantes para a instituição. Contudo, o conhecimento do desempenho da instituição nestas dimensões e indicadores é um pressuposto necessário para a avaliação. Por isso a avaliação institucional depende da montagem de um banco de informações quantitativas e qualitativas que revele o seu desempenho satisfatório, ou não, em relação a determinadas dimensões e indicadores. São estes desempenhos institucionais que deverão ser avaliados, a fim de determinar os seus significados em relação aos objetivos institucionais que se propõe atingir, a cada momento histórico do seu planejamento.

Isto significa que o desempenho da instituição em determinadas dimensões e indicadores, não tem um sentido em si, nem satisfatório e nem insatisfatório. O sentido do desempenho da instituição em cada dimensão e indicador deverá ser considerado satisfatório sempre que o seu comportamento contribuir para a realização dos objetivos a que a instituição se propõe em seu planejamento (e vice-versa). Portanto, a avaliação institucional pressupõe e depende de informações confiáveis e fidedignas sobre dimensões e indicadores de desempenho. Mas a avaliação propriamente dita consiste em determinar se e em que grau ou medida estes desempenhos são satisfatórios ou não para a realização dos objetivos que a instituição se propõe a atingir em seu processo de desenvolvimento.

O processo de avaliação institucional procura combinar procedimentos de autoavaliação e de avaliação externa em seu desenvolvimento. A autoavaliação pela própria instituição deve preceder a avaliação externa. Por outro lado, a responsabilidade e as decisões cabem à própria instituição. Por isso, na sequência da avaliação externa é necessária uma reavaliação interna pela própria IES. Isto significa que o processo de avaliação institucional pode ser dividido em cinco etapas principais:

- a. Autoavaliação;
- b. Avaliação externa;
- c. Reavaliação interna;
- d. Revisão do Planejamento institucional.
- e. Ações acadêmicas administrativas decorrentes dos resultados da avaliação

A autoavaliação é um processo dialético de relações entre planejamento e avaliação, cuja dinâmica está orientada para a melhoria da qualidade da IES. Como o objetivo mais específico aqui é a avaliação, na sequência detalham-se a operacionalização dos processos de autoavaliação, avaliação externa e reavaliação interna da IES.

10.2.1. A Autoavaliação do ITESP

A autoavaliação é um processo dinâmico e está em permanente realimentação. Incorpora mudanças à medida que cada etapa é empreendida, sendo possível obter feedback acerca de sua realização. Além disso, a natural sucessão de membros gera novas perspectivas que vão sendo acrescentadas ao processo, aperfeiçoando-o a cada nova avaliação. A metodologia utilizada para a autoavaliação institucional do ITESP conta com **quatro etapas**: planejamento, sensibilização, desenvolvimento (coleta de dados, informações e sistematização dos resultados) e consolidação (elaboração do relatório final e divulgação dos resultados).

Na **primeira etapa** são promovidas reuniões de planejamento estratégico para elaboração dos questionários e do cronograma anual de reuniões da CPA e desta com os restantes segmentos da comunidade acadêmica.

Na **segunda etapa** são realizadas reuniões e/ou debates junto à comunidade acadêmica (docentes, discentes e técnico-administrativos) com o objetivo de sensibilizar e conscientizar sobre a importância da participação no processo de autoavaliação institucional. A sensibilização é realizada de forma dinâmica utilizando informativos que ficam disponíveis em todos os quadros de exposição e nas redes de informações do ITESP.

Na **terceira etapa** são aplicados os instrumentos de coleta de dados e feita a sistematização dos resultados.

Na **quarta etapa** do processo é elaborado, divulgado e analisado o relatório de autoavaliação que é postado no sistema e-MEC e está disponível no site do ITESP, na área da CPA, além de ser disponibilizado na Biblioteca o formato impresso. Adicionalmente, são realizadas divulgações no site e mural institucional, de maneira a levar os principais resultados a toda a comunidade acadêmica.

Finalmente, os resultados apresentados podem ser incorporados ao Planejamento Institucional. Cabe à CPA a articulação com outras instâncias de decisão tais como o Colegiado de Curso, por exemplo, de forma a levar os resultados para serem debatidos em outros foros contribuindo com o aprimoramento da instituição.

A Metodologia a ser adotada para a avaliação institucional do ITESP, nos moldes do seu Projeto e da legislação vigente, busca assegurar o envolvimento de toda a comunidade acadêmica na identificação do seu perfil institucional e o significado da sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e serviços, respeitando a diversidade e as especificidades de cada um deles. Para tanto, são consideradas 10 (dez) dimensões que contemplam, em conformidade com o 5 (cinco) eixos estabelecidos na legislação em vigor, sobretudo o que preconiza o SINAES.

Quem deve providenciar as informações?

A avaliação somente será institucional se for desenvolvida com a participação e a responsabilização de diferentes segmentos e instâncias da IES. Ela não é tarefa individual de grupos ou setores específicos da instituição, mas responsabilidade de toda a comunidade acadêmica, que se preocupa com o desenvolvimento da qualidade na IES. Também não é um processo anárquico, sem direção e planejamento. As iniciativas e a coordenação do processo

cabem à Comissão Própria de Avaliação - CPA, mas as responsabilidades são compartilhadas em todos os níveis da administração bem como se setores consultivos, deliberativos e executivos da IES. Por isso, para a produção das informações indispensáveis à realização da avaliação institucional é necessário o envolvimento de toda a comunidade acadêmica. A ideia básica é utilizar da maneira mais completa possível as informações já disponíveis (porém dispersas) no interior da instituição, complementando-as apenas na medida da necessidade.

Destaca-se que as informações indispensáveis à realização da avaliação institucional são de diferentes naturezas. Uma modalidade de informações remete para a experiência pessoal de cada um na vivência institucional da IES, a fim de identificar os graus de satisfação ou insatisfação em relação aos indicadores ou questões em avaliação.

Estas informações serão coletadas através de questionários específicos para os diferentes segmentos da comunidade acadêmica, com perguntas fechadas e de múltipla escolha. É claro que se tomado como um instrumento exclusivo de apreensão das opiniões e apreciações da comunidade acadêmica sobre dimensões e indicadores em avaliação, este instrumento pode ser considerado limitado e até reducionista. Isto porque, neste caso, a expressão de pontos de vista, concepções e apreciações, diferentes das propostas pelo questionário, e sua explicação e justificação poderiam ficar prejudicadas. É exatamente para evitar esta limitação e/ou reducionismo, que o projeto prevê a produção de relatórios pelos diferentes setores da Instituição. Na produção destes relatórios, é preciso discutir as informações disponíveis e, principalmente, o seu significado para o desenvolvimento da qualidade na IES. Em outros termos, a explicação da realidade apresentada através das informações requer necessariamente a explicitação e o confronto de pontos de vista, concepções e apreciações existentes entre a comunidade acadêmica.

Por outro lado, além das informações produzidas através dos questionários, todos os membros da comunidade acadêmica, agregados através de diferentes instâncias da vida institucional e da hierarquia organizacional, auxiliarão na produção de informações específicas sobre o desempenho objetivo da instituição em relação às dimensões e indicadores em avaliação.

Assim, através dos **instrumentos** elaborados pela CPA que consideram os diversos atores da instituição, o processo de autoavaliação envolve:

a - Avaliação da Instituição pelos discentes

- I. Desempenho docente
- II. Atuação do Coordenador
- III. Atuação dos gestores do ITESP
- IV. Serviços de Secretaria
- V. Infraestrutura, acervo e serviços da Biblioteca
- VI. Apoio aos discentes
- VII. Serviços gerais, limpeza, segurança

b - Avaliação do desempenho dos alunos durante o curso das atividades de Ensino e de Aprendizagem

- I. Unidades Curriculares
- II. Estágio Supervisionado
- III. Atividades Complementares
- IV. Participação em eventos
- V. Participação em projetos de iniciação científica
- VI. Participação em projetos e atividades de extensão

c - Avaliação docente sobre a Instituição e sobre o corpo discente

- I. Atuação do Coordenador de Curso e do NDE
- II. Participação dos alunos nas Unidades Curriculares e nas diversas atividades propostas referentes ao Curso e a Instituição
- III. Serviços da Secretaria Acadêmica
- IV. Biblioteca (inclusive acervo)
- V. Orientação pedagógica
- VI. Apoio em programas de qualificação
- VII. Apoio no desenvolvimento de projetos de pesquisa/iniciação científica
- VIII. Apoio à divulgação de trabalhos científicos e à participação em eventos científicos

IX. Infraestrutura

d - Avaliação institucional sob a ótica do egresso

Para conhecer a opinião dos egressos sobre a formação recebida, tanto curricular quanto ética, será realizada pesquisa no momento da conclusão do curso, quando o mesmo estará apto a fornecer informações sobre a satisfação das necessidades, expectativas e desejos em relação à promessa realizada pela Instituição sobre a prestação de serviços contratada. A pesquisa poderá ser realizada através de questionários on-line com abordagem quantitativa.

A análise dos dados e informações fornecidos por egressos, empregadores e mercado é considerada para a revisão dos planos e programas da Instituição, com vistas à atualização dos cursos, bem como antecipação de tendências das carreiras profissionais.

e - Avaliação dos sistemas e processos administrativos

A avaliação dos sistemas e processos administrativos visa a melhoria do atendimento acadêmico, pedagógico e administrativo da Instituição, com estratégias para o planejamento, operacionalização e viabilização dos mesmos.

Nos instrumentos tanto dos discentes quanto dos docentes afere-se os processos administrativos diretamente envolvidos com estes seguimentos do corpo social do ITESP.

10.2.2. Avaliação do Curso (interna)

A coordenação de curso deverá produzir periodicamente, a partir das informações e dados disponíveis, relatório de avaliação do desempenho do ensino aprendizagem, levando em conta outras dimensões e indicadores (ENADE) que interferem positiva ou negativamente no mesmo, bem como o seu planejamento explicitado no Projeto Pedagógico.

Na avaliação do **Projeto de Curso**, é observado:

- I. na **execução do projeto**: formação e experiência profissional do corpo docente e a adequação do docente a cada atividade prevista: (aula teórica; aula prática, orientação de estágio/Internato, orientação de monitoria, orientação de

iniciação científica e projetos de extensão). Infraestrutura física, laboratórios, recursos de informática e acervo e serviços da biblioteca;

- II. na **atualização** do Curso: adequação dos planos de ensino aprendizagem;
- III. na **gestão** do Curso: movimentação de alunos: matrícula, transferência recebida, transferência expedida, trancamento, abandono.

Das Instâncias da Avaliação do Projeto de curso:

A Avaliação do Projeto de Curso acontece em várias instâncias no âmbito institucional:

- I. no **Núcleo Docente Estruturante**, ao qual compete a observação mais contínua da manutenção do processo de qualidade e adequação do curso;
- II. no **Conselho de Curso**, ao qual compete, conforme Regimento, Planejar, Acompanhar a execução e avaliar todos os procedimentos regulares do curso;
- III. na **CPA**, a qual compete a avaliação institucional nas 10 dimensões orientadas pelo SINAES;
- IV. No **Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão**.

10.2.3. Avaliação dos Cursos (externa) e Institucional

A avaliação externa da IES não deve ser confundida com a “imagem” ou a “representação” que a sociedade regional mantém acerca de dimensões da vida institucional da IES. A avaliação externa é um exame detalhado e aprofundado da autoavaliação, realizada por uma Comissão de Especialistas em avaliação de desempenho de Instituições de Ensino Superior. Por isso, ela deverá resultar na elaboração de parecer escrito da Comissão de Avaliadores Externos, no qual são examinados, discutidos e destacados os méritos, os equívocos e as omissões percebidas através de sua autoavaliação. Da mesma forma, o parecer poderá apontar sugestões para o planejamento do desenvolvimento da qualidade institucional.

Os pareceres das Comissões de Avaliações serão examinados pela CPA, NDE e demais gestores do ITESP e poderão resultar em ações acadêmicas-administrativas para a melhorias dos processos da instituição.

Aplica-se o mesmo procedimento aos resultados aferidos no ENADE.

10.2.4. A Reavaliação Interna da IES

Assim como a autoavaliação realizada pela IES, o parecer com o exame da comissão de avaliação externa não deve ser considerado absoluto e inquestionável. No processo de avaliação institucional, a responsabilidade e a palavra final sempre pertencem à própria instituição. A avaliação externa visa proporcionar um olhar mais isento e independente dos vínculos e interesses presentes no interior da IES, a fim de contribuir para uma avaliação de maior qualidade e um planejamento mais realista e consequente. Por isso, os relatórios gerados pelas avaliações internas e o parecer com o exame da comissão externa, deverão ser amplamente discutidos por toda a comunidade acadêmica, a fim de que resulte num relatório final de avaliação da IES.

Este relatório deverá ser amplamente divulgado tanto entre a comunidade acadêmica da IES quanto para a sociedade em geral, como um mecanismo de disponibilização ao público interessado e de prestação de contas do desempenho da IES ao mesmo. Por outro lado, este relatório será a referência obrigatória para a retroalimentação do processo regular de avaliação institucional, conforme prevê a LDB de 1996, bem como para o planejamento do desenvolvimento institucional.

A reavaliação interna pela IES também deverá contemplar a avaliação do próprio processo de avaliação institucional a fim de que este possa ser revisto e melhorado para o reinício do processo. Não existem receitas prontas e nem projetos perfeitos de avaliação. Por este motivo a IES deverá ir formulando e qualificando o processo de avaliação ao longo do seu exercício. É por isso que deve haver continuidade e regularidade para a qualificação do processo de avaliação e uma estreita ligação entre avaliação e planejamento institucional.

10.2.5. Ações acadêmico administrativas decorrentes dos resultados de avaliação

Avaliação interna ou externa precisa ter consequência e no ITESP toda avaliação resulta em processos de melhoria das condições de ensino e de aprendizagem

Principais ações resultantes dos resultados das avaliações realizadas pela Comissão Própria de Avaliação

- Reformas e visando melhorias na Acessibilidade;
- Manutenção de ar-condicionado;
- Melhorias nos banheiros;
- Melhoria na internet;
- Aumento do número de capacitação para os docentes e preceptores;
- Melhorias na comunicação interna e externa (melhorias no fluxo do setor de marketing e comunicação).

10.3. Formas de participação da comunidade acadêmica, técnica e administrativa – atuação da Comissão Própria de Avaliação

A avaliação institucional, estruturada nos moldes do que determina a Lei nº. 10.861, de 14 de abril de 2004 que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, incide sobre a execução do Plano de Desenvolvimento Institucional do ITESP permitindo a tomada de decisões que contribuam para a melhoria das práticas educativas. Nos termos do artigo 11 da Lei nº 10.861/2004, a qual institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), toda instituição concernente ao nível educacional em pauta, pública ou privada, constituirá Comissão Própria de Avaliação (CPA), com as atribuições de conduzir os processos de avaliação internos da instituição, bem como de sistematizar e prestar as informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Para tanto, a Comissão Própria de Avaliação do ITESP obedece às seguintes diretrizes:

- I. Constituição por ato do dirigente máximo da instituição de ensino superior, ou por previsão no seu próprio estatuto ou regimento, assegurada a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada, e vedada à composição que privilegie a maioria absoluta de um dos segmentos;
- II. Atuação autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição de educação superior conforme regulamento específico da Comissão Própria de Avaliação.

A CPA, órgão interno do ITESP, que tem por finalidade propor melhorias na qualidade da educação superior, orientar a expansão da sua oferta, aumentar permanentemente a sua eficácia e efetividade acadêmica e social. Visa também à promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais por meio da valorização da missão institucional, dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade e da afirmação da autonomia e identidade institucional.

A CPA tem como atribuições:

- a) Continuamente, rever, elaborar e aprovar o seu próprio regulamento;
- b) Conduzir os processos de avaliação interna;
- c) Sistematizar e prestar informações relativas à Avaliação do ITESP solicitadas pelo INEP, no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES;
- d) Constituir grupos temáticos ou focais voltados para a avaliação de cada uma das 10 Dimensões estabelecidas;
- e) Elaborar e analisar relatórios e pareceres e encaminhar às instâncias competentes;
- f) Desenvolver estudos e análises visando ao fornecimento de subsídios para a fixação, aperfeiçoamento e modificação da política de avaliação institucional;
- g) Propor projetos, programas e ações que proporcionem a melhoria do processo avaliativo institucional.

10.4. Formas de utilização dos resultados das avaliações

Dos resultados das avaliações internas e externas a MANTENEDORA e o ITESP, no âmbito de suas competências, tomaram as seguintes medidas acadêmico administrativas:

- I. Adequação total da infraestrutura física para atendimento a pessoas com necessidades especiais;
- II. Estruturação de Planos de Ensino – Aprendizagem que permitam melhor orientar o estudante;
- III. Atualização do acervo;
- IV. Capacitação de docentes em estratégias de ensino aprendizagem;

- V. Estruturação de atividades de aprendizagem associadas às habilidades de competências e com maior utilização da bibliografia fundamental (básica, complementar e artigos)

11. INFRAESTRUTURA FÍSICA, LABORATÓRIOS, BIBLIOTECA, RECURSOS DE INFORMÁTICA E MULTIMÍDIA

11.1. Infraestrutura física

Localizado Rua Dr. Mário Vicente, 1108, Ipiranga, CEP - 04270-001, São Paulo/SP, o campus do ITESP ocupa uma área de 500 m² com piso inferior e superior, estacionamento privativo e áreas de lazer.

Os vários ambientes do campus contam com a infraestrutura necessária para garantir a acessibilidade, a saber: elevadores, sinalização nas áreas de circulação, banheiros adaptados, entre outros.

Todos os ambientes contam com manutenção, limpeza e segurança, garantidas por funcionários da instituição.

Somente alguns serviços de maior porte são feitos de forma terceirizada, na medida da necessidade.

11.1.1. O Campus

A infraestrutura do ITESP se compõe de 7 salas de aula, com quadro e Datashow, o que se adapta às necessidades dos alunos. Há um laboratório de informática com 6 computadores onde os alunos fazem pesquisas e trabalhos. Há duas salas de orientação pedagógica. O auditório do ITESP comporta 440 pessoas assentadas, onde se realizam congressos e simpósios. Há uma sala de professores, para intervalos de aula e lanche. Há uma sala de coordenação dos cursos de pós-graduação e extensão. Uma sala de comunicação. Há salas para o diretor executivo, o vice-diretor, o secretário e o diretor financeiro. Há uma sala para a tesouraria e outra para arquivos do ITESP. O instituto conta com um amplo estacionamento e espaço para o intervalo dos alunos. Banheiros adequados e suficientes para o número de alunos.

11.1.2. As instalações Administrativas

Diretoria Administrativa, Mantenedora e Diretor Geral Adjunto - sala privativa, medindo 58,92 m², equipada com 1 mesa executiva em L, 1 mesa de reunião com 8 cadeiras, 1 sofá 2

lugares, 1 cadeiras executivas, copa para café e lanche, 1 armário longo com 4 portas, 1 banheiro privativo, medindo 3,96 m², 1 computador, teclado e mouse, 1 aparelhos telefônicos sem fio, climatizada, acesso a sinal Wi-Fi, iluminação natural mediada por persianas e artificial.

Diretoria Executiva/Coordenação - sala privativa medindo 57,20 m², equipada 3 mesas executivas, **1 sanitário privativo**, medindo 4,00 m², 1 pia/copa (interna como armário), climatizada, acesso a sinal Wi-Fi e com iluminação natural mediada por persianas e artificial.

Secretária da Diretoria/Coordenação: sala em vidro temperado, medindo 14,90 m², equipada com 1 mesa em L, 2 cadeiras, 1 sofá de 2 lugares, 1 impressora multifuncional, 1 computador, 1 ramal telefônico, 1 arquivo 1 mesa de centro. Acesso a sinal Wi-Fi.

Sala e infraestrutura da CPA

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) possui sala própria e específica localizada no piso superior com 16,48 m², equipada com uma mesa em L, 1 quadro de avisos, 1 armário de arquivo com chave e 1 computador com acesso à internet via Wi-Fi. A sala possui 1 ar condicionado e a iluminação está dentro dos padrões exigidos. A CPA também conta com murais específicos para divulgação de dados e informações pertinentes.

Sala de Reunião 1 - medindo 49,19 m², equipada com 1 mesa de tamanho grande de reunião para 12 pessoas, 1 projetor multimídia, 1 Televisor, tela plana, LCD, 40", 1 sofá de 2 lugares e duas poltronas, estrutura para café, água e lanche. Acesso a sinal Wi-Fi, climatizada, iluminação natural, mediada por persianas e iluminação artificial. Esta sala é utilizada para **reuniões de Diretoria, Conselho Superior, Núcleo Docente Estruturante (NDE)** e reuniões com representantes e autoridades da comunidade.

Recepção - medindo 128,89 m², equipada com 1 balcão para atendimento com adaptação para PNE, armário, 2 sofás, 4 poltronas, 1 computador.

Secretaria Acadêmica

- **Recepção** - medindo 25,15 m², com sofá de 2 lugares, 1 Televisão e 1 balcão de atendimento com adaptação para PNE 2 cadeiras e com Wi-Fi.
- **Secretaria** - medindo 29,55 m² equipada com 4 mesas L, 4 computadores, 2 impressoras, sendo uma com scanner e 01 colorida, 1 arquivos, 1 armário e com Wi-Fi.
- **Sala de Arquivo** - (acervo acadêmico) medindo 27,92 m² equipada com 7 arquivos de aço com 4 gavetas cada, 4 armários fechados, 16 prateleiras grandes, 3 prateleiras pequenas, 1 pequeno armário embutido, 1 mesa, 5 cadeiras, 1 mesa embutida.

Manutenção e guarda do acervo

O ITESP, através da Secretaria Acadêmica e dos técnicos de informática da Instituição, implantou, conforme determina a Portaria 315 de 4 de abril de 2018 em seu artigo 45 a 48, o Projeto de acervo acadêmico em meio digital com objetivo de digitalizar integralmente a documentação que compõe o acervo acadêmico, através da utilização de scanner que garante a integridade e a autenticidade de todas as informações contidas nos documentos originais, com armazenamento em nuvem dentro dos mais atuais e rigorosos padrões de segurança de dados, sendo todos os documentos acadêmicos revertidos para meio digital.

Financeiro - medindo 8,55 m² equipada de 1 mesa L, 1 cadeira, 1 computador

Gerência de TI - medindo 12,77 m² equipada com 2 mesa L, 2 cadeiras, 2 computadores, ar-condicionado e acesso à internet e Wi-Fi.

Secretaria Acadêmica - medindo 12,68 m² equipada com 1 mesa L, 2 poltronas, 1 arquivo, 1 computador, 1 ar-condicionado e acesso à internet e Wi-Fi.

Marketing - medindo 23,57 m² equipado de 3 mesas L, 1 mesa redonda, 6 cadeiras, 3 computadores, 2 impressoras colorida, 1 ar-condicionado, acesso à internet e Wi-Fi e iluminação artificial.

Sala de Reunião 2 - medindo 18,98 m² equipada com 1 mesa de reunião para 10 pessoas, 1 projetor com câmera, tela automatizada e notebook para videoconferência, 1 armário com repartições e duas portas de correr, 1 ar-condicionado e acesso à internet, Wi-Fi e iluminação artificial.

Gerência Financeira – medindo 21,88 m², 2 mesas em L 2 arquivos de aço, 2 computadores, 1 impressora, climatizada, luz natural e artificial.

Gerência de Compras e Manutenção / Analista de TI - possui 21,80 m² equipada com 2 mesa L, 4 cadeiras, 2 computadores, 1 servidor, 1 impressora/scanner, e 1 arquivo com 3 gavetas. Ar-condicionado e acesso à internet e WI-FI. Iluminação artificial e natural.

11.1.3. Auditório

O Auditório Dom Luciano Mendes de Almeida com aproximadamente 50m², com capacidade para 320 pessoas sentadas, com todos os recursos pertinentes, tais como: controle acústico, equipamentos de som/áudio, iluminação, equipamentos de projeção, equipamento segurança de acesso, contra incêndio, sala de controle técnicos, climatizado e camarins.

O Auditório possui condições plenas de acessibilidade.

11.1.4. Instalações Sanitárias

O **ITESP** conta com 03 (três) sanitários privativos junto às salas da Diretoria, Mantenedora e Pós-Graduação. Possui 02 sanitários (masculino e feminino) anexos à sala dos professores. Existem 07 (sete) sanitários (masculino e feminino) destinados ao corpo discente, localizados no Bloco A e Bloco B, distribuídos no piso térreo e superior. Os sanitários são adaptados para uso PNE, além de sanitários (masculino e feminino) destinados exclusivamente para PNE's. Abaixo a distribuição e composição

- a) **Sanitários masculino** (51,63 m²): 06 vasos sanitários; 07 vasos urinários; 06 pias; 01 pia para atendimento especial; 01 sanitário para atendimento especial (PNE) medindo 3,75 m² e ambiente com boa iluminação natural e artificial;
- b) **Sanitários feminino** (51,63 m²): 11 vasos sanitários, 06 pias, 01 pia para atendimento especial, 01 sanitário para atendimento especial (PNE) medindo 3,75 m². Ambiente com boa iluminação natural e artificial.
- c) **Sanitário familiar/Pessoas com Necessidades Especiais** (xxx m²)

Todos os sanitários possuem muita boa iluminação, ventilação natural, com todos os equipamentos necessários para higienização. Recebem sistematicamente manutenção, com rotina de limpeza duas vezes por dia.

11.1.5. Espaços de convivência e de alimentação

O ITESP conta com uma copa com armários, talheres, 5 mesas, 5 cadeiras, 1 bebedouro, 3 geladeiras, 8 garrafas térmicas, fogão industrial, liquidificador e micro-ondas. A Sala do Diretório Acadêmico conta com 2 sofás, lousa, 6 cadeiras e armário. O ITESP conta também com um amplo espaço de jardim para os momentos recreativos.

11.1.6. Salas de Aula

SALA DE AULA PRÉDIO NOVO	ÁREA (M ²)
Sala 1º ano (prédio novo, 1º a direita, nº12-13)	98,67
(Sala de aula cursos a direita, nº11)	54,21
Orientação pedagógica (prédio novo, direita, nº 09)	18,99
(Sala de aula cursos 1º a direita, nº03)	48,12
(Sala de aula cursos 1º a direita, nº04)	48,12
Comunicação (prédio novo, a esquerda, nº 05)	31,95
Arquivo (prédio novo, a esquerda, nº 06)	31,95
Orientação pedagógica (prédio novo, a esquerda, nº 08)	18,88

SALA DE AULA PRÉDIO ANTIGO	ÁREA (M ²)
3º ano (lado esquerdo, nº 79) prédio antigo	48,60
4º ano (lado esquerdo, nº 78) prédio antigo	48,60
2º ano (lado direito, nº 107) prédio antigo	48,60

11.1.7. Sala de Professor

A Sala de Professor do ITESP conta com 1 mesa grande, 6 cadeiras, 6 poltronas, 2 armários, 2 garrafas térmicas, bebedouro, computador, impressora e banheiro.

11.2. Biblioteca

A Biblioteca Hermilo Eduardo Pretto, cujo nome lembra e homenageia um ilustre professor falecido do ITESP, conta com um acervo, no momento, de aproximadamente 17.664 registros e de cerca de 30 permutas de periódicos, entre outros materiais disponíveis aos seus usuários. O acervo da Biblioteca é aberto à consulta, entretanto, o usuário poderá consultar ou buscar o rol do material disponível nos computadores disponíveis na Biblioteca, solicitar informações pelo e-mail, telefone e, ainda, pedir auxílio às funcionárias no balcão de atendimento e realizar o acesso e a disponibilização via Internet.

A Biblioteca é um órgão vinculado à Diretoria e destina-se à comunidade universitária e ao público em geral, permanecendo aberta de segunda à quinta-feira, das 8h às 21:30h, sexta-feira das 08h às 21:00 e, aos sábados, das 8h às 12h. Durante o período de férias, a biblioteca conta com um horário diferenciado, previamente divulgado no seu site, nas redes sociais e em outros canais de comunicação.

Responsáveis:

Margareth Rodrigues da Cunha - CRB 8/8082

Francisca Teixeira da Silva – CRB 8/9537

11.3.1. Infraestrutura Física

A Biblioteca do ITESP possui 208 m². É formada pelos seguintes espaços:

DESCRIÇÃO	ÁREA (M ²)
Biblioteca (sala para leitura)	97,40
Biblioteca (acervo)	48,60
Biblioteca (espaço para bibliotecária)	30
Sala de estudos nº148	17
Sala de estudos nº 150	15,94

11.3.3. Gerenciamento dos Serviços

Para gerenciamento dos serviços, utilizamos o Sistema ABCD. Entre os benefícios do referido sistema destaca-se:

- Uso de padrões internacionais para catalogação e intercâmbio dos dados (Formato Marc 21);
- Processamento técnico de materiais em qualquer suporte ou tipo de fonte de informação;
- Disponibilização de estatísticas e relatórios de gerenciamento do acervo e serviços;
- Controle eletrônico de periódicos (Kardex) e indexação de artigos;
- Interação dos usuários com o Portal Virtual do Sistema ABCD;
- Disponibilidade de ferramentas como leitores biométricos e filtros de pesquisa, que permitem maior agilidade no atendimento ao público e empréstimo de livros;
- Disponibilidade de consultas e reservas das obras online, onde os alunos e demais usuários poderão realizar as consultas ao acervo, assim como a renovação dos empréstimos através do SIA – Sistema de Informações Acadêmicas utilizando o número de matrícula e a senha.

11.3.4. Serviços e produtos para a comunidade ITESP

A **Biblioteca Prof. Hermilo Eduardo Pretto** oferece a comunidade universitária os seguintes serviços e produtos:

- Consulta online: os usuários da Biblioteca poderão consultar o acervo por meio da base de dados/catálogo online;
- Consulta local: as coleções da Biblioteca estão à disposição da comunidade universitária e da sociedade em geral para consulta local e são de livre acesso;
- Empréstimo e devolução de obras (renovação online ou presencial);
- Salas de estudos em grupo e cabines individuais;
- Acesso à internet Wi-Fi;
- Serviço de alerta (últimas aquisições);
- Auxílio aos usuários com deficiência visual mediante o uso do Programa DOSVOX;
- Atendimento por telefone;

- Capacitação de usuários: treinamentos, palestras, vistas orientadas sobre o uso dos serviços e produtos de informação ofertados pela Biblioteca; cadastro do Currículo Lattes e Pesquisa em Base de Dados;
- Orientação para Normalização de Trabalhos Acadêmicos: a Biblioteca coloca à disposição dos usuários a orientação quanto à estrutura de um trabalho acadêmico (TCC, Dissertação, Tese, Artigos e etc.) de acordo com as normas de Documentação da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), Vancouver e outras normas de documentação, bem como à formatação;
- Comutação Bibliográfica: atendimento às solicitações de artigos de periódicos, capítulos de livros, dissertações, teses e anais de congressos que não pertencem ao acervo;
- Ficha Catalográfica: elaboração de ficha catalográfica para fins de apresentação em Teses, Dissertações e Trabalhos Acadêmicos e Científicos;
- Levantamento Bibliográfico: a Biblioteca coloca à disposição dos usuários a realização de levantamento bibliográfico nas principais bases de dados em Ciências Sociais e Teologia a fim de auxiliá-los no desenvolvimento dos estudos e pesquisas científicas e acadêmicas;
- Manual de Elaboração de Trabalhos Acadêmicos: roteiro que apresenta as orientações mínimas para elaboração e apresentação de trabalhos acadêmicos;
- Folder informativo;
- Marcador de páginas (informativo).

Ressalta-se, que, o acesso à Biblioteca destina-se a todos os usuários, inclusive portadores de mobilidade reduzida, uma vez, que é acessível por rampas e portas com largura adequada para a passagem de cadeirantes.

A Biblioteca possui regulamento próprio, com todas as informações relacionadas as regras, normas e procedimentos.

11.3.5. Política de Formação e Desenvolvimento do Acervo

A Política de Formação e Desenvolvimento do Acervo, é o conjunto de princípios que norteiam os parâmetros e as responsabilidades para a formação e o desenvolvimento do acervo bibliográfico. Busca a compreensão mais exata sobre as áreas, a profundidade e a utilização da coleção; obtendo subsídios e justificativa para a aplicação anual de recursos financeiros.

A consolidação do acervo se concretiza, através dos recursos orçamentários designados para o curso e contempla os diversos tipos de materiais bibliográficos nos diferentes suportes, dando subsídio às áreas de interesses das atividades fim que servem de suporte informacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão da Instituição.

a) Avaliação da Coleção: É necessário que se avalie o acervo periodicamente para que se verifique a adequação do acervo como contribuição a informação dos trabalhos desenvolvidos pela instituição. A avaliação do acervo da Biblioteca leva em consideração as bibliografias básicas e complementares das unidades curriculares que constam nas ementas dos Projetos Pedagógicos, bem como, obras clássicas dos autores das áreas oferecidas na instituição (nacionais e estrangeiros), e publicações atualizadas, sendo ainda necessário que se tenha também bibliografias em áreas correlatas, que servem de complemento ao desenvolvimento das pesquisas realizadas na Instituição, ou seja, a interdisciplinaridade, sendo este, um fator essencial na Política de Aquisição, Expansão e Atualização do acervo.

b) Seleção: A seleção dos materiais que compõem o acervo é realizada por meio de critérios estabelecidos pelo ITESP. A definição e seleção das Bibliografias básicas e complementares são de responsabilidade do Corpo Docente, NDE e Coordenação de Curso. Os critérios de seleção, passa primeiramente pela qualidade do conteúdo, no sentido de averiguar se a abordagem do assunto é realizada de modo detalhado ou superficial e se atende aos requisitos das atividades de ensino, pesquisa e extensão; autoridade do autor e/ou editor, conforme os critérios abaixo relacionados:

- **Atualidade da obra:** Em algumas áreas ocorrem modificações constantes e bastante significativas, sendo essencial a observação do ano de publicação mais atualizado mas é comum, em Teologia, a utilização de clássicos;

- **Carência de material sobre o assunto na coleção**
- **Viabilização do idioma:** A aquisição de livros texto em outro idioma é efetuada quando não existe material adequado com tradução em português ou em caso de clássicos exigidos no plano de ensino que sejam imprescindíveis;
- **Quantidade de usuários potenciais:** Analisar se a obra possui embasamento relevante para o ensino/aprendizado do usuário do curso solicitante;
- **Custo adequado:** Verificar se é justificável o custo do material em relação ao número de usuários potenciais que podem utilizar o material;
- **Condições físicas do material.**

11.3.6. Política de Aquisição e Atualização

Competirá ao NDE do curso, periodicamente, emitir Relatório de Adequação de Acervo comprovando a compatibilidade, em cada bibliografia básica da UC, entre o número de vagas autorizadas (do próprio curso e de outros que utilizem os títulos) e a quantidade de exemplares por título disponível no acervo.

O processo de Aquisição/atualização de acervo observará os estudos feitos pelo NDE com a assessoria dos serviços de Biblioteca do ITESP e passarão a compor o Plano de Gestão de Acervo que obedecerá à seguinte descrição operacional

Operacionalização do Plano de Gestão de Acervo

- a) Competência: **NDE e Biblioteca**
- b) Período: **assim que estabelecida a previsão de matrícula**
- c) Instrumento básico: **Planilha de Atualização de Acervo ITESP**
- d) Detalhamento:

Padrão de qualidade:

d.1) Na Bibliografia Básica:

Proporção média de um exemplar para menos de 6 vagas autorizadas consolidadas, observada a previsão de matrícula a cada semestre, de cada título adotado pelas unidades curriculares

d.2) Bibliografia Complementar

2 exemplares por título indicado

d.3) Variáveis de análise:

Disciplinas/unidades curriculares >> nome da disciplina e ementa

Título da Obra >> títulos existentes colocados na notação científica e compatíveis com a ementa

Situação no acervo (básica ou complementar) >> terá implicação no processo de compra observado o padrão de qualidade

Compartilhamento com outras disciplinas/unidades curriculares >> implicará na compra adequada de forma a atender a todos os alunos.

Editora >> a separação por editora favorecerá os processos de compra e a identificação da existência de obras virtuais.

Livros na instituição >> quantitativo disponível no acervo do ITESP a ser analisado pelo NDE quanto à pertinência em relação ao tema da disciplina/unidade curricular e a atualização.

Quantidade considerada >> quantitativo a ser utilizado após análise do NDE

Alunos do curso >> número de alunos do curso que utilizarão a obra no período letivo em questão.

11.3.7. Periódicos

Ágora filosófica - Universidade Católica de Pernambuco: http://www.unicap.br/ojs/index.php/agora
Atualidade Teológica – PUC RIO: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/rev_ateo.php
Anuário Argentino de Direito Canônico - Pontifícia Universidade Católica Argentina – UCA https://repositorio.uca.edu.ar/handle/123456789/5291

Bioética – Conselho Federal de Medicina https://www.revistabioetica.cfm.org.br/revista_bioetica/issue/view/94
Cadernos do Ceas - https://cadernosdoceas.ucsal.br/index.php/cadernosdoceas
Cadernos da Estef - https://cadernosdaestef.wordpress.com/
Cadernos Pagu - UNICAMP - https://www.pagu.unicamp.br/pt-br/o-pagu
Rev. de Catequese - https://revista.unisal.br/catequese/index.php/rcu/index
Revista Caminhos – PUC Goiás: http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/caminhos/index
Revista CES – Juiz de Fora
Revista Coletânea – Faculdade de São Bento – Rio de Janeiro: http://www.revistacoletanea.com.br/index.php/coletanea/issue/archive
Revista Caminhos – PUC Goiás - http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/caminhos/index
Revista de Cultura Teológica – PUCSP: https://revistas.pucsp.br/culturateo
Encontros Teológicos – FACASC - https://facasc.emnuvens.com.br/ret/issue/archive
Estudos Teológicos – Faculdade EST: http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos_teologicos
Estudos Bíblicos - https://revista.abib.org.br/EB/about
Estudos - Pontifícia Universidade Católica de Goiás https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/estudos/about
Revista Direito e Paz – UNISAL: http://www.revista.unisal.br/lo/index.php/direitoepaz/index
Fragmentos de Cultura - Pontifícia Universidade Católica de Goiás. https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/fragmentos/about
Revista de Filosofia Aurora – PUCPR: https://periodicos.pucpr.br/aurora
Habitos – PUC Minas - https://periodicos.pucminas.br/horizonte/about
Revista interações - Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) - https://www.interacoes.ucdb.br/interacoes
Revista Literarius - http://fapas.edu.br/revistas/litterarius/
Revista Missioneira – Instituto Missioneiro de Teologia https://san.uri.br/revistas/index.php/missioneira/index
Revista Pensamento e realidade – PUCSP - https://revistas.pucsp.br/pensamentorealidade
Revista Rhema: Seminário Arquidiocesano Santo Antônio - Juiz de Fora - https://seer.uniacademia.edu.br/index.php/RHEMA/about
Revista Religião e Sociedade (Rio de Janeiro – RJ) ISER: Instituto de Estudos da Religião https://www.scielo.br/j/rs/
Revista Razão e Fé: Univ. Católica de Pelotas - http://www.rsd.ucpel.tche.br/index.php/rdf/index
Revista Reflexão – Unicamp - https://seer.sis.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/reflexao
Revista Rever – PUCSP - http://revistas.pucsp.br/index.php/rever
Revista Selavip – Santiago do Chile https://www.selavip.org/wp-content/uploads/2023/11/selavip2022-april.pdf

Revista RIBLA – FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA - https://revista.fuv.edu.br/index.php/ribla/index
Sapientia Crucis: Instituto Sapientiae - https://institutumsapientiae.org/publicacoes/sapientia-crucis/
Teocomunicação: PUCRs - http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/teo
Revista Teológica Xaveriana – Bogotá - https://revistas.javeriana.edu.co/index.php/teoxaveriana
REB – Revista Eclesiástica Brasileira - Instituto Teológico Franciscano - https://revistaeclesiasticabrasileira.itf.edu.br/reb/index
Revista Via Teológica – Facul. Batista do Paraná - http://periodicos.fabapar.com.br/index.php/vt/index
Revista Scintilla - https://scintilla.saoboaventura.edu.br/scintilla
Revista Perspectiva Teológica – FAJE – MG - http://faje.edu.br/periodicos/index.php/perspectiva
Revista Ciências da Religião – Mackenzie - http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cr
PERIÓDICOS IMPRESSOS e online
Studi Emigrazione online e impressa
Forum Canonicum - https://isdclisboa.ucp.pt/pt-pt/docentes-conhecimento/revista-forum-canonicum
Studia Morália - https://www.studiamoralia.org/
Revista Teología
Questions Liturgiques - https://poj.peeters-leuven.be/content.php?url=journal&journal_code=QL
Vida Pastoral - https://www.vidapastoral.com.br/
Studi Emigrazione – CSER – Centro Studi Emigrazione Roma https://www.cser.it/international-journal-of-migration-studies/

12. DEMONSTRATIVO DE CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

12.1. Estratégia de gestão econômico-financeira

A Diretoria Administrativa é a responsável pela gestão estratégica e operacional das finanças do ITESP e compatibilização dos recursos recebidos com as necessidades institucionais, visando à manutenção do equilíbrio financeiro da Instituição, por meio do acompanhamento sistemático da receita/despesa e indicadores de desempenho. Com planejamento e prioridades bem definidas, os recursos provenientes das mensalidades serão aplicados diligentemente em favor do seu projeto educacional e, conseqüentemente, dos estudantes. Essa prática assegura que o desenvolvimento do ITESP seja efetivo, previsível e sustentável. Vale ressaltar que a Instituição pretende desenvolver vários programas na área acadêmica para captação e manutenção dos estudantes que, além de ajudá-los para a efetivação dos seus estudos superiores, contribuem para realização da receita prevista,

possibilitando à Instituição o cumprimento do seu Plano de Investimentos e despesas de custeio.

O **Orçamento**, coordenado pela Gerência Financeira é uma ferramenta indispensável para que os gestores acompanhem as finanças da Instituição, comparando o previsto com o realizado. Ele é anualmente elaborado de forma participativa, englobando todos os setores e núcleos da Instituição.

A **Contabilidade** é, objetivamente, um sistema de informação e avaliação destinado a prover seus usuários com demonstrações e análises econômicas, financeiras, físicas e de produtividade, reunindo, no balancete, as informações de todos os setores responsáveis pela geração de despesa e de receita, para avaliação contábil da Instituição. Tem como principais funções a execução da contabilização de operações financeiras e de bens patrimoniais, o registro e a escrituração contábil da documentação e dos atos e fatos administrativos, a elaboração das demonstrações contábil-financeira, a análise e conferência da documentação das transações, a manutenção dos arquivos dos livros e documentação das transações, a elaboração de programas e procedimentos para encerramento do balanço geral e atualização do plano de contas. Esta atividade é executada por um escritório especializado na modalidade de prestação de serviços.

12.2. Planos de investimentos

A partir do Orçamento, a Direção da Instituição traça os planos de investimentos do ITESP, cuja execução e acompanhamento são realizados sistematicamente para assegurar o cumprimento das metas de resultado traçadas na etapa de planejamento. O plano de investimentos integra o planejamento global da Instituição, que norteia o seu processo de renovação e expansão dentro do horizonte de tempo nele contemplado. Compõe o **plano de investimentos** os itens relativos à estrutura de capital formada por ativos permanentes que definem a capacidade da Instituição de realizar plenamente, e com qualidade, sua atividade fim, com destaque para o **Ensino, a Pesquisa/IC e a Extensão**. A estratégia adotada para garantir a sustentabilidade financeira do ITESP se baseia nas seguintes premissas:

- Cumprimento dos compromissos fiscais e trabalhistas;

- Cumprimento das metas orçamentárias, com a destinação dos recursos para pessoal, operação e investimento, claramente definidos;
- Promoção da melhoria contínua dos processos através do estímulo à inovação para otimizar o uso dos recursos, com consequente ganho de produtividade e redução dos custos;
- Profissionalização da gestão por meio das ações de qualificação dos seus líderes e colaboradores, e pela incorporação das melhores práticas de gestão conhecidas para instituições de ensino superior em seus processos;

12.3. Previsão orçamentária e cronograma de execução

Tabela 7. Cronograma da previsão orçamentária e respectivo cronograma.

RECEITAS					
Itens	2023	2024	2025	2026	2027
1. RECEITA LÍQUIDA	2.790.115,27	3.552.690,00	3.499.161,11	3.724.593,95	3.964.838,58
1.1. ANUIDADES/MENSALIDADES	2.163.017,77	2.493.371,75	2.782.120,50	2.975.221,21	3.181.798,12
1.1.1. Graduação	2.127.036,00	2.398.228,25	2.565.889,50	2.747.811,07	2.942.630,87
1.1.2. Cursos extracurriculares	35.981,77	95.143,50	216.231,00	227.410,14	239.167,25
1.2. TAXAS	4.885,72	122,00	111,00	116,74	122,77
1.2.1. Secretaria	4.885,72	122,00	111,00	116,74	122,77
1.3. RECEITAS FINANCEIRAS	158.039,16	131.872,65	153.721,05	161.668,43	170.026,69
1.3.1. Juros e Multas	290,53	0,16	27,48	28,90	30,39
1.3.2. Rendimento s. aplicações financeiras	157.748,63	131.872,49	153.693,57	161.639,53	169.996,29
1.4. RECEITAS PATRIMONIAIS	4.500,00	-	-	-	-
1.4.1. Locações	4.500,00	-	-	-	-
1.5. CONTRIBUIÇÕES E DONATIVOS	540.000,00	1.090.001,00	800.000,00	841.360,00	884.858,31
1.5.1. Contrib. De pessoas jurídicas	540.000,00	1.090.001,00	800.000,00	841.360,00	884.858,31
1.6. REEMBOLSO DE DESPESAS	5.412,52	9.507,60	10.024,56	10.542,83	11.087,89
1.6.1. Reembolso de despesas	5.412,52	9.507,60	10.024,56	10.542,83	11.087,89
1.7. RECEITA BRUTA	2.875.855,17	3.724.875,00	3.745.977,11	3.988.909,20	4.247.893,78
2. DEDUÇÕES *	(85.739,90)	(172.185,00)	(246.816,00)	(264.315,25)	(283.055,21)
2.1. DESCONTOS E ABATIMENTOS	(85.739,90)	(172.185,00)	(246.816,00)	(264.315,25)	(283.055,21)
2.1.1. Bolsas Concedidas	(9.420,00)	(39.330,00)	(78.246,00)	(83.793,64)	(89.734,61)
2.1.2. Descontos concedidos	(76.319,90)	(132.855,00)	(168.570,00)	(180.521,61)	(193.320,60)
DESPESAS					
Itens	2023	2024	2025	2026	2027

3. DESPESAS	3.056.385,69	3.273.173,65	3.365.376,00	3.536.362,64	3.717.153,86
3.1. PESSOAL (com encargos)	1.914.075,97	1.808.630,01	2.028.441,50	2.123.575,41	2.223.171,09
3.1.1. Docente	911.227,47	733.905,52	852.019,90	891.979,63	933.813,48
3.1.2. Técnicos e Administrativos	1.002.848,50	1.074.724,49	1.176.421,60	1.231.595,77	1.289.357,61
3.2. MANUTENÇÃO	651.727,24	615.335,31	673.083,01	717.289,63	764.595,35
3.2.1. Material de Consumo	17.732,44	25.114,12	24.109,16	25.818,50	27.649,03
3.2.2. Luz, água, telefone, gás e internet	39.422,03	22.576,67	36.091,83	38.650,74	41.391,08
3.2.3. Aluguéis	480.000,00	480.700,00	540.000,00	578.286,00	619.286,48
3.2.4. Manutenção imóveis	61.617,71	31.261,64	13.350,00	14.296,52	15.310,14
3.2.5. Conservação móveis e equipamentos	535,00	1.360,00	-	-	-
3.2.6. Gastos com veículos	289,93	246,55	1.815,00	1.943,68	2.081,49
3.2.7. Depreciações	52.130,13	54.076,33	57.717,02	58.294,19	58.877,13
3.3. SERVIÇOS	369.331,82	707.413,59	518.352,30	539.682,52	562.525,05
3.3.1. Serviços de terceiros pessoa jurídica	189.916,87	472.774,76	253.790,23	271.783,95	291.053,43
3.3.2. Serviços de terceiros pessoa física	61.773,32	84.841,58	70.721,58	61.335,74	51.284,44
3.3.3. Serviços de terceiros - contábil	62.382,41	66.152,43	71.113,84	76.155,81	81.555,26
3.3.4. Serviços de terceiros - auditoria externa	10.747,79	12.806,24	13.745,33	14.719,87	15.763,51
3.3.5. Serviços de terceiros - informática	36.357,40	66.512,73	88.279,71	94.538,74	101.241,54
3.3.6. Serviços de terceiros - médicos	8.154,03	4.325,85	6.301,62	6.748,40	7.226,87
3.3.7. Iniciação científica	-	-	7.200,00	7.200,00	7.200,00
3.3.8. Monitoria	-	-	7.200,00	7.200,00	7.200,00
3.4. OUTROS	94.405,37	119.903,83	119.128,35	127.574,55	136.619,59
3.4.1. Cursos e Treinamentos	14.705,75	29.240,10	16.522,49	17.693,93	18.948,43
3.4.2. Lanches e gêneros alimentícios	20.639,23	27.188,48	35.004,92	37.486,77	40.144,58
3.4.3. Publicações	16.890,40	17.026,98	15.825,51	16.947,54	18.149,12
3.4.4. Materiais de limpeza	17.759,89	17.392,82	24.033,33	25.737,29	27.562,07

3.4.5. Despesas financeiras	8.812,68	6.794,84	6.059,55	6.489,17	6.949,25
3.4.6. Despesas administrativas	15.597,42	22.260,61	21.682,55	23.219,84	24.866,13
3.5. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	26.845,29	21.890,91	26.370,84	28.240,53	30.242,79
3.5.1. Impostos	21.733,73	20.616,11	17.535,66	18.778,94	20.110,37
3.5.2. Taxas e contribuições	5.111,56	1.274,80	8.835,18	9.461,59	10.132,42
4. RESULTADO ANTES DOS INVESTIMENTOS (1. - 3.)	(266.270,42)	279.516,35	133.785,11	188.231,31	247.684,72
INVESTIMENTOS					
Itens	2023	2024	2025	2026	2027
5. INVESTIMENTOS	76.872,36	117.621,06	73.530,93	77.191,98	77.191,98
5.1. Mobiliário	4.164,48	18.000,00	3.645,01	10.644,42	10.644,42
5.2. Máquinas e equipamentos	7.078,38	-	23.239,94	8.246,44	8.246,44
5.3. Acervo bibliográfico	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00
5.4. Equipamentos de informática	35.629,50	69.621,06	16.645,98	28.301,12	28.301,12
6. RESULTADO APÓS OS INVESTIMENTOS (4. - 5.)	(343.142,78)	161.895,29	60.254,18	111.039,33	170.492,73

REFERÊNCIAS

Brasil. Comitê Nacional em Direitos Humanos. Secretaria Especial de Direitos Humanos. Plano Nacional em Direitos Humanos. Brasília: Ministério da Educação; 2018.

Brasil. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução nº 4, de 16 de setembro de 2016. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Teologia e dá outras providências [Internet]. Brasília: Ministério da Educação; 2014

Brasil. Ministério da Educação. CONAES. INEP. Avaliação Externa de Instituições de Educação Superior: diretrizes e instrumentos. Brasília: Ministério da Educação; 2015. p. 33-5.

Brasil. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação - CNE. Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018b. Disponível em: Acesso em: 7 de nov 2019.

Brasil. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação. Subsidia o ato de reconhecimento ou renovação de reconhecimento. Brasília: MEC/Inep, outubro, 2017.

Brasil. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Instrumento de Avaliação Institucional Externa. Subsidia o ato de credenciamento e transformação da organização acadêmica (presencial). Brasília: MEC/Inep, outubro, 2017.

Brasil. Presidência da República. Casa Civil. Decreto 4281, de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências [Internet]. Brasília: Casa Civil; 2002 [citado 2016 Abr 14]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4281.htm

FORPROEX. Carta de Porto Alegre. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. 2006. Disponível em: Acesso em: 27 de nov 2019.